

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO 204 Jan.-jun. 2023

Júnia Ortiz

O avanço da inteligência computacional e o futuro do trabalho

O mercado de gás natural no Brasil e na Bahia e os seus reflexos sobre a indústria de transformação

Uma análise do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Serrinha (BA) no período da covid-19

CLÁUDIO PEIXOTO

PLANEJAMENTO,
INFRAESTRUTURA
E PPA 2024-2027
PARA A RETOMADA DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NA BAHIA



C&P 204

jan./jun. 2023

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

INSTITUCIONAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

FICHA TÉCNICA

Diretoria de Indicadores e Estatística

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

Arthur de Souza Cruz

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanaís

Editoria Científica

Luiz Mário Ribeiro Vieira

Elissandra Alves de Brito

Conselho Editorial

Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico

Carla Janira Souza do Nascimento

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo

Pedro Marques de Santana

Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis

Henrique Rocha Reis (estagiário)

Editoria de Arte

Produção

Ludmila Nagamatsu

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem

Laura Dantas

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro, Vinícius Luz

Editoração

Nando Cordeiro

Ilustrações

Vinícius Luz

A *Conjuntura & Planejamento* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu Biblioteca Rômulo Almeida/Publicações SEI.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 2 (jun. 1994) – Salvador: SEI, 2023.
n. 204
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(814.2)



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**6 ECONOMIA EM DESTAQUE**

TRAJETÓRIA E EXPECTATIVAS DA ECONOMIA

BAIANA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Pedro M. de Santana

26 ENTREVISTA

PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E PPA 2024-2027 PARA A

RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA BAHIA

Cláudio Ramos Peixoto

ARTIGOS**37 O MERCADO DE GÁS NATURAL NO BRASIL E NA BAHIA E OS SEUS REFLEXOS SOBRE A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

Carla Janira Souza do Nascimento

65 UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SERRINHA (BA) NO PERÍODO DA COVID-19

Maria Juliana Barbosa Aragão Borges, Murilo Sales Gama, Fernando Barreto Nunes Filho

81 COMÉRCIO VAREJISTA NO PERÍODO DE 2020 A 2022 E PERSPECTIVAS

Elissandra Britto, Margarete Perazzo

94 PONTO DE VISTA

O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL

E O FUTURO DO TRABALHO

Júnia Ortiz

96 LIVROS**98 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS****107 INDICADORES ECONÔMICOS****115 FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz à reflexão temas que permeiam o planejamento da atividade econômica após três anos de pandemia. Num cenário ainda de retomada, as discussões aqui apresentadas vão em direção a uma trajetória a ser consolidada.

Na edição 204, a análise das economias brasileira e baiana remete ao período do primeiro trimestre de 2023. É nesse contexto que a equipe de conjuntura da SEI apresenta a sua expectativa em relação ao crescimento econômico para este ano, que deve ocorrer num ritmo mais brando do que o observado em 2022. A avaliação é que o setor de Serviços deve continuar com ritmo de crescimento positivo, embora o Comércio varejista não deva apresentar a mesma dinâmica, dada a perda do poder de compra dos consumidores. A Agropecuária deverá repetir o comportamento positivo de 2022. Assim como a Indústria que, ancorada pela maior produção de derivados de petróleo, alimentos, bebidas, celulose e outras *commodities*, também deverá registrar expansão.

Entre os colaboradores, esta edição apresenta, na seção Ponto de Vista, o posicionamento de Júnia Ortiz, pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial e Líder Técnica de projetos PD&I na área de Big Data/Inteligência Artificial, no Senai Cimatec. Em sua explanação, Ortiz avalia o avanço da inteligência computacional e o futuro do trabalho e aborda o advento do ChatGPT, ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pela OpenAI, lançada em novembro de 2022, bem como o modelo Llama2, fruto de uma parceria entre Meta e Microsoft. Na sua avaliação, os recentes avanços da inteligência computacional e o crescimento do uso de ferramentas e modelos como os acima citados levantam discussões em torno de seu impacto social, ético e econômico, pois, ao tempo que pode representar um risco para algumas funções, poderá promover a criação de novos postos de trabalho. Controvérsias à parte, para a pesquisadora, o certo é que o avanço da inteligência computacional irá transformar o mundo do trabalho, e essa transformação já é visível em nossos dias.

A seção Entrevista traz a contribuição do secretário do Planejamento, Claudio Ramos Peixoto, que, numa conversa bastante enriquecedora, aborda questões relacionadas ao Planejamento, à Infraestrutura e ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 para a retomada do desenvolvimento econômico na Bahia. O

secretário trata ainda de temas como a implantação do projeto da BYD na Bahia, a Ponte Salvador-Itaparica e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), além de trazer para o debate a pauta da reforma tributária na Bahia, o alinhamento da Bahia com o governo federal e a importância de a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) se tornar uma instituição de ciência, tecnologia e inovação. Para ele, a mudança é muito positiva, uma vez que a instituição continuará dedicando-se à elaboração de estudos e pesquisas, subsidiando o planejamento governamental, ao tempo que agrega mais uma função, a de produção de conhecimento, tornando-se também um instituto tecnológico sem ser propriamente um 'centro de ciência e tecnologia'. Ele também se refere ao Consórcio do Nordeste que, na sua avaliação, veio suprir a ausência de uma política de desenvolvimento regional.

Entre os artigos que integram este número está o de Carla Janira Souza do Nascimento, intitulado *O mercado de gás natural no Brasil e na Bahia e os seus reflexos sobre a indústria de transformação*. Nesse trabalho, a autora buscou analisar o mercado de gás natural nacional e baiano e seus impactos sobre a indústria, especialmente a do segmento químico, que tem forte presença na Bahia. Também compõem a revista mais dois outros trabalhos, intitulados *Uma análise do sistema de esgotamento sanitário de Serrinha (BA) no período da Covid-19*, de Maria Juliana Barbosa Aragão Borges, Murilo Sales Gama e Fernando Barreto Nunes Filho, e *Comércio varejista no período de 2020 a 2022 e perspectivas*, de Elissandra Britto e Margarete Perazzo. Enquanto o primeiro busca investigar a relação entre a proliferação do vírus e o déficit de atendimento à população no que refere ao esgotamento sanitário no município baiano de Serrinha, o segundo apresenta o comportamento do comércio varejista em três anos de pandemia, comparando-o com o período anterior à crise sanitária.

Assim, a edição 204 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, com um olhar num cenário pós-pandemia, uma vez que, no período pandêmico, a crise sanitária que impactou a economia comprometeu a atividade de todo o país, agravando ainda mais as discrepâncias sociais. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto nem de emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazos.



TRAJETÓRIA E EXPECTATIVAS DA ECONOMIA BAIANA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

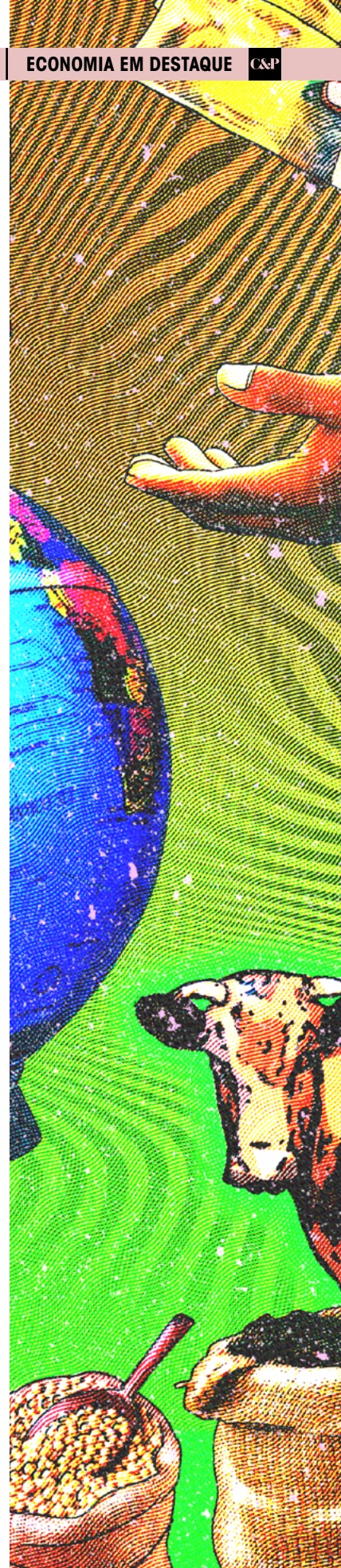
Carla do Nascimento
Mestra em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada
em Ciências Econômicas
pela Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br
[https://orcid.
org/0009-0007-2320-6844](https://orcid.org/0009-0007-2320-6844)

Elissandra Britto
Mestra em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada
em Ciências Econômicas
pela UFBA. Técnica da
Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
elissandra@sei.ba.gov.br
[https://orcid.
org/0009-0009-8434-9309](https://orcid.org/0009-0009-8434-9309)

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduado
em Ciências Econômicas
pela UFBA. Especialista em
produção de informações
econômicas, sociais
e geográficas da
Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br
[https://orcid.
org/0009-0008-7751-0224](https://orcid.org/0009-0008-7751-0224)

[http://doi.org/10.56839/
cp.1i204.1](http://doi.org/10.56839/cp.1i204.1)

Nos PRIMEIROS meses de 2023, as principais economias mundiais, abaladas pela turbulência no setor financeiro, continuaram inseridas em um ambiente de elevadas taxas de inflação. Embora o nível de preços tenha diminuído à medida que os bancos centrais aumentaram as taxas de juros e que os preços dos alimentos e da energia caíram; as pressões de preços subjacentes permanecem resilientes, com os mercados de trabalho aquecidos em vários países. Os efeitos colaterais do rápido aumento dos juros básicos têm-se tornado aparente, conforme as vulnerabilidades do setor bancário se tornaram foco e os temores de contágio aumentaram em todo o setor financeiro, incluindo instituições não bancárias.



Em junho, a reunião do Federal Open Market Committee (FOMC), do Federal Reserve (FED), manteve a taxa básica de juros inalterada, na faixa de 5,0% a 5,25%. Contudo, o FED reconhece a evolução mais forte da economia americana, que continua gerando emprego acima da média histórica, com consumo robusto, e sinaliza a retomada do ciclo de altas de juros ainda em 2023, que pode chegar ao intervalo de 5,25% a 5,50% no final do ano (FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2023).

Na China, os dados de atividade econômica mostraram desaceleração, aumentando as expectativas de que haverá mais estímulos para a economia chinesa nos próximos meses. Em junho, foi anunciado um corte de 0,1 p.p. em taxas básicas de juros do Banco Popular da China (PBOC), mas é crescente a probabilidade de anúncios de outros estímulos, possivelmente fiscais ou orientados a impulsionar a demanda no setor imobiliário (ZHA; DOUGLAS; XIE, 2023).

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) elevou os juros em 0,25 p.p. em junho. Assim, a taxa referencial passou para 3,5%, o maior nível desde 2001. A alta dos juros reflete um panorama de estagnação econômica e aperto nas condições de crédito da Zona do Euro, em meio a um cenário de inflação em queda, mas resiliente. O mercado de trabalho também está aquecido, com o crescimento dos salários sendo uma das causas de inflação (MAGOSSÍ; CALDEIRA, 2023).

Esses fatores contribuíram para a redução das expectativas, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), de crescimento global de 3,4%, em 2022, para 2,8%, em 2023 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023).

Em janeiro, a projeção de crescimento mundial era de 2,7%, após revisão de abril houve avanço de 0,1 p. p. Para as economias avançadas, houve aumento de 0,1 p.p. na projeção e crescimento previsto de 1,3%, com destaque para o acréscimo da taxa nos EUA, que passou de 1,4% para 1,6%. A taxa da Zona do Euro avançou 0,1 p.p. e ficou em 0,8%. Para as economias emergentes, houve recuo de 0,1 p.p., passando para 3,9%. Nesse grupo, destacam-se a taxa de crescimento da China (5,2%) – a mesma de janeiro – e o recuo de 0,3 p.p. para o Brasil, que ficou com taxa de 0,9% (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023).

No Brasil, assim como no mundo, a economia também se encontra sob a pressão do processo inflacionário, porém com sinais de desaceleração nos últimos meses. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (2023) registrou variação de 5,79% em 2022 e avançou em abril (0,61%), acumulando taxa de 2,72% nos primeiros quatro meses de 2023.

Nos últimos 12 meses, a taxa acumulada até abril foi de 4,65% menor do que a acumulada até março (5,60%). O índice anualizado refletiu, principalmente, o aumento dos preços em *Saúde e cuidados pessoais* que teve maior impacto e variação (11,71%), destacando-se o avanço nos preços de *Planos de saúde e itens de higiene pessoal*. Por sua vez, a desaceleração do índice geral foi influenciada pelo grupo *Alimentos e bebidas*, que passou de 11,07% em janeiro para 5,88% em abril (acumulado em 12 meses), grupo de maior peso no índice geral, destacando-se o subgrupo *Alimentação no domicílio*, que recuou de 12,29% em janeiro para 4,66% em abril (acumulado em 12 meses) (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2023).

Nesse sentido, como resposta ao cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter a taxa Selic em 13,75% a.a. na última reunião realizada em maio. O Copom deve sustentar o valor da Selic “até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas” (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

A economia brasileira, por sua vez, mostrou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,9% na passagem do quarto trimestre de 2022 para o primeiro trimestre deste ano de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação entre o primeiro trimestre de 2023 com o mesmo período do ano anterior, a atividade econômica aumentou 4,0%, alcançando 3,3% no acumulado dos últimos 12 meses (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2023).

No que se refere à demanda interna, no primeiro trimestre de 2023, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve crescimento de 3,5% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo avançou 0,8% no período. A despesa de consumo do governo apresentou variação positiva de 1,2% no acumulado do ano, na comparação com o mesmo conjunto de meses do ano anterior. No setor externo, levando-se em conta a mesma base comparativa, as exportações de bens e serviços expandiram 7,0% e as importações recuaram 2,2% no mesmo período (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2023).

A análise acerca da oferta indicou que o setor Agropecuário, responsável por impulsionar o crescimento do PIB no período, apresentou variação positiva de 18,8% no trimestre em relação a igual período de 2022. Esse resultado pode ser explicado, principalmente, pelo bom desempenho de produtos da lavoura com safra relevante no primeiro trimestre de 2023 e com aumento da produtividade (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2023).

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), condições climáticas favoráveis impactaram o desempenho de algumas culturas. A soja, principal cultivo da produção vegetal, apresentou ganho de produtividade e crescimento anual expressivo, estimado em 24,7%. Com exceção do arroz (-7,5%), outras culturas com safra relevante no primeiro trimestre também apontaram crescimento na produção anual e ganho de produtividade, como milho (8,8%), fumo (3,0%) e mandioca (2,1%) (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2023).

O setor de Serviços apresentou expansão de 2,9% no trimestre, influenciado, principalmente, pelos resultados dos segmentos *Outras atividades de serviços* (9,1%), *Transporte, armazenagem e correio* (7,5%), *Informação e comunicação* (5,7%), *Atividades imobiliárias* (2,8%), *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (1,8%), *Comércio* (1,8%) e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (0,7%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2023).

A Indústria apresentou crescimento de 1,9% na mesma base de comparação, segundo as Contas Nacionais Trimestrais (2023). As *Indústrias extrativas* (7,7%) registraram o melhor resultado, sendo afetadas pela alta tanto da extração de petróleo e gás como de minério de ferro. Houve destaque também na atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* (6,4%), que, com a melhoria das condições hídricas, teve bandeira tarifária verde no trimestre contra bandeira tarifária de escassez hídrica no mesmo período de 2022. A *Construção* (1,5%), por sua vez, teve sua décima alta consecutiva. A *Indústria de transformação* (-0,9%) foi a única com resultado negativo, influenciado principalmente pela queda na fabricação de produtos químicos; metalurgia; fabricação de produtos de madeira; fabricação de produtos de minerais não metálicos e de máquinas e equipamentos.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego avançou para 8,8% no trimestre encerrado em março, após ter sido estimada em 7,9% no trimestre encerrado em dezembro de 2022, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023) do IBGE. No mercado formal, foram criados 706 mil postos de trabalho no acumulado de janeiro a abril de 2023, destacando-se o saldo do setor de Serviços, de 434 mil postos de trabalho.

Com relação às expectativas quanto ao desempenho econômico do país, o mercado projeta aumento de 1,84% na taxa de crescimento do PIB nacional em 2023, de acordo com o boletim Focus (2023) divulgado em 12 de junho. As expectativas maiores para o PIB do país em 2023 foram influenciadas

pelos bons resultados da atividade econômica no primeiro trimestre do ano. Ainda segundo a mesma fonte, houve queda nas projeções para a inflação (5,42% para 2023) e estabilidade na taxa Selic (12,50% a.a. para o fim de 2023) (FOCUS, 2023).

Após esse breve contexto macroeconômico em que se insere a economia baiana, nas próximas seções são apresentados os principais resultados do desempenho da Bahia para o primeiro trimestre de 2023 e seus prováveis desdobramentos para os próximos meses.

ECONOMIA BAIANA

No primeiro trimestre de 2023, a Bahia apresentou os principais indicadores econômicos com sinal positivo, porém o cenário continua permeado de fatores que tornam incerta a manutenção do ritmo de crescimento até o fim do ano.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, divulgado no Informativo Trimestral do PIB (2023) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou variação positiva no primeiro trimestre de 2023, após ter avançado em 0,8%, no quarto trimestre de 2022. A atividade econômica baiana cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2023. O setor de Serviços registrou aumento de 1,8%, a Agropecuária cresceu 6,1% e a Indústria recuou 2,4%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ainda de acordo com o Informativo Trimestral do PIB (2023), após a retomada das atividades econômicas, o setor de Serviços recuperou as perdas acumuladas durante a pandemia. Destaque para o crescimento do *Comércio* (4,1%), segmento com grande participação no setor. Também houve aumento em *Transporte, armazenagem e correio* (2,8%), *Atividades imobiliárias* (2,3%) e *Outros serviços* (12,3%). O segmento *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* recuou 0,4% no período.

A Agropecuária baiana foi favorecida pelas condições climáticas e de mercado para o plantio e o desenvolvimento da lavoura. A *Pecuária* também registrou resultados positivos, com crescimento expressivo no abate de bovinos.

A retração da Indústria foi proveniente das taxas negativas das atividades da *Indústria de transformação* e da *Construção*, que juntas representam quase 80% do valor adicionado da indústria baiana. A queda na produção, principalmente, de *Derivados de petróleo* (-3,4%), *Produtos químicos* (-5,7%) e *Celulose e papel* (-9,2%) – que juntos têm participação de mais de 50,0%

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia [...]apresentou variação positiva no primeiro trimestre de 2023, após ter avançado em 0,8%, no quarto trimestre de 2022. A atividade econômica baiana cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2023

A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos cresceu 6,1%, impulsionada pelo aumento de 8,9% da geração de energia elétrica no estado, destacando-se os aumentos de geração eólica (42,2%)

no valor da transformação industrial – (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL, 2020), foi o principal impacto para o setor no período, traduzindo-se em queda de 5,1% da *Indústria de transformação*. As *Indústrias extrativas*, por sua vez, cresceram 5,6% em termos de valor agregado

A atividade da *Construção* retraiu 1,9%, influenciada principalmente pela conclusão das obras de infraestrutura de mobilidade urbana observadas no início de 2022 e de uma conjuntura de retração no mercado de crédito atrelado às elevadas taxas de juros.

A atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* cresceu 6,1%, impulsionada pelo aumento de 8,9% da geração de energia elétrica no estado, destacando-se os aumentos de geração eólica (42,2%) e fotovoltaica (8,4%) no período.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

Em 2023, a Bahia poderá atingir safra recorde de grãos pelo quarto ano consecutivo. No entanto, até o primeiro trimestre, as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divergem quanto ao volume a ser produzido no ciclo atual.

Enquanto o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2023), realizado pelo IBGE, estima uma produção de 11,0 milhões de toneladas (t) de cereais, oleaginosas e leguminosas¹, o que representa um recuo de 3,3% na comparação com a safra de 2022, a Conab² estima, em seu sexto levantamento para o calendário agrícola 2022/2023, produção de 13,0 milhões de toneladas de grãos, o que representa uma expansão de 7,7% em relação ao ciclo 2021/2022. Com relação à área plantada, observa-se uma ampliação de 3,0% na mesma base de comparação, que cobre uma área de 3,8 milhões de hectares (ha) (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2023).

A colheita do algodão pode superar (11,0%) aquela encerrada no ciclo anterior, estando estimada em 1,45 milhão de toneladas plantadas em 313 mil ha (Tabela 1).

1 Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

2 Os dados levantados pela Conab seguem a temporalidade do calendário-safra, que vai de setembro do ano corrente a agosto do ano seguinte, diferentemente do IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

Tabela 1

Estimativa de área plantada, rendimento e produção física dos principais grãos – Safra 2022/2023 – Bahia

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	Safra 21/22	Safra 22/23	Var. (%)	Safra 21/22	Safra 22/23	Var. (%)	Safra 21/22	Safra 22/23	Var. (%)
	(1)	(2)		(1)	(2)		(1)	(2)	
	(f)	(g)	(g/f)	(a)	(b)	(b/a)	(d)	(e)	(e/d)
Grãos (3)	12087,2	13021,9	7,73	3645,1	3754,3	3,00	3316,013278	3468,52942	4,60
Algodão	1301,3	1444,8	11,03	307,7	312,6	1,59	4229,119272	4621,880998	9,29
Algodão em pluma	520,5	592,4	13,81	307,7	312,6	1,59	1692	1895	12,00
Caroço de algodão	780,8	852,4	9,17	307,7	312,6	1,59	2537,4	2726,98	7,47
Feijão	283,6	312,1	10,05	408	432,1	5,91	695,0980392	722,2865078	3,91
Feijão 1ª safra	77,1	106	37,48	190	214,1	12,68	406	494,9504904	21,91
Feijão 2ª safra	108	108	0,00	70	70	0,00	1542,857143	1542,857143	0,00
Feijão 3ª safra	98,5	98,1	-0,41	148	148	0,00	665,8108108	662,8648649	-0,44
Milho	3373,5	3913,2	16,00	814	853,4	4,84	4144,348894	4585,423014	10,64
Milho 1ª safra	2089,1	2658,7	27,27	439,8	499,2	13,51	4750	5326	12,13
Milho 2ª safra	180	127,2	-29,33	60	40	-33,33	3000	3180	6,00
Milho 3ª safra	1104,4	1127,3	2,07	314,2	314,2	0,00	3515	3588	2,08
Soja	7283,1	7488,7	2,82	1893,2	1919,7	1,40	3847	3901	1,40
Sorgo	280,3	362,1	29,18	165	176,1	6,73	1699	2056	21,01

Fonte: Acompanhamento de Safras de Grãos do Brasil (2023).

Elaboração: Conab, SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Décimo segundo levantamento da safra de grãos (set. 2022).

(2) Sexto levantamento da safra de grãos (mar. 2023).

(3) Inclui também amendoim 2ª safra, mamona e trigo.

A soja, segundo a Conab, deve apresentar mais um ciclo de alta em razão de uma área plantada 1,4% superior à da temporada passada (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2023). Com isso, a produção pode alcançar 7,5 milhões de toneladas na atual temporada, apontando um crescimento de 2,8% na comparação com o ciclo anterior.

Com relação à safra do milho, estima-se que possa alcançar 3,9 milhões de toneladas. As principais contribuições provêm da primeira (2,7 milhões de toneladas) e da terceira (1,1 milhão de toneladas) safra do cereal. Em seu conjunto, a produção de milho, no estado, apresenta previsão de crescimento de 16,0% em relação ao período anterior.

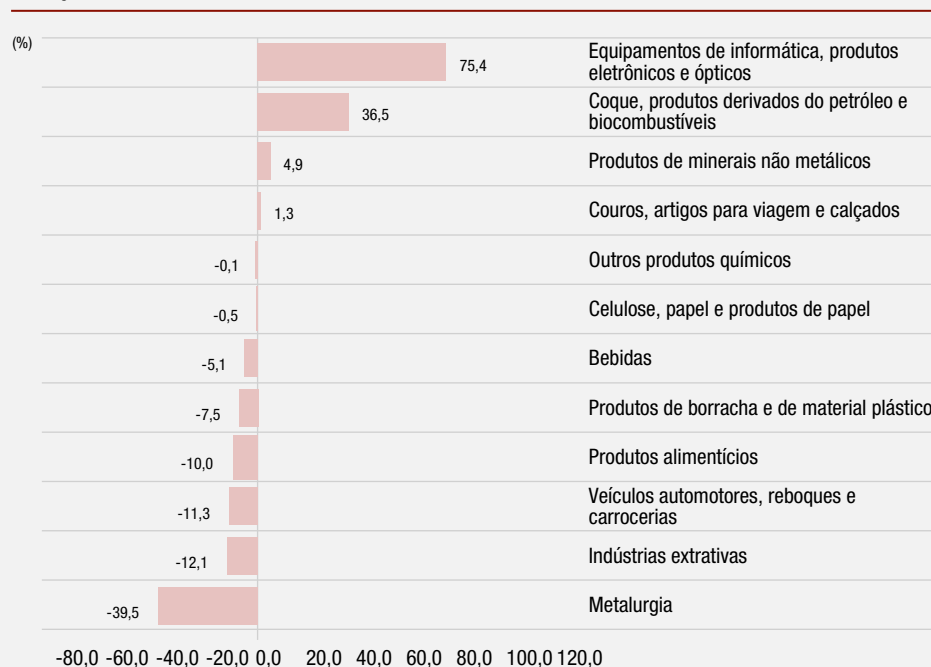
O otimismo também está associado à produção de feijão, cujo volume estimado em 312 mil toneladas (plantados em 432 mil ha) representa um crescimento de 10,0% em relação ao ciclo 2021/2022.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Na análise da indústria baiana, no período de janeiro a março, em comparação com o mesmo período do ano anterior, a maioria dos segmentos apresentou taxas negativas, conforme dados ilustrados no Gráfico 1, contribuindo para a forte queda da produção industrial do estado no período.

A *Indústria extrativa* representou o principal impacto negativo para a indústria baiana com taxa de – 44,4% no trimestre, principalmente em decorrência do recuo na produção de óleos brutos de petróleo e gás natural. Em dezembro de 2022, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) interditou 28 campos terrestres do Polo Bahia Terra, que tiveram a produção de petróleo e gás natural paralisada por questões de segurança. As instalações foram desinterditadas gradualmente, conforme o cumprimento, pela Petrobras, das condições estabelecidas pela ANP, que concluiu, em maio, o processo de desinterdição das instalações do Polo Bahia Terra (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2023).

Gráfico 1
Produção física da indústria por segmentos de atividade – Bahia – Jan.-mar. 2023



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado negativo da *Indústria de transformação* (-2,0%) baiana, tem-se, inicialmente, o de *Derivados de petróleo*. No primeiro trimestre do ano, a produção recuou 3,4%, com queda no processamento de gasolina e óleo diesel.

A indústria de *Produtos químicos*, que recuou 5,7% no período, foi prejudicada pela menor produção de bens químicos de uso industrial – principalmente ácido acrílico e etileno não-saturado. A falta de competitividade dos produtos químicos nacionais em razão dos elevados custos da principal matéria-prima, o gás natural, levou ao aumento das importações pelo mercado interno e, conseqüentemente, a menor produção nacional.

O segmento de *Celulose e papel*, em razão de parada programada para manutenção em unidade de produção, registrou queda no fabrico de pasta química de madeira. A expectativa é de ampliação da produção no segundo semestre deste ano.

O segmento de *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* registrou recuo de 14,7%, principalmente atribuído à menor produção de aparelhos elétricos e de geradores. Por sua vez, o de *Borracha e material plástico*, com queda de 2,2% no período, teve desempenho influenciado, principalmente pela queda na produção de pneus novos para automóveis e caminhões.

A produção de *Minerais não metálicos* caiu 4,1% no trimestre. No período, houve recuo, principalmente, na fabricação de artefatos de gesso e produtos cerâmicos. Esse desempenho reflete as incertezas dos empresários diante do cenário de indefinição de várias políticas federais relacionadas ao setor da Construção e de uma conjuntura de retração no mercado de crédito atrelado às elevadas taxas de juros.

Na *Indústria calçadista*, a queda derivou especialmente da redução na produção de calçados, influenciada pela diminuição da demanda por esses produtos, devido ao endividamento crescente das famílias brasileiras.

A principal contribuição positiva para o período veio da indústria de *Alimentos* atribuída, sobretudo, à maior fabricação de leite em pó, manteiga de cacau e carne de bovinos, que cresce apesar do ambiente macroeconômico interno com alta nos custos de matérias-primas, insumos e energia.

A indústria de *Bebidas* cresceu em 11,8% no trimestre, impactada pela maior produção de refrigerantes, cervejas e chopes. O retorno das festas populares no período influenciou o desempenho do segmento.

O segmento de Celulose e papel, em razão de parada programada para manutenção em unidade de produção, registrou queda no fabrico de pasta química de madeira. A expectativa é de ampliação da produção no segundo semestre deste ano

O segmento de *Metalurgia* foi impulsionado, sobretudo, pelo crescimento na produção de derivados de cobre, ouro e arames e fios de aço carbono. Esses produtos tiveram aumento nos preços internacionais em razão da maior demanda, principalmente proveniente da China. O segmento vinha registrando queda desde setembro de 2021 e voltou a ter resultados mensais positivos em fevereiro deste ano.

Para o ano de 2023, a maior dinâmica da indústria baiana deve ser favorecida pelo aumento na produção de *Alimentos e bebidas*, além do segmento de *Derivados de petróleo e celulose*, que tem sido beneficiado pelos preços internacionais ainda elevados.

Por sua vez, o ambiente internacional instável e a expectativa de esfriamento da demanda externa, diante da inflação mundial e do conflito no Leste Europeu, somados ao cenário interno de elevadas taxas de juros, atuam em sentido contrário ao crescimento para o setor.

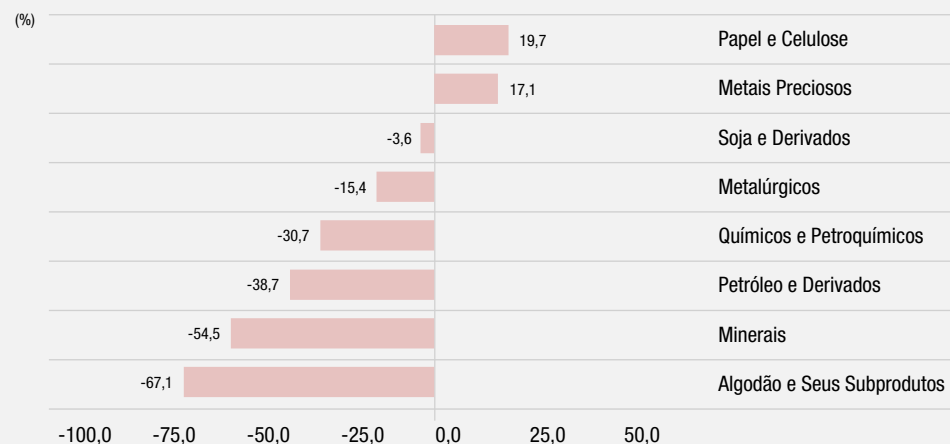
COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial baiana registrou déficit de US\$ 169,3 milhões no período de janeiro a abril de 2023, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, analisados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (DESEMPENHO..., 2023), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). As exportações alcançaram US\$ 3,25 bilhões e ficaram 22,0% abaixo do total registrado em igual período de 2022, enquanto as importações somaram US\$ 3,42 bilhões – menores em 7,2% se comparadas com a soma do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 6,68 bilhões, recuando 15,1% em relação ao resultado de igual período de 2022.

Considerando-se os segmentos da Agropecuária, destacam-se as quedas nas vendas de *Soja e derivados*, com taxa de – 3,6% no período e de *Algodão e seus subprodutos*, com taxa de – 67,1%, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Quanto à *Indústria de transformação*, destacam-se quedas nos segmentos de *Petróleo e derivados* (-38,9%), *Químicos e petroquímicos* (-30,7%) e *Metalúrgicos* (-15,4%). Em sentido contrário, o principal avanço foi destacado em *Papel e celulose* (19,7%). Considerando-se as vendas da Indústria extrativa, houve queda no segmento de *Minerais* (-54,5%) e aumento em *Metais preciosos* (17,1%).

Gráfico 2
Exportações dos principais segmentos – Bahia – Jan.-abr. 2023

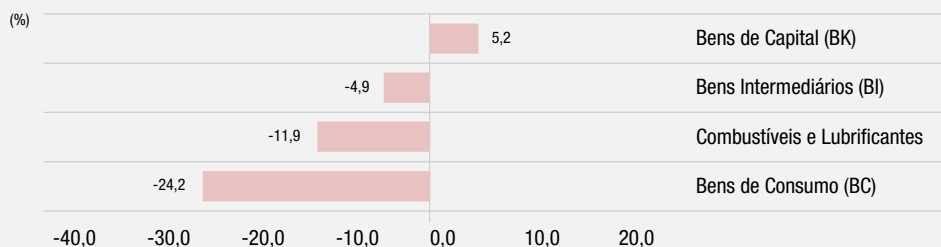


Fonte: Desempenho do Comércio Exterior da Bahia (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: dados coletados em 05/05/2023.

Gráfico 3
Importações por categoria de uso – Bahia – Jan.-abr. 2023



Fonte: Desempenho do Comércio Exterior da Bahia (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: dados coletados em 05/05/2023.

A queda das exportações refletiu, principalmente, a redução nos preços das mercadorias internacionais (-15,1%). O volume exportado também diminuiu no período com taxa de - 8,2% no período.

O recuo das compras externas no período deveu-se à queda na categoria de uso de *Combustíveis e lubrificantes* (-11,9%), *Bens intermediários* (-4,9%) e *Bens de consumo* (-24,2%). A categoria *Bens de capital* (5,2%) foi a única a apresentar resultado positivo, especialmente, pela compra de máquinas e equipamentos (Gráfico 3).

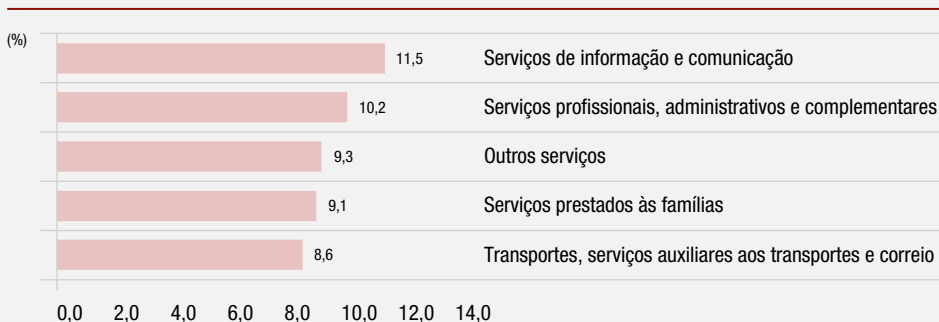
Portanto, no primeiro quadrimestre de 2023, as vendas externas baianas tiveram queda, refletindo, especialmente, o declínio das exportações do segmento *Petróleo e derivados* (-38,7%), enquanto o Brasil registrou avanço (1,6%) no período. A redução das importações baianas no mesmo período também foi maior do que o observado na média nacional (-2,3%), reflexo do baixo desempenho da *Indústria de transformação* no país e no estado.

SETOR DE SERVIÇOS

O setor de Serviços baiano manteve o ritmo de crescimento e, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (2023) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou aumento de 8,7% no volume de atividades no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado é atribuído ao crescimento em todas as cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 4: *Serviços prestados às famílias* (9,1%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (8,6%), *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (10,2%), *Serviços de informação e comunicação* (11,5%) e *Outros serviços* (9,3%).

Ressalte-se que segmentos como *Alojamento e alimentação* e *Atividades artísticas e culturais* estão sendo impulsionados pela retomada das atividades teatrais, musicais e espetáculos e festas populares, contribuindo para o ritmo crescente do setor de Serviços.

Gráfico 4
Volume de Serviços – Bahia – Jan.-mar. 2023



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMÉRCIO VAREJISTA

O Comércio Varejista registrou crescimento nas vendas no primeiro trimestre de 2023, em relação a igual período do ano anterior e na comparação com o trimestre exatamente anterior (série livre de influências sazonais). Esse comportamento pode ser observado no último trimestre do ano anterior e é explicado não somente pelo efeito base, mas também pela expectativa das classes mais baixas em relação a uma melhoria na renda, proveniente tanto do crescimento da oferta de emprego como dos programas de transferência de renda do governo federal.

No primeiro trimestre de 2023, a despeito do elevado nível de endividamento das famílias, agravado com os juros elevados, houve expansão do volume de vendas de 3,6% em relação ao ano passado, e 4,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Na análise mensal, os dados apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) (2023) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – indicaram mudança de trajetória a partir de novembro de 2022. Por essa ocasião, os efeitos das contratações de final de ano, realizações de *Black Friday*, Copa do Mundo e desaceleração dos preços trouxeram um alento para o setor.

Tabela 2

Volume de vendas do Comércio Varejista¹ – Bahia – Jan.-mar. 2023

Atividade	ANO
Comércio Varejista	-4,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	-5,1
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,4
2.1 - Hipermercados e supermercados	-1,1
3 - Tecidos, vestuário e calçados	7,4
4 - Móveis e eletrodomésticos	-27,4
4.1 - Móveis	-31,7
4.2 - Eletrodomésticos	-26,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	11,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	0,3
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	10,2
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-6,2
Comércio Varejista Ampliado (2)	-5,9
9 - Veículos, motos, partes e peças	-9,4
10 - Material de construção	-4,9

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 11.

Material de construção expandiu as vendas no trimestre em 3,4%, sendo influenciado pelo comportamento do consumidor de baixa renda, cuja percepção foi de maior segurança no emprego e melhora no poder aquisitivo com a queda da inflação

Na análise por atividade, tem-se que, dos oito segmentos que compõem o setor, seis registraram comportamento positivo no trimestre analisado, são eles: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (39,4%), *Combustíveis e lubrificantes* (19,3%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (11,3%), *Tecidos, vestuário e calçados* (9,0%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,3%) e *Móveis e eletrodomésticos* (1,3%). Já *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-5,2%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-14,3%) apresentaram retração nas vendas (Tabela 2).

Dentre as variações positivas, tem-se o desempenho de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, bem como o de *Combustíveis e lubrificantes*. O crescimento das vendas do primeiro é atribuído à valorização do Real ante o Dólar, enquanto o do segundo se deve aos preços de combustíveis praticados no período.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do Comércio Varejista, também registrou crescimento, mas de forma mais suave. O seu desempenho é resultado do abrandamento dos preços praticados na atividade, que comercializa produtos de primeira necessidade. No subgrupo *Hipermercados e supermercados* houve expansão de 4,3% nas vendas, na mesma base de comparação.

No que diz respeito ao Comércio Varejista Ampliado, que inclui o varejo restrito e mais as atividades de *Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*, a expansão no primeiro trimestre foi de 2,8%, em relação a igual trimestre do ano anterior. O crescimento no Ampliado foi determinado pelo comportamento de *Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*.

Material de construção expandiu as vendas no trimestre em 3,4%, sendo influenciado pelo comportamento do consumidor de baixa renda, cuja percepção foi de maior segurança no emprego e melhora no poder aquisitivo com a queda da inflação. Quanto ao segmento de *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* foi registrado crescimento de 21,5%. Por sua vez, *Veículos, motos, partes e peças* refletiu o encarecimento do crédito. No trimestre, o recuo nas vendas foi de 10,1%, em razão das incertezas quanto ao comportamento da atividade econômica no país.

Nesse aspecto, os dados apresentados pela PMC no primeiro trimestre de 2023 revelam que a despeito do endividamento dos consumidores em

nível elevado e dos juros altos, o setor respondeu ao estímulo das repetidas quedas da inflação e melhora no mercado de trabalho. De acordo com os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no mês de março de 2023, a Bahia gerou 9.324 postos de trabalho com carteira assinada, o que representa 0,49% sobre o quantitativo de fevereiro de 2023 (BAHIA..., 2023).

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro trimestre de 2023 o mercado de trabalho baiano apresentou queda na taxa de desocupação, aumento da ocupação e crescimento da massa salarial. Os indicadores de emprego que corroboram essas afirmações podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (2023), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência (BRASIL, 2023).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela PNAD Contínua (2023), declinou de 17,6%, no primeiro trimestre de 2022 para 14,4% no primeiro trimestre de 2023, registrando decréscimo de 3,2 pontos percentuais entre os períodos. Ao mesmo tempo, ocorreu aumento de 0,9 p.p. entre o quarto trimestre de 2022 (13,5%) e o primeiro trimestre deste ano. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2021 está ilustrada no Gráfico 5.

Gráfico 5
Taxa de desocupação (1) – Bahia – 1º tri. 2021-1º tri. 2023



Fonte: PNAD Contínua (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a março de 2023, na Bahia, foram gerados 21.141 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged

A população ocupada na Bahia aumentou 0,5% no primeiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve crescimento de 6,8% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada no estado, os resultados destacam, no confronto entre o primeiro trimestre de 2023 e o de 2022, aumento da ocupação em seis dos dez segmentos: *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* (2,0%), *Indústria geral* (7,2%), *Construção* (2,2%), *Transporte, armazenagem e correio* (25,0%), *Serviços domésticos* (5,9%) e *Outros serviços* (7,4%). Em sentido contrário, os grupamentos *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-7,3%), *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-2,0%), *Alojamento e alimentação* (-1,5%) e *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (-4,3%) apresentaram recuo da população ocupada, a partir da mesma base de comparação.

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que houve acréscimo (9,0%) de empregados do setor privado com carteira assinada (exclusive domésticos) no primeiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do setor privado sem carteira assinada (exclusive domésticos) aumentaram em 2,4%. Contudo houve queda da população ocupada por conta própria (-3,0%).

O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) avançou 5,7% para os ocupados, na comparação entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período de 2022. Na mesma comparação, a massa de rendimento real (de todos os trabalhos) aumentou em 8,0%.

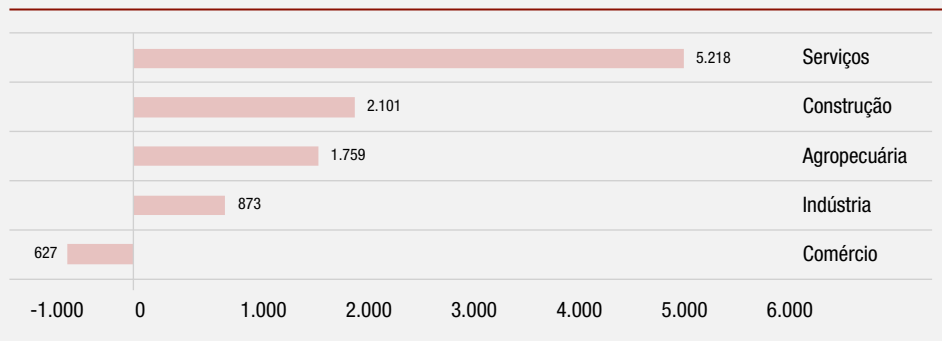
Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a março de 2023, na Bahia, foram gerados 21.141 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged (BRASIL, 2023). Isso corresponde a uma variação percentual do estoque de emprego de 1,11%, portanto acima da média nacional (0,46%) e nordestina (0,20%). No país, houve um saldo positivo de 195.171 postos e, no Nordeste, de 14.115 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, entre os setores que apresentaram saldos positivos destacam-se o de Serviços, com 5.218 postos, seguido pelos de Construção, com 2.101 vagas, Agropecuária, com 1.759 postos de trabalho, e Indústria, com 873 postos. O setor de Comércio registrou saldo negativo de 627 postos de trabalho, como ilustrado no Gráfico 6.

Os indicadores analisados apontaram um quadro de recuperação do mercado de trabalho baiano nos primeiros meses de 2023, principalmente com importante criação de empregos formais. Importante destacar que apesar de estar em queda, a taxa de desemprego continua elevada.

Gráfico 6

Saldo de empregos celetistas, por setor de atividade econômica – Bahia – Jan.-mar. 2023



Fonte: Brasil (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: 1) Saldo líquido = admitidos menos desligados. Todos os setores incluídos.

2) Inclusive informações fora do prazo até abril de 2023.

3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2023).

4) Dados com o ajuste da nova metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

5) Dados divulgados em abril de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário econômico apresentado nas seções anteriores, as expectativas para o ano de 2023, segundo projeções elaboradas pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI), são de que a economia baiana terá desempenho positivo, embora, diante das incertezas dos cenários nacional e externo, com ritmo menos intenso do que o observado em 2022, quando a atividade econômica cresceu 2,2%.

Nesse sentido, a Agropecuária deve repetir o resultado positivo de 2022, com safra superior a 13 milhões de toneladas, de acordo com as estimativas da Conab (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2023). O setor de Serviços deve continuar com um ritmo positivo de crescimento, respondendo ao mercado de trabalho mais aquecido. A retomada das atividades turísticas será determinante para o aumento da ocupação e da renda em 2023. Porém, o Comércio Varejista, também beneficiado pelo aumento do nível de emprego, pode continuar a ser prejudicado pela perda de poder de compra por parte dos consumidores devido ao aumento da inflação, pelo maior custo do crédito e o crescente endividamento das famílias. No mercado de trabalho, o número de ocupações deve continuar a crescer em praticamente todos os grandes setores, especialmente o de Serviços.

O setor industrial também deve apresentar resultados positivos, impulsionado, especialmente, pelo setor de energia e pelo aumento na fabricação de derivados de petróleo, alimentos, bebidas e celulose. As vendas externas

têm sido prejudicadas pela desaceleração dos preços das *commodities*, que, apesar de estarem em queda, ainda se encontram em níveis elevados. As importações também não devem registrar crescimento significativo, devido ao baixo nível da demanda doméstica e dos investimentos, e ainda pela queda no preço das compras de combustíveis e fertilizantes.

Contudo, alguns riscos podem comprometer o cenário esperado de crescimento econômico baiano em 2023. Do lado externo, o conflito entre Rússia e Ucrânia, a inflação mundial e a desaceleração das principais economias globais, especialmente, aquelas que demandam produtos da pauta baiana podem trazer transtornos ao comércio externo da Bahia. Do lado interno, a pressão inflacionária, a elevação das taxas de juros e crescente endividamento das famílias podem reduzir o nível de atividade no estado, na medida em que dificultam a produção e o consumo de bens e serviços, mesmo com a retomada mais forte do emprego e da renda.

Por fim, a melhora na confiança do empresário evidenciada no Índice de Confiança do Empresariado Baiano (CONFIANÇA..., 2023) pode significar a retomada dos investimentos do setor privado que, em conjunto com os investimentos em infraestrutura, deve contribuir para o crescimento da indústria e da economia baiana nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2022/23. Brasília: Conab, v. 10, n. 6, mar. 2023. Sexto levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 15 maio 2023.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *ANP conclui desinterdição de instalações do Polo Bahia Terra*. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/anp-conclui-desinterdicao-de-instalacoes-do-polo-bahia-terra. Acesso em: 22 maio. 2023.
- BAHIA exibiu saldo positivo de 9.324 postos de trabalho em março. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, mar.2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_mar23.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: estatísticas mensais do mercado de trabalho formal*. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- CONFIANÇA do segmento produtivo do estado reage e ganha força em maio. *Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano*, Salvador, v. 14, n. 5, maio 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_mai23.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2023_1tri.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

DESEMPENHO do comércio exterior baiano. *Boletim de Comércio Exterior da Bahia*, Salvador, abr. 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_abr_2023.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO PECUÁRIA. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2023_1tri.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

ESTIMATIVA da safra de grãos na Bahia fica mantida em 11,0 milhões de toneladas em 2023. *Acompanhamento da Safra Baiana*, Salvador, mar. 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safra/safra_mar_2023.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2023, Washington, DC. *Proceedings* [...]. Washington, DC: FOMC, 2023. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/fomcminutes20230503.htm>. Acesso em: 25 maio 2023.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca>. Acesso em: 20 maio 2023.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jan./mar. 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2023_1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: a rocky recovery*. Washington, DC: IMF, Apr. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023#statistical>. Acesso em: 5 maio 2023.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/bahia>. Acesso em: 20 maio 2023.

MAGOSSI, Eduardo; CALDEIRA, Gabriel. BCE eleva juros ao nível mais alto desde 2001. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/06/15/bce-eleva-taxas-de-juros-em-025-ponto-percentual-e-sinaliza-fim-de-programa-de-compra-de-ativos.ghml>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL: empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/quadros/brasil/2020>. Acesso em: 15 maio 2023.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física regional. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2023_mar.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, março, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2023_mar.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2023_mar.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 1. tri. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_1tri.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 254, 2023, Brasília. *Ata* [...]. Brasília: Bacen, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom/03052023>. Acesso em: 20 maio 2023.

ZHAI, Keith; DOUGLAS, Jason; XIE, Stella Yifan. China prepara plano de gastos e estímulos para a economia. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 jun. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/06/15/china-foca-em-estimulos-para-economia-fraca-apos-corte-de-juros.ghml>. Acesso em: 16 jun. 2023.



Cláudio Ramos Peixoto

PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA E PPA 2024- 2027 PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA BAHIA

O entrevistado desta edição da revista *Conjuntura & Planejamento* é Cláudio Ramos Peixoto, Secretário do Planejamento.

Na conversa, o secretário aborda questões relacionadas ao planejamento, à infraestrutura e ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, para a retomada do desenvolvimento econômico na Bahia. Trata ainda de temas como a implantação do projeto da BYD na Bahia, a ponte Salvador-Itaparica e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), além de trazer para o debate a pauta da reforma tributária na Bahia, o alinhamento da Bahia com o governo federal e a importância da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) se tornar uma instituição de ciência, tecnologia e inovação. Ele também se refere ao Consórcio do Nordeste que, na sua avaliação, veio suprir a ausência de uma política de desenvolvimento regional.



Há a necessidade de traduzirmos os anseios e expectativas, captadas durante a escuta social, na formulação de programas e compromissos que promovam o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade

SEI – 1. O PLANO PLURIANUAL (PPA) 2024-2027, DE CARÁTER PARTICIPATIVO, É O PRINCIPAL PROJETO DE LEI DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLAN) ESTE ANO E CONTA COM A MOBILIZAÇÃO DAS DEMAIS SECRETARIAS E ÓRGÃOS ESTADUAIS E TAMBÉM DE TODA A SOCIEDADE. QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS, METAS E INOVAÇÕES DESSE PPA?

Cláudio Peixoto – diretriz do governador Jerônimo Rodrigues é muito clara no sentido de não só avançarmos na construção, como também no monitoramento participativo do PPA. Então, entre os principais desafios para a construção desse instrumento estratégico de médio prazo, fundamental no ciclo do planejamento, destaca-se a mobilização permanente de toda a sociedade e da rede formada por instituições, secretarias e órgãos da administração pública em um estado tão extenso e diverso como a Bahia. Além disso, há a necessidade de traduzirmos os anseios e expectativas, captadas durante a escuta social, na formulação de programas e compromissos que promovam o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade, perseguindo a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida.

Tudo isso em um cenário marcado por assimetrias, pela diversidade sociocultural nos 27 Territórios de Identidade e pelas limitações orçamentárias, o que leva a gestão estadual a estabelecer prioridades na aplicação dos recursos públicos, através da legislação: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sintonizando o PPA com os compromissos assumidos no Programa de Governo Participativo (PGP).

Com relação às inovações trazidas pelo PPA 2024-2027, visando à ampliação e à qualificação do processo de participação social, tivemos: a criação de dez Grupos de Trabalho Territoriais formados por eixos temáticos (Saúde, Cultura, Desenvolvimento Rural, entre outros) em cada um dos 27 territórios, totalizando 270 GTTs, que ficaram responsáveis por propor as iniciativas governamentais debatidas nas plenárias; o lançamento de uma plataforma digital para envio de propostas por qualquer cidadão, e a articulação com os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas, que também submeteram suas proposições.

Além disso, na Seplan buscamos o aprimoramento da metodologia do planejamento estratégico situacional utilizado na elaboração do PPA, a partir da construção das matrizes estratégica e programática com as secretarias e seus órgãos vinculados. Identificamos os problemas

que afetam a vida da população, suas causas críticas e de que modo o governo responderá com programas e ações, assumindo compromissos e norteado pelos indicadores, que devem ser monitorados, em diálogo constante com as entidades representativas da sociedade civil, como os colegiados territoriais, os consórcios interfederativos e os setores produtivos.

Em números, é possível perceber a magnitude do processo de construção coletiva do planejamento governamental realizado na Bahia ao longo dos últimos 16 anos. Esse modelo se tornou referência para o PPA do governo federal e os demais estados da Federação, saindo dos gabinetes, da burocracia e compartilhando com a sociedade esse que é o instrumento mais importante que nós temos. Quase 8.500 pessoas participaram das 27 plenárias territoriais, contribuindo com cerca de 3.500 propostas, sendo que, destas, 1.399 foram priorizadas para apreciação e possível inclusão no Plano Plurianual. Pela plataforma digital foram enviadas ainda 3.256 propostas, que serão sistematizadas e encaminhadas para as secretarias estaduais, de acordo com as temáticas abordadas.

SEI – O PPA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
(PDI) BAHIA 2035 RECUPERAM A TRADIÇÃO DA BAHIA EM
PLANEJAMENTO, BEM COMO O SEU CARÁTER ESTRATÉGICO
NA GOVERNANÇA E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

CP – O estado da Bahia é um celeiro de planejadores. Ainda no governo de Antonio Balbino, Rômulo Almeida descortinou a realidade baiana colocando luzes sobre o cenário para desenvolver o estado. Naquele momento nascia o Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb), ancorado em um amplo diagnóstico da Bahia. Isso em meados da década de 1950. A partir do Plandeb, o estado planejou a indústria e o segmento agroindustrial e toda a infraestrutura para suporte a essas atividades.

Mais recentemente promovemos um movimento de retomada do planejamento governamental com a execução do Plano de longo prazo, o PDI Bahia-2035, que traz a visão de futuro para o estado, com a trilogia legal PPA, LDO e LOA, estes últimos, estabelecidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Na Bahia, o ciclo de planejamento está organizado de forma integrada com todas as secretarias do estado. É importante destacar o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege),

Ainda no governo
de Antonio Balbino,
Rômulo Almeida
descortinou a
realidade baiana
colocando luzes
sobre o cenário para
desenvolver o estado

A ampliação da estrutura de governança, com garantia de participação da sociedade por meio de suas representações, revela uma gestão estratégica que gera o fortalecimento da cultura do planejamento e da gestão com uma visão global de estado

cuja definição de processos e melhorias do ciclo de planejamento propicia avanços fundamentais tanto para a gestão estratégica de políticas públicas, quanto para a governança em prol do planejamento, já que envolve e articula todos os poderes, órgãos e entidades da administração pública.

Buscou-se, ao longo dos anos, fortalecer o PPA – como instrumento de planejamento de médio prazo, capaz de sintetizar uma visão de futuro, oriunda do plano de desenvolvimento de longo prazo –, e os componentes de curto prazo, que se materializam como prioridades na LDO e com ações dispostas na LOA.

É importante destacar que, mesmo não se tratando de uma obrigação constitucional, se entende como um dever moral apresentar à sociedade civil a visão de futuro que se deseja alcançar para o estado. Os estudos, diagnósticos e produções de cenários possibilitaram a construção de uma perspectiva que orienta os demais instrumentos de planejamento.

Do ponto de vista mais geral, outro valor importante a destacar é a implementação de uma gestão pública a partir de amplo diálogo com o empresariado, a Academia e os movimentos sociais. A ampliação da estrutura de governança, com garantia de participação da sociedade por meio de suas representações, revela uma gestão estratégica que gera o fortalecimento da cultura do planejamento e da gestão com uma visão global de estado, garantindo uma atuação mais eficiente, eficaz e efetiva, por meio da sustentabilidade fiscal do gasto, da valorização do servidor, ampliando a transparência e a comunicação social.

SEI – AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) ESTE ANO NÃO SÃO ANIMADORAS, O QUE AGRAVA O PROBLEMA DA FOME QUE VOLTOU A AFETAR PARTE DA POPULAÇÃO BAIANA. DIANTE DESSA EMERGÊNCIA, COMO A SEPLAN VAI PARTICIPAR DO PROGRAMA BAHIA SEM FOME, QUE ESTABELECEU ALGUMAS MEDIDAS PARA EVITAR O AGRAVAMENTO DESSA SITUAÇÃO?

CP – Desde o início desse novo ciclo do planejamento, que envolve a atualização dos instrumentos de longo (Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035) e médio (Plano Plurianual 2024-2027) prazo, o governador Jerônimo Rodrigues deixou muito claro o alinhamento com o governo federal e a centralidade do combate à fome na gestão das políticas públicas, direcionando as oportunidades de captação de

investimentos e o caminho da transversalidade nas ações governamentais, especialmente nas áreas de assistência e desenvolvimento social, desenvolvimento rural e produtivo, educação e alimentação escolar, entre outras.

Então, nosso papel no Bahia Sem Fome, além do engajamento total de todo o conjunto formado pelo corpo técnico da Seplan, familiares e empresas parceiras nesse primeiro momento com a arrecadação de alimentos (já alcançamos duas toneladas no primeiro mês), é interagir com todas as secretarias e órgãos da administração pública, estruturando os programas e agendas de governo, de forma a potencializar os resultados com esse viés da inclusão social e da segurança alimentar.

SEI – EM MÉDIO E LONGO PRAZO, AS POTENCIALIDADES DA BAHIA SÃO IMENSAS. TEMOS, POR EXEMPLO, A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA PARA CARROS ELÉTRICOS. COMO ESSE EMPREENDIMENTO IMPACTA A ECONOMIA BAIANA?

CP – O projeto da BYD na Bahia deverá ter impacto em vários setores, uma vez que será implantada uma unidade de processamento de minérios para a produção de baterias, uma fábrica de chassis de ônibus e caminhões elétricos e uma montadora de veículos de passeio elétricos.

Assim, o setor de mineração será envolvido na pesquisa e exploração de minerais estratégicos para a transição energética, a exemplo do cobalto, do vanádio, do cobre, do níquel e do grafite, já existentes na Bahia, bem como do lítio, ora sendo objeto de pesquisa por diversas empresas.

O setor de mobilidade urbana será outro a ser afetado, uma vez que possibilitará a disseminação de ônibus elétricos no país, em particular no Nordeste. Veículos esses já utilizados pelo governo da Bahia em parceria com a BYD na frota de ônibus do Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Por fim, a montadora de veículos de passeio elétricos colocará a Bahia na fronteira tecnológica da fabricação de automotivos, permitindo o seu fornecimento para o mercado nacional e criando empregos de alta qualificação.

Nosso papel no Bahia Sem Fome [...] é interagir com todas as secretarias e órgãos da administração pública, estruturando os programas e agendas de governo, de forma a potencializar os resultados com esse viés da inclusão social e da segurança alimentar

Os investimentos em infraestrutura são essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico, porque impactam diretamente no aumento da eficiência dos setores produtores de bens e serviços na economia

SEI – OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA SÃO A BASE PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA BAHIA. COMO O SENHOR DESTACA A IMPORTÂNCIA DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE (FIOL) E A PONTE SALVADOR-ITAPARICA?

CP – Os investimentos em infraestrutura são essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico, porque impactam diretamente no aumento da eficiência dos setores produtores de bens e serviços na economia. A disponibilidade da infraestrutura, representada pela oferta de energia elétrica, transporte (ferrovias, portos, aeroportos, rodovias e transporte público, a exemplo do metrô), saneamento básico e telecomunicações, tem um impacto direto na redução do valor dos investimentos e dos custos de produção, ou seja, na indústria, mineração, agricultura, comércio e na prestação de serviços em geral. Por sua vez, o setor produtivo gera empregos e renda, contribuindo, assim, para a elevação da arrecadação tributária do governo.

Assim, a infraestrutura é constituída pelo conjunto de investimentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico, tais como: saneamento, transportes, energia e telecomunicações. A falta de infraestrutura dificulta a atração de novos investimentos, reduz a competitividade das empresas e compromete a geração de novos empregos. A infraestrutura é, portanto, a base que sustenta o processo de desenvolvimento.

Consequentemente, a ponte Salvador-Itaparica e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste são parte da estratégia de ampliar a infraestrutura e os vetores de promoção do desenvolvimento estadual. Porém, pela sua abrangência, a questão ferroviária não se restringe à inegável importância da FIOL.

Na década de 1950, a malha ferroviária da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (empresa pública sediada em Salvador) na Bahia alcançava a extensão de 1.600 km, que, somados aos 325 km da Estrada de Ferro Nazaré, aos 132 km da Estrada de Ferro Ilhéus e mais 147 km (do total de 582 km) da Estrada de Ferro Bahia e Minas, correspondia a um total de 2.204 km de estradas de ferro no território baiano.

Hoje, o total de linhas ferroviárias em tráfego na Bahia não passa de 1.380 km. Houve uma redução de 824 km, e o que restou encontra-se em péssimas condições de tráfego. Mas essa situação torna-se ainda mais preocupante porque atualmente nenhum dos portos baianos é alcançado pelos trens, contrariando a assertiva de que os portos dependem dos trens e os trens dependem dos portos para melhor atender às demandas do setor produtivo.

SEI – COMO ESSES DOIS INVESTIMENTOS (FIOL E PONTE SALVADOR-ITAPARICA) SE ARTICULAM COM O PLANO ESTRATÉGICO FERROVIÁRIO DA BAHIA? QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES REVELADAS PELO ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA QUE JÁ TEVE UMA TRADIÇÃO EM TRANSPORTE FERROVIÁRIO?

Diferente das demais regiões, o Nordeste possui espaço para diversificação industrial, com serviços qualificados e ampla diversidade cultural e de recursos naturais

CP – O Plano Estratégico Ferroviário desenvolvido pela Fundação Dom Cabral (FDC) projeta a implantação de uma malha ferroviária integrada ao restante do país, incluindo a conclusão da FIOL e a reconfiguração dos trechos ferroviários existentes, que integram corredores estruturais importantes: Salvador – Belo Horizonte; Salvador – Juazeiro; Salvador – Recife, além de indicar a correção de traçado e a implantação de bitola (distância entre os trilhos) larga – 1,60 m ou mista - 1:00 e 1,60 m, quando necessário.

No cenário estudado para a elaboração do plano ferroviário baiano são reveladas as oportunidades em infraestrutura ferroviária e uma proposta de reestruturação da malha a partir da demanda de transporte e análises de pré-viabilidade das malhas propostas.

Portanto, mesmo que a ponte Salvador-Itaparica não se articule diretamente com o Plano Estratégico Ferroviário da Bahia, porque se destina ao tráfego rodoviário, temos a possibilidade de ampliar, a partir dos entendimentos mantidos com o governo federal, as parcerias com a iniciativa privada. Isso promoverá um ganho significativo na área da logística de transporte e da infraestrutura urbana, o que irá dinamizar a economia baiana com o fortalecimento de atividades importantes, como a mineração, o agronegócio, o comércio, entre outras.

SEI – NOS ÚLTIMOS ANOS, A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DOS FLUXOS DE MERCADORIAS NO BRASIL AUMENTOU DE FORMA ACENTUADA. A PARTICIPAÇÃO DO PIB DO NORDESTE PRATICAMENTE NÃO SE ALTEROU NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. QUAIS POLÍTICAS ECONÔMICAS O CONSÓRCIO NORDESTE PODERIA ADOTAR PARA INTEGRAR OS ESTADOS DA REGIÃO E ELEVAR A PARTICIPAÇÃO NO PIB NACIONAL?

CP – Dados recentes mostram que a Região Nordeste possui a menor renda média do Brasil (R\$ 1.053,00), sendo a Bahia a sétima colocada (R\$1.010,00), na frente apenas de Alagoas e Maranhão. Já quanto à participação no PIB Nacional, o Nordeste possui, historicamente, algo em torno de 14% e detém 27,2% da população do país.

De modo geral, o Consórcio do Nordeste veio suprir a ausência de uma política de desenvolvimento regional e, pelas características da região, tem na diversidade sua maior força motriz. Diferente das demais regiões, o Nordeste possui espaço para diversificação industrial, com serviços qualificados e ampla diversidade cultural e de recursos naturais.

A gestão estadual defende a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional forte, que seja capaz de preservar a capacidade de atração de investimentos por parte de estados como os do Nordeste

Por sua vez, o desenvolvimento experimentado entre os anos 2003 e 2015 colocou o Nordeste em uma posição de destaque no cenário nacional. Agora, em 2023, com o novo governo federal, pode ser retomado, pois todos os fatores propulsores do desenvolvimento permanecem, quais sejam, infraestrutura criada, novas universidades, mão de obra qualificada, entre outros aspectos.

Nessa perspectiva, é necessário superar a estrutura produtiva concentrada, espacial e setorialmente; constituir redes de cidades para possibilitar a integração regional; fortalecer as pequenas e médias empresas, superar o déficit hídrico, entre outros desafios.

SEI – QUAL A POSIÇÃO DA BAHIA PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL?

CP – O debate sobre a pauta da reforma tributária na Bahia tem sido conduzido pela Secretaria da Fazenda (Sefaz), a partir do entendimento de que é necessário simplificar o conjunto de tributos federais, estaduais e municipais, eliminando possíveis sobreposições, de forma a estimular a retomada do crescimento sustentável da economia brasileira.

O desafio em tela é fazer com que o modelo da reforma seja capaz de impulsionar os setores produtivos, revertendo o processo de desindustrialização em curso no país, nas últimas décadas. É importante superar o quadro de desigualdades regionais, já que o indicativo é que ocorra a perda de autonomia dos estados na gestão da política fiscal.

Portanto, a gestão estadual defende a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional forte, que seja capaz de preservar a capacidade de atração de investimentos por parte de estados como os do Nordeste, com o estímulo à instalação de novos empreendimentos para a geração de mais empregos e renda.

SEI – A PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL REFORÇA A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS QUE FORAM ENGAVETADOS NA GESTÃO PASSADA?

CP – Sem dúvida! Graças ao alinhamento com o governo federal e a parceria estabelecida entre o governador Jerônimo Rodrigues e o presidente Lula, que vem-se refletindo no apoio aos pleitos da Bahia nos ministérios, além da presença de baianos em posições estratégicas, já conseguimos avançar na captação de investimentos para programas e projetos importantes.

Recentemente, inclusive, tivemos três projetos da Bahia nas áreas da saúde, meio ambiente e recursos hídricos, que estavam aguardando uma análise

pelo governo federal, desde a gestão anterior, aprovados pela – Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), do Ministério do Planejamento e Orçamento, totalizando recursos da ordem de U\$ 413 milhões dos fundos e organismos internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). O projeto Parceiros da Mata, que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica, teve a maior nota, entre todos os projetos apresentados pelos estados, na avaliação técnica a cargo da Cofix.

Nos primeiros meses de gestão também já foram feitos alguns anúncios e realizadas algumas entregas, como, por exemplo, os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida e a recuperação de trechos das rodovias federais na área da infraestrutura urbana e de transporte, a retomada do Bolsa Família e a garantia de recursos via Sistema Nacional de Cultura, com a Lei Paulo Gustavo, entre outras ações.

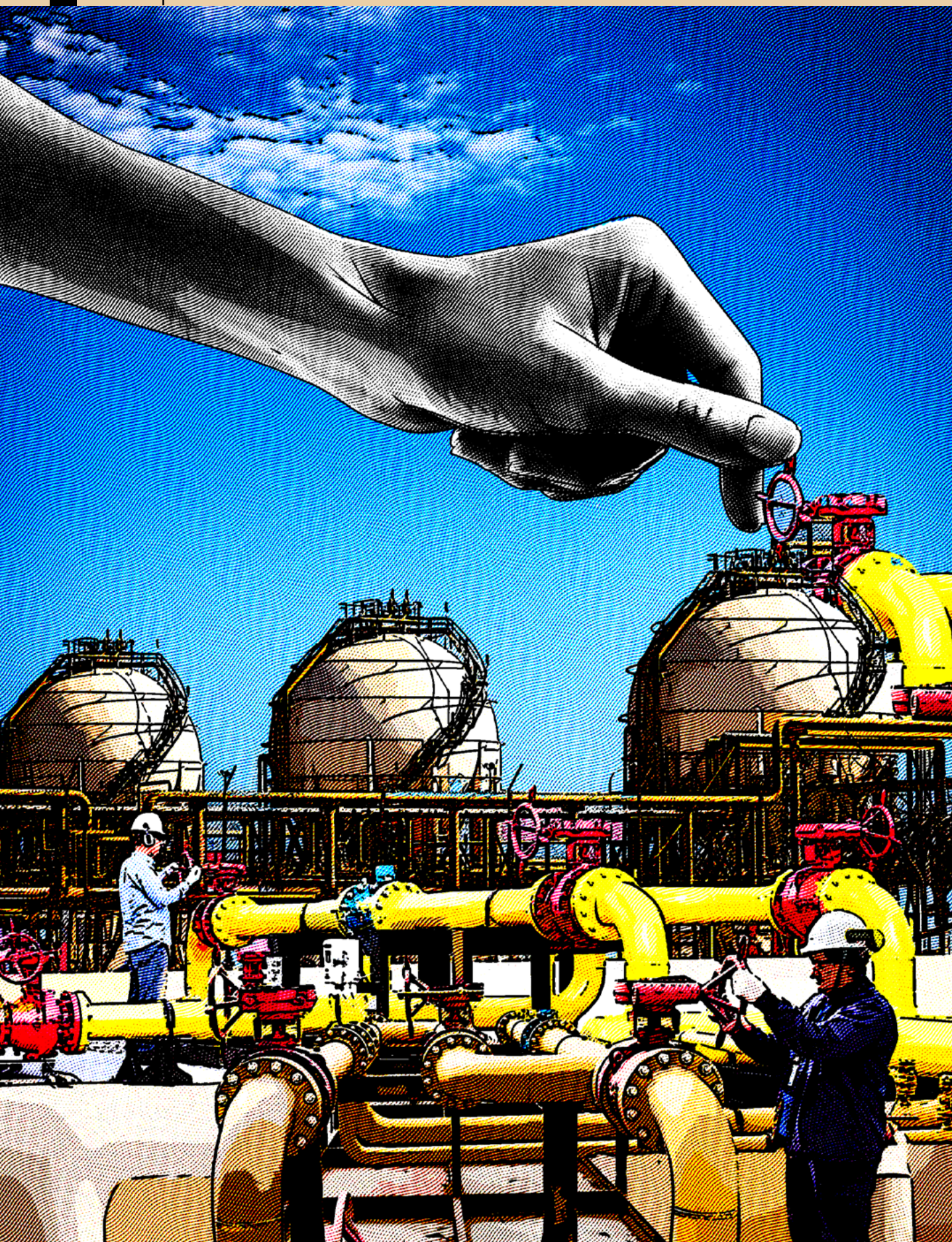
Além disso, nossa expectativa é que, através do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sejam viabilizados recursos para a execução de projetos na área da logística de transporte, especialmente, com integração entre ferrovias e portos, que possibilitarão um incremento significativo no comércio exterior, com o fortalecimento das atividades de diversos setores, como a mineração e o agronegócio, com impacto positivo no PIB baiano.

SEI – A SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI), AUTARQUIA DA SEPLAN, TORNOU-SE UMA INSTITUIÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. COMO O SENHOR VÊ ESSA MUDANÇA E AS PERSPECTIVAS DO ÓRGÃO NESSAS ÁREAS NO NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO?

CP – A mudança é muito positiva, já que a SEI continuará a ser um órgão dedicado à elaboração de estudos e pesquisas que subsidiam o planejamento governamental, agregando mais uma função, a produção de conhecimento, tornando-se também um instituto tecnológico, sem ser propriamente um ‘centro de ciência e tecnologia’, com um corpo técnico e instrumental específico de pesquisas tecnológicas.

A SEI vai poder participar de editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação; da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, voltada para o fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades e institutos tecnológicos, e da própria Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

A SEI continuará a ser um órgão dedicado à elaboração de estudos e pesquisas que subsidiam o planejamento governamental, agregando mais uma função, a produção de conhecimento, tornando-se também um instituto tecnológico



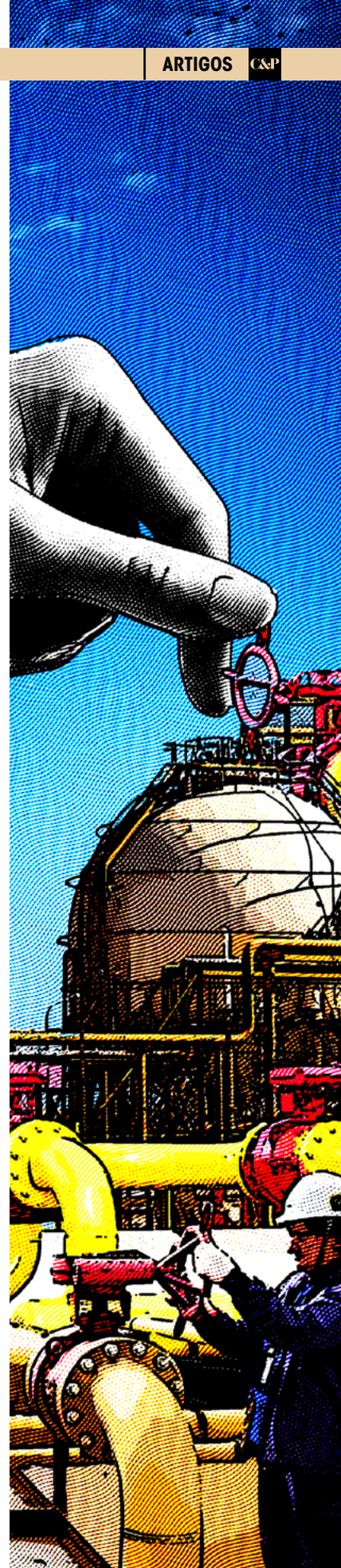
O MERCADO DE GÁS NATURAL NO BRASIL E NA BAHIA E OS SEUS REFLEXOS SOBRE A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Carla Janira Souza
do Nascimento
Mestra em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduada em
Ciências Econômicas pela
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
carlajanira@sei.ba.gov.br
[https://orcid.
org/0009-0007-2320-6844](https://orcid.org/0009-0007-2320-6844)

[http://doi.org/10.56839/
cp.li204.2](http://doi.org/10.56839/cp.li204.2)

A **MATRIZ** energética mundial ainda é fortemente baseada em combustíveis fósseis, que têm causado importantes danos ao meio ambiente. A geração e o uso da energia que impulsionam a economia mundial são responsáveis por grande parte desses impactos ambientais, sendo o aquecimento global a maior preocupação da atualidade.

A transição energética motivada pelo desenvolvimento sustentável e pelas mudanças climáticas evidencia a necessidade de modificações nas fontes de energia primárias e secundárias em todo o mundo, de forma diferenciada em cada região.



O Brasil tem um papel importante no processo de transição energética, diante da extensão territorial do país, da abundância de recursos naturais, das vastas reservas florestais e da presença de um ambiente regulatório favorável, além da possibilidade de expandir uma matriz elétrica predominantemente renovável.

O gás natural é um insumo que favorece a transição para fontes renováveis, devido à queima mais limpa que os demais combustíveis. “É um combustível fóssil, formado basicamente por metano, variando em uma proporção de 80% a 90%, etano, que varia de 5% a 10%, e outros gases como propano e butano” (MICHELENA, 2018, p. 21), associado ou não ao petróleo. “O volume de dióxido de carbono (CO₂) emitido na atmosfera pode ser entre 20% e 23% inferior àquele produzido pela geração a partir do óleo combustível, e entre 40% e 50% inferior aos casos de geração a partir de combustíveis sólidos, como o carvão” (MICHELENA, 2018, p. 21-22).

De acordo com o Atlas de Eficiência Energética do Brasil, considerando-se as fontes não renováveis, o gás natural foi o grande destaque como fonte energética em 2021, pois teve um aumento da participação, saindo de 5,4% em 2000 para 13,3% naquele ano “[...] devido à sua utilização em termelétricas de base, extensão da malha dutoviária, que possibilitou o seu uso tanto nas indústrias como nas edificações residenciais, comerciais e públicas” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2022a, p. 16).

De acordo com Basualdo (2022), diante do cenário de transição energética e volatilidade geopolítica, surgem mudanças imprevisíveis na oferta e demanda de energia, como as que ocorreram durante a pandemia de Covid-19, com o colapso do mercado de petróleo e, em seguida, com o aumento dos preços do Gás Natural Liquefeito (GNL), que foi intensificado pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Assim, a disparidade entre oferta e demanda e ainda a volatilidade nos preços do gás natural acarretaram dificuldades para o mercado interno no país, que depende desse energético, principalmente na indústria e no setor de geração de energia elétrica.

Na indústria, a utilização do gás natural, como combustível e/ou matéria-prima, permite a redução de emissões de CO₂ e de outros poluentes se comparado a outros combustíveis fósseis; e acarreta menor corrosão e custo de manutenção dos equipamentos industriais. Porém, além de ser um combustível fóssil, mesmo gerando menores quantidades de poluentes, existe o entrave da oferta, pois é uma substância de difícil obtenção e depende da localização das reservas e de transporte.

O setor elétrico brasileiro, por sua vez, também depende do gás natural para manter uma matriz de segurança energética (ROMEIRO, 2022), em função da variabilidade do regime de chuvas e da instabilidade da energia elétrica a partir de hidroelétricas, principalmente em períodos de crise hídrica. Conforme destacado no Plano Decenal de Expansão de Energia 2030 (BRASIL, 2021b, p. 109), mesmo com

[...] a expectativa de maior diversificação da matriz elétrica, com elevada participação das fontes eólica e fotovoltaica no horizonte decenal, as termelétricas a gás natural ainda são importantes no atendimento a demandas pontuais, posto que as energias renováveis são intermitentes, com picos de carga ou redução expressiva de geração.

Contudo, essa elevada volatilidade no despacho de térmicas a gás natural constitui-se uma grande desvantagem para o setor de gás natural, o que exige um planejamento energético para manter o equilíbrio entre oferta e demanda, sem acarretar grandes custos.

Daí a importância de ampliar e escoar a oferta interna, pois o aumento na disponibilidade de gás natural tem o potencial de viabilizar o uso sustentável do energético, permitindo maior competitividade para a indústria nacional e crescimento econômico para o país. Porém, os projetos para a ampliação da oferta e de um mercado de gás natural integrado e sustentável esbarram em muitos empecilhos: necessidade de capital intensivo para investimento, interesses concorrentes na cadeia do gás, principalmente no segmento de transporte, limitações geográficas, barreiras tecnológicas, estrutura legal e regulatória subjacente e a existência de múltiplos padrões legais, entre outros (BASUALDO, 2022).

No sentido de melhorar a estrutura legal e regulatória no segmento, foi aprovada, em 2021, a Lei n.º 14.134 (BRASIL, 2021a), que tem como principal objetivo abrir o mercado de gás natural e ampliar a distribuição do energético pelo país, reduzindo custos e aumentando a competitividade da indústria nacional. Por sua vez, o setor público estuda maneiras de expandir a oferta de gás natural por meio de políticas públicas, como o programa Gás para Empregar, que visa incentivar a industrialização a partir de maior oferta do energético, com queda de preços do produto e redução da dependência externa (BRASIL, 2023a).

Na Bahia, a produção de gás natural teve início na década de 1940, a partir das descobertas de óleo e gás. Inicialmente, a produção nordestina de gás atendia apenas às indústrias localizadas no Recôncavo Baiano. Mas,

Em 2021 entrou em vigor a Lei n.º 14.134 [...] marco legal para concretizar a abertura do mercado de gás natural no Brasil

depois de alguns anos, com o desenvolvimento das bacias do Recôncavo, de Sergipe e de Alagoas, o gás passou a ser utilizado como insumo no Polo Petroquímico de Camaçari, e como combustível para a Refinaria Landulpho Alves (atual Refinaria Mataripe) (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2009), tornando-se também a principal matéria-prima na produção de fertilizantes nitrogenados da indústria química baiana.

A partir desse breve contexto, o presente artigo pretende analisar o mercado de gás natural nacional e baiano e seus impactos sobre a indústria, especialmente, no segmento químico, que tem forte presença na Bahia. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa descritiva, com informações obtidas por meio de levantamento bibliográfico, documentos e base de dados estatísticos do setor de gás natural.

Nesse sentido, além dessa breve introdução, a primeira seção apresenta os principais destaques da Lei n.º 14.134 e o papel das agências reguladoras federal e estadual no setor de gás natural. A segunda e terceira seções descrevem, respectivamente, a oferta e a demanda de gás natural. Na quarta seção é apresentada a infraestrutura para a comercialização do energético. E, por último, são colocadas as considerações finais.

O NOVO MARCO LEGAL E A REGULAÇÃO DO SETOR DE GÁS NATURAL

Em 2021 entrou em vigor a Lei n.º 14.134, promulgada no dia 8 de abril (BRASIL, 2021a), marco legal para concretizar a abertura do mercado de gás natural no Brasil, permitindo a aquisição do energético por distribuidoras e por grandes consumidores de outras empresas, além da Petrobras.

A abertura desse mercado já havia sido iniciada em 2009 quando foi aprovada a Lei n.º 11.909, na qual o art. 32:

[...] assegurou o acesso de terceiros à infraestrutura de gasodutos de transporte da Petrobras, com o objetivo de atrair novos investidores para as demais infraestruturas e para a comercialização de gás. Porém, a lei não determinou a obrigatoriedade de acesso de terceiros aos gasodutos de escoamento, às UPGNs e aos terminais de liquefação e regaseificação (art. 45). Essas barreiras impediram a competição na oferta de gás ao mercado, continuando a alta integração vertical na cadeia do produto (BRASIL, 2009 *apud* MORAIS, 2021, p.1).

Outra iniciativa foi a assinatura do Termo de Compromisso de Cessação (TCC)¹ em 2019, celebrado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Petrobras. O monopólio no setor de gás dificultava a entrada de investidores nas atividades de transporte, processamento, regaseificação do GNL e comercialização de gás.

Assim, a nova Lei do Gás (BRASIL, 2021a), que tem a finalidade de aumentar a importância do combustível na matriz energética brasileira, em linha com as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE 16²) (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA, 2019) – que também tem diretrizes para a livre concorrência no mercado de refino do país –, prevê diversas alterações ao mercado de gás brasileiro nos diferentes ramos da cadeia de valor do combustível.

O objetivo fundamental dessa nova lei é aumentar a concorrência no mercado de gás natural e biocombustíveis, atraindo novos investidores e, consequentemente, reduzindo os custos de produção e o preço final do gás para os consumidores.

Uma das principais alterações que a nova Lei do Gás estabeleceu foi o fim do regime de concessão (conforme o Art. 4º), com licitação por parte do poder público, permitindo que novos gasodutos sejam construídos por meio do regime de autorização, modelo praticado nos mercados mundiais de gás natural (BRASIL, 2021a).

A estocagem subterrânea de gás natural é mais uma atividade que passa a ser exercida mediante regime de autorização (conforme o Art. 20), não mais estando sujeita ao regime de concessão nos termos da antiga lei (BRASIL, 2021a).

Com relação às regras de desverticalização de transporte, a nova lei estabelece (conforme Art. 5º) restrições sobre as relações societárias entre os agentes do setor de gás, impedindo que os transportadores tenham relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação com empresas ou consórcio de empresas que atuem nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção (E&P), importação, carregamento e comercialização de gás natural, evitando-se a formação de novos monopólios (BRASIL, 2021a; COSTA, 2021).

Uma das principais alterações que a nova Lei do Gás estabeleceu foi o fim do regime de concessão, com licitação por parte do poder público, permitindo que novos gasodutos sejam construídos por meio do regime de autorização

1 Esse Termo de Compromisso consolidou os esforços de cooperação entre o CADE e a Petrobras para a execução do relevante e voluntário desinvestimento na área de gás natural que a Petrobras realizou no Brasil, colaborando com o movimento de abertura do mercado de gás natural no Brasil (CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, 2019).

2 Revogada pela Resolução CNPE nº 3, de 7 de abril de 2022 (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA, 2022).

A nova lei também permite aos transportadores contratar direitos de capacidade³ de forma independente nos chamados pontos de “entrada” e “saída” (conforme Art. 13 §1º), criando zonas de transporte de gás, viabilizadas por polos comerciais virtuais. O novo modelo pretende reduzir os custos das transações e a complexidade dos serviços de transporte de gás (BRASIL, 2021a).

Outra mudança é a concessão a terceiros ao acesso não só aos gasodutos de transporte de gás (que já existia sob a lei anterior), mas também às infraestruturas essenciais (gasodutos de escoamento da produção, instalações de tratamento ou processamento de gás e terminais de GNL) (conforme Art. 28). Tal acesso observará as boas práticas da indústria e de forma não discriminatória pelo proprietário das infraestruturas, que terá o direito de preferência pelo uso das instalações. A entrada de novos agentes e o compartilhamento do uso da infraestrutura de transporte oferecem mais transparência aos custos em um setor regulado da economia (BRASIL, 2021a).

A Lei n.º 14.134 preserva a prerrogativa das distribuidoras de construir a infraestrutura de comercialização de gás canalizado para atender consumidores livres, autoprodutores ou autoimportadores (conforme Art. 5º §2º), porém impede que empresas ou consórcios que realizam atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de gás tenham acesso a informações sensíveis de empresas de distribuição de gás canalizado ou detenham concessões para operá-las (BRASIL, 2021a).

Ainda de acordo com o determinado por essa lei, as tarifas de transporte de gás natural serão propostas pelos transportadores e aprovadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), após consulta pública (BRASIL, 2021a, Art. 8º §1º).

Salienta-se, principalmente, a importância da autonomia destinada à ANP logo no Art. 1º §1º, ao prever que as atividades de comercialização do gás natural serão reguladas pela ANP (BRASIL, 2021a), agência reguladora setorial com especialização sobre o tema e capacidade técnica para analisar e propor soluções adequadas para cada tipo de situação.

Nesse sentido, a exploração, a produção, a comercialização e o transporte do gás natural em âmbito federal são atividades reguladas pela ANP,

3 “VIII – Capacidade de transporte: volume máximo diário de gás natural que o transportador pode movimentar nos pontos de entrada ou de saída de um gasoduto ou sistema de transporte de gás natural;” (BRASIL, 2021a).

determinadas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei n.º 9.478 de 1997, que estabelece as diretrizes da Política Energética Nacional. Já no âmbito estadual, conforme o art. 11 § 2º da Constituição do Estado da Bahia, cabe ao Poder Público Estadual explorar diretamente ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA, 2023, p. 1).

A regulação dos serviços de distribuição de gás natural é de competência dos estados, que a delegam às agências reguladoras estaduais.

No caso da Bahia, esta atribuição é da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações (Agerba), conforme estabelecido no Art. 1º da Lei Estadual n.º 7.314, de 1998, que a criou. De acordo com esta lei,

[...] a Agerba é responsável, dentre outras coisas, por promover e zelar pela eficiência econômica e técnica do serviço público delegado; promover a revisão, ajuste e aprovação de tarifas módicas que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão; zelar pela estabilidade nas relações entre o poder concedente, a entidade regulada e usuários; estimular a expansão e a modernização do serviço delegado, de modo a buscar a sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade e, por fim, fiscalizar os aspectos técnico, econômico, contábil, financeiro, operacional e jurídico do contrato de concessão na área de gás natural (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA, 2023, p.1).

O início da estruturação do setor de gás canalizado no estado da Bahia deu-se com a autorização da criação da Companhia de Gás da Bahia (BahiaGás), pela Lei Estadual n.º 5.555 de 1989. O Decreto Estadual n.º 4.401, de 1991, e o Contrato de Concessão posteriormente firmados concederam à BahiaGás o direito de exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor ou segmento industrial, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, por um prazo de 50 anos, dentro do território baiano (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA, 2023). Sob a administração do governo do estado (sócio majoritário), a empresa de economia mista tem ainda como

A regulação dos serviços de distribuição de gás natural é de competência dos estados, que a delegam às agências reguladoras estaduais. No caso da Bahia, esta atribuição é da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações (Agerba).

acionista a Mitsui Gás e a Energia do Brasil. Salienta-se que a maior parte do gás entregue ao consumidor final no país é realizado por distribuidoras.

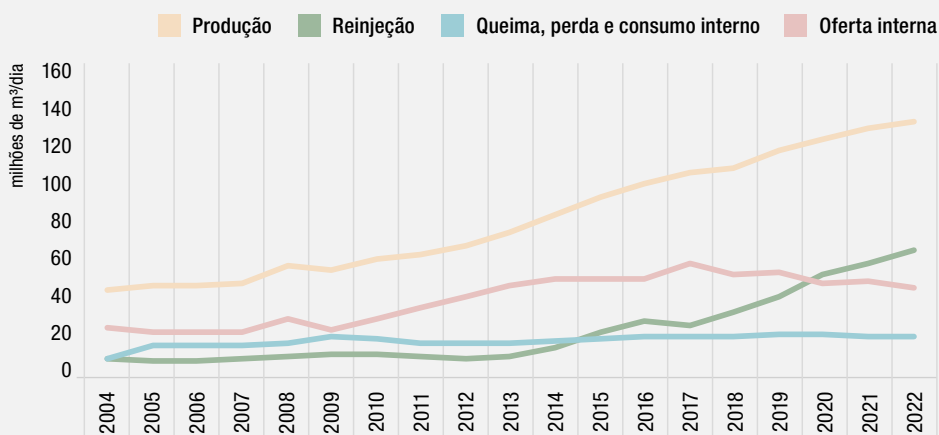
A OFERTA DE GÁS NATURAL

A oferta de gás natural no Brasil é composta pelo volume produzido no país, descontadas as frações reinjetadas nos poços, queimadas e consumidas nas atividades de exploração e produção, e também por gás importado.

De acordo com dados do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural (2022), do Ministério de Minas e Energia (MME), a produção de gás natural no país atingiu média anual 137,9 milhões m³/dia em 2022, superando em 3,1% a marca de 133,8 milhões de m³/dia observada no ano de 2021. Isso se deve ao aumento da produção no pré-sal, que tem crescido a uma taxa maior que a redução na produção do pós-sal.

Quase metade da produção de gás natural no Brasil retornou aos poços em 2022. Cerca de 68,4 milhões de m³/dia, ou o equivalente a 49,6% do volume produzido no período, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2023).

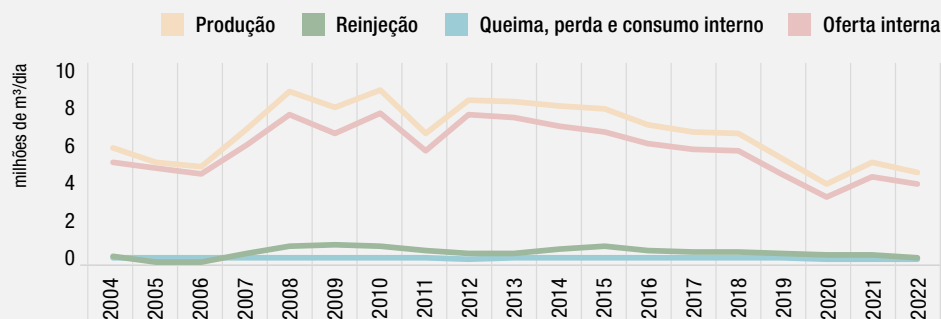
Gráfico 1
Produção, reinjeção, queima, perda e consumo interno e oferta interna de gás natural – Brasil – 2004-2022



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2023).
Elaboração própria.

Gráfico 2

Produção, reinjeção, queima, perda e consumo interno e oferta interna de gás natural – Brasil – 2004-2022



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2023).
Elaboração própria.

A reinjeção de gás natural tem aumentado nos últimos dez anos, principalmente a partir de 2018, quando pulou dos 10,6 milhões de m³/dia registrados em 2012 (ou 13,8% da produção nacional) para 35,1 milhões de m³/dia (31,4% da produção nacional). Isso porque 88% do gás natural produzido no país está associado ao petróleo, ou seja, o gás natural reinjetado de volta nos poços aumenta a produção de petróleo, comercialmente mais valioso, com redução de emissões de CO₂ na atmosfera.

Em 2022, as reservas totais cresceram 4,5%, alcançando 587,9 bilhões de m³. As reservas provadas de gás atingiram 406,5 bilhões de m³, crescimento de 6,6% em relação ao ano anterior. No pré-sal, a produção de gás natural também segue aumentando sua participação no total nacional e correspondeu a 71,6% em 2022, de acordo com a ANP (2023).

A participação do gás nacional vem crescendo nos últimos dez anos: passou de 42,8 milhões de m³/dia em 2012 (ou 54,2% da oferta total) para 47,5 milhões de m³/dia em 2022 (66,4% do total), depois de ter atingido 60,5 milhões de m³/dia em 2017, maior volume da série histórica.

Já a oferta de gás importado⁴, de 36,1 milhões de m³/dia em 2012, caiu para 24,0 milhões de m³/dia em 2022, depois do volume recorde de 52,9 milhões de m³/dia em 2014. Em 2021, a oferta de gás importado cresceu 75,9%, associada à crise hídrica. O movimento ocorreu em um ano de forte demanda das termelétricas, devido à maior seca já registrada em reservatórios de hidrelétricas em mais de 90 anos.

4 Refere-se a gás natural e Gás Natural Liquefeito (GNL).

Uma das estratégias adotadas para suprir o mercado é a utilização de Gás Natural Liquefeito (GNL), “[...] pois é um subproduto mais limpo e permite um ganho enorme de escala ao ser transportado no formato líquido” (MICHELENA, 2018, p. 48). O GNL tem sido importado muito em função dos picos de demanda termelétrica que ocorreram com maior frequência a partir de 2013.

A produção de gás natural na Bahia atingiu média anual 4,9 milhões m³/dia em 2022, inferior em 9,8% à marca de 5,4 milhões de m³/dia observada no ano de 2021. Um total de 320 mil m³/dia foram reinjetados em 2022, o equivalente a 6,5% do volume produzido no período, de acordo com dados da ANP (2023), percentual inferior à média nacional. A reinjeção de gás natural tem reduzido nos últimos dez anos, principalmente a partir de 2016 quando passou de 960 mil m³/dia em 2015 (ou 11,5% da produção baiana) para 680 mil m³/dia (9,1% da produção baiana) em 2016. Isso porque 78,2% do gás natural produzido no estado não está associado ao petróleo (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2023).

A Bahia tem um total de 16,39 bilhões de m³ de reservas provadas, 2,76 bilhões de m³ de reservas prováveis e 3,28 bilhões de m³ de reservas possíveis, correspondendo a um total de 22,44 milhões de m³ de reservas provadas, prováveis e possíveis (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2023).

A oferta do gás baiano (exclusive importações) vem caindo nos últimos dez anos: passou de 8,0 milhões de m³/dia em 2012 (ou 100% da oferta total) para 4,3 milhões de m³/dia em 2022 (56,3% do total), depois de ter atingido 3,6 milhões de m³/dia em 2020, menor volume da série histórica da ANP (2023).

Já a oferta de gás importado⁵ caiu, de 5,7 milhões de m³/dia em 2014, primeiro ano de importação, para 3,3 milhões de m³/dia em 2022, depois do volume recorde de 9,8 milhões de m³/dia comercializado em 2015. Em 2021, a oferta de gás importado cresceu 72,1%, para atender à demanda termelétrica, que registrou aumento na geração de 71,3% nesse ano (BOLETIM MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL, 2023).

5 Considera apenas a oferta de gás natural importado pelo terminal de GNL da Bahia.

O MERCADO DE GÁS NATURAL

No Brasil, o mercado de gás natural, influenciado pelas mudanças no cenário mundial, encontra-se em expansão, com aumento da produção e crescente inserção de seu consumo, graças à recente descoberta do potencial petrolífero do pré-sal, que propicia a expansão do setor de gás. De acordo com o Balanço Energético Nacional 2023 (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2023), houve aumento de 1,2% no consumo de gás natural no país em 2022.

O setor industrial destaca-se como o principal consumidor de gás natural no Brasil, seguido pelo setor termelétrico, que, apesar de contribuir para o aumento do consumo de gás, apresenta variabilidade de utilização. O gás natural atua na garantia da robustez do sistema elétrico nacional e também como complementaridade às fontes de energia primária do país.

O consumo industrial demanda volumes consideráveis do energético para uso em sistemas de aquecimento, queima, ou mesmo geração de energia elétrica. Os processos produtivos tradicionais necessitam de poucas adaptações para a utilização do gás natural, que conduz à melhora na manufatura e na qualidade dos produtos finais, podendo ainda ser utilizado em conjunto com outros combustíveis, o que permite uma transição gradual entre fontes energéticas (COSTA, 2021).

Nesse segmento, ocorre a competição entre o gás natural e outros energéticos, de pior qualidade técnica e/ou ambiental, como lenha, GLP, coque de petróleo, óleo diesel e óleo combustível com alto teor de enxofre (OC-ATE), que compõem grande parte das fontes energéticas da indústria brasileira (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2020).

Todavia os outros combustíveis fósseis tradicionais ainda vêm sendo largamente empregados na indústria, devido ao fato de o gás natural não ser competitivo em muitas regiões do país e pela dificuldade de escala e outros fatores, como a segurança do suprimento. O preço é o principal incentivo ao uso de combustíveis sólidos ou líquidos em detrimento do gás natural, como também a possibilidade de armazenamento, visto que há dificuldade de estocagem de gás para períodos em que ocorram problemas no fornecimento (COSTA, 2021).

Dentre os principais segmentos industriais consumidores de gás natural destacam-se o químico, o cerâmico, o de ferro-gusa e aço e o de celulose e papel. Essas atividades absorvem cerca de 80% do gás consumido pela indústria, que o utiliza tanto como matéria-prima quanto como insumo energético. Na química, por exemplo, o gás natural é utilizado como matéria-prima

O setor industrial destaca-se como o principal consumidor de gás natural no Brasil, seguido pelo setor termelétrico, que, apesar de contribuir para o aumento do consumo de gás, apresenta variabilidade de utilização

A demanda
automotiva tem
apresentado aumento
no volume ao longo
dos anos, porém,
ainda representa
pequena parcela
da demanda de
gás nacional

para a produção de amônia, para fabricação de fertilizantes, fibras e plásticos e produtos de limpeza.

De acordo com o Balanço Energético Nacional 2023, o consumo de energia industrial no país em 2022 teve aumento de 5,0% no uso de gás natural, representando 10,5% do total das fontes energéticas utilizadas na indústria (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2023).

Na demanda termelétrica, o papel do gás natural é o de complementar a geração hidroelétrica. A termoeletricidade é mais solicitada em períodos de estiagem ou para atender aos picos de demanda. Por sua vez, o gás natural é também uma importante fonte de energia térmica para indústrias que utilizam equipamentos como caldeiras, fornos e secadores. Com base nas informações do Balanço Energético Nacional de 2023, houve redução de 32,3% da geração termelétrica em 2022, com isso houve redução de 51,6% no uso do gás natural (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2023).

Outras aplicações, além do uso na indústria e para geração de eletricidade, são para os consumos residencial, comercial, automotivo e na cogeração.

As demandas residencial e comercial não têm grandes variações ao longo do ano. O consumo de gás nas residências está geralmente associado à geração de calor, principalmente para cocção e aquecimento de água, enquanto, no âmbito comercial, há ainda o uso do gás para climatização. Em 2022, segundo dados do Balanço Energético Nacional, o consumo de energia residencial apresentou crescimento de 2,1%, com o uso do gás natural representando 1,6% do total das fontes energéticas utilizadas nas residências (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2023). Ainda segundo a mesma fonte, o gás natural vem substituindo o GLP e a lenha, à medida que há expansão de sua malha de distribuição. O GLP apresentou um recuo de 1,8% no consumo residencial em 2022 (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2023).

Já a demanda automotiva tem apresentado aumento no volume ao longo dos anos, porém, ainda representa pequena parcela da demanda de gás nacional. Está concentrada nas grandes cidades, que têm incentivo para o uso de automóveis movidos a gás natural veicular e onde há uso extenso de táxis e/ou transportes por aplicativos. Houve aumento do consumo de gás natural em transportes no ano de 2022, com taxa de 2,2% em relação a 2021, conforme dados do Balanço Energético Nacional 2023 (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2023).

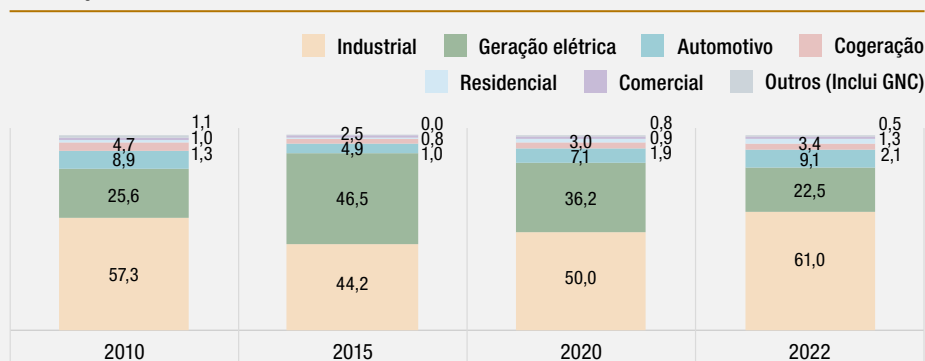
A cogeração é uma energia gerada em usinas próximas dos pontos de consumo, o que dispensa a necessidade de investimentos em longas linhas de transmissão. É considerada uma energia firme, com qualidade, não intermitente e, por isso, fundamental para uma matriz elétrica mais equilibrada, poupando água dos reservatórios das hidrelétricas. No Brasil, a cogeração a gás natural tem 93 usinas, somando 3,2 Gigawatts (GW), 15,7% do total de 654 usinas. A Bahia tem cinco usinas a gás natural, somando 0,5 GW, de acordo com dados da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen) (COGERAÇÃO..., 2023).

De acordo com dados do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural (2022), a demanda total brasileira em 2022 foi de 68,0 milhões de m³/dia. Comparada ao ano anterior, foi 27,4% inferior, inclusive menor que a observada em 2020 (72,1 milhões de m³/dia), ano inicial da pandemia de Covid-19, que ocasionou redução da demanda por gás natural, principalmente no primeiro semestre daquele ano. Entre os anos de 2010 e 2022, o maior patamar de demanda alcançado ocorreu entre 2013 e 2015, com máxima de 99,26 milhões de m³/dia em 2014. Nesse ano ocorreu no país uma crise hídrica que ocasionou baixa geração de energia hidrelétrica, compensada pela geração de energia das termoeletricas a gás natural. Entre 2010 e 2022, o crescimento médio da demanda do gás natural foi de 3,6% a.a.

Na Bahia, essa demanda média foi de 6,89 milhões de m³/dia em 2022 – o maior patamar observado na série desde 2010 –, sendo que o maior consumidor de gás natural em volume de vendas foi o segmento industrial (83,9%), seguido do segmento de geração elétrica (10,5%), consumo automotivo (4,8%), comercial (0,5%) e residencial (0,3%) (BAHIAGÁS, 2023).

Gráfico 3

Participação dos segmentos de consumo na demanda total de gás natural – Brasil – 2010-2022



Fonte: Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural (2023).
Elaboração própria.

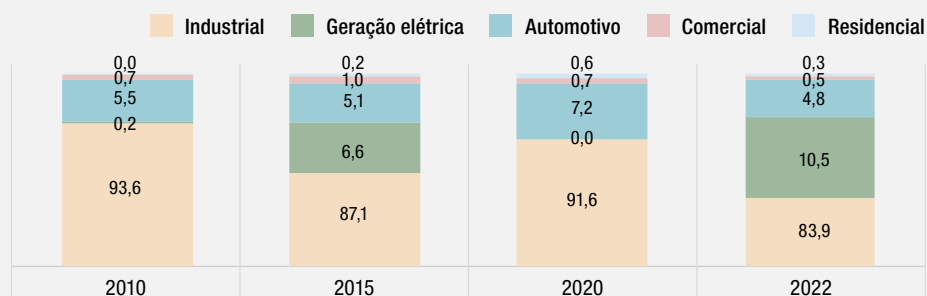
Em 2022, de acordo com a Bahiagás (2023), houve aumento expressivo da demanda por parte de consumidores livres, com a entrada da Refinaria Mataripe e vendas para Unigel Agro, Termobahia e UTE Prosperidade.

A demanda baiana foi 60% maior do que a do ano anterior, principalmente por conta da ampliação do consumo industrial no segmento químico, para produção de fertilizantes, atividade realizada pela empresa Unigel, que teve início em 2021, quando ocorreu o arrendamento da fábrica da Petrobras para produção de ureia, amônia e sulfato de amônio, contribuindo significativamente para o crescimento da indústria química (6,0%) no estado naquele ano.

Na indústria, em 2022, o gás natural foi, em parte, utilizado como combustível (68,8%) e, em parte, como matéria-prima (22,1%) da indústria. Em relação ao ano de 2021, o consumo industrial aumentou 50,0%, devido à recuperação e à melhora da atividade econômica, como também, em consequência do seu uso pela indústria de fertilizantes e de derivados de petróleo. Na Bahia, os principais segmentos industriais atendidos são o químico e petroquímico, o de fertilizantes, o de papel e celulose, o de cerâmica, o de alimentos e bebidas e o metalúrgico (BAHIAGÁS, 2023).

Em termos espaciais, o gás natural tem uma importante participação no Polo Industrial de Camaçari, mas também seu uso se expande para o Centro Industrial de Aratu, Feira de Santana, Alagoinhas, Eunápolis, Mucuri, Itabuna e Ilhéus (BAHIAGÁS, 2023).

Gráfico 4
Participação dos segmentos de consumo na demanda total de gás natural – Bahia – 2010-2022



Fonte: Bahiagás (2023).
Elaboração própria.

A participação do setor industrial na demanda baiana nos últimos dez anos só foi menor que 90% nos anos em que houve aumento do consumo termelétrico, como em 2013, 2014, 2015 e 2022. Nesse último ano houve participação de 10,5% do setor de geração elétrica. Em 2020, ano inicial da pandemia não houve consumo termelétrico, e a participação da indústria no consumo de gás alcançou 91,6%. Destaca-se, então, a importância dessa fonte energética para o setor.

No segmento de geração de energia, a Bahiagás tem contrato para atendimento da UTE Prosperidade, com potência de 28 Megawatts (MW), e UTE Termobahia, com potência de 186 MW. A movimentação desse segmento alcançou um volume médio diário de vendas da ordem de 691,25 mil m³/dia em 2022. Quando comparado com 2021, o volume de vendas de 2022 aumentou em 500%, justificado pela entrada da UTE Termobahia como cliente livre da distribuidora local (BAHIAGÁS, 2023).

A demanda no setor automotivo também apresentou crescimento significativo entre 2010 e 2022, em média 3,3% a.a., registrando forte queda no ano de 2020, por conta da pandemia. Em 2022, houve crescimento de 23,0% em relação a 2021, sendo que a Bahiagás registrou, no ano, 79 postos de combustíveis ligados, com fornecimento do energético aos consumidores finais (BAHIAGÁS, 2023).

O consumo comercial registrou aumento de 14,0% em 2022, enquanto o residencial cresceu apenas 0,7%. No segmento comercial houve expansão do número de usuários interligados à malha de distribuição de gás natural em Salvador e no interior do estado, resultado que engloba as vendas do subsegmento *Geração, cogeração e climatização*. O desempenho do segmento, superior ao ano anterior, foi motivado pelo relaxamento das medidas restritivas que atingiram as atividades comerciais, tais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis. Já o consumo residencial teve aumento no número de novas ligações, principalmente no município de Salvador (BAHIAGÁS, 2023).

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2032) (BRASIL, 2023c), o aumento da demanda por gás natural nos próximos anos sinaliza que os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo continuariam como maiores consumidores nos segmentos industrial, comercial, residencial e de transportes (GNV). Enquanto a Bahia e Minas Gerais ocupariam o terceiro e quarto lugares, respectivamente, até o ano de 2032, com volumes em torno de 4,0 milhões de m³/dia. A expectativa, no cenário de referência, é de aumento da demanda em 2,5% ao ano nos setores industrial, comercial, residencial e de transportes.

No segmento comercial houve expansão do número de usuários interligados à malha de distribuição de gás natural em Salvador e no interior do estado, resultado que engloba as vendas do subsegmento *Geração, cogeração e climatização*

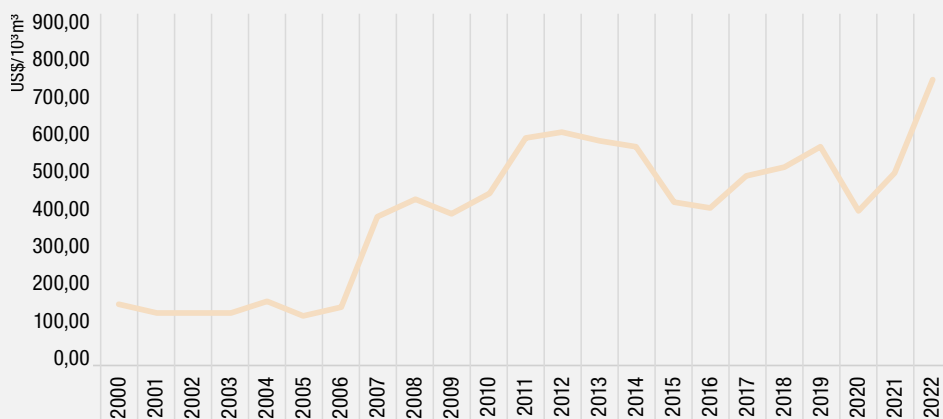
Ainda segundo o PDE 2032 (BRASIL, 2023c):

Refinarias e fábricas de fertilizantes nitrogenados possuem alto consumo e podem vir a promover o aumento da demanda de gás natural no Brasil caso novos projetos sejam avaliados como viáveis no horizonte estudado. São Paulo continua como maior consumidor de gás natural no segmento *downstream* devido às instalações para refino de petróleo e produção de derivados. Os estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná têm consumo expressivo neste segmento.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE GÁS NATURAL NO MERCADO

A partir de 2006, os preços do gás natural passaram a apresentar alta volatilidade. Depois da forte crise internacional de 2008/2009, houve dois momentos de forte queda no preço do petróleo: primeiramente entre julho de 2014 e janeiro de 2016, com uma queda em função do aumento da produção acordada entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O principal objetivo foi o de inibir iniciativas de países como os Estados Unidos (com o *shale gas*) e o Brasil (com o pré-sal) de aumento da produção por meio de processos de exploração não convencionais. Também, mais recentemente, entre janeiro e março de 2020, o preço decaiu

Gráfico 5
Preços médios correntes de Gás Natural Combustível



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (2023).

Nota: 1) Moeda nacional corrente convertida em Dólar corrente pela taxa média anual do câmbio. Preços ao consumidor com impostos.

2) Até 1994, preço de venda da Petrobrás a consumidores industriais. A partir de 1995, cotações de indústrias de vários estados.

com o advento da crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, associada a uma guerra de preços dos países membros da OPEP com a Rússia, que se recusou a fazer um acordo com a própria Organização para reduzir a produção diante da crise (BRASIL, 2022).

Após a pandemia, os preços de gás natural a consumidores industriais no Brasil tiveram expressivo aumento ao longo de 2021 até o final do segundo semestre de 2022, atingindo recordes históricos. Os aumentos foram motivados, principalmente, pela intensificação da demanda europeia por GNL devido à retomada da atividade econômica pós-pandemia; pelo conflito militar entre Rússia e Ucrânia, em decorrência do aumento do preço da molécula indexada ao Brent; e pelos diferentes repasses das variações das companhias distribuidoras locais (BRASIL, 2023c).

No Brasil, os preços elevados do gás natural levaram à redução de sua participação na matriz energética, consistindo no principal entrave para o crescimento da indústria nacional, diante da perda de competitividade dos produtos brasileiros ante os importados, especialmente da indústria química. Quando comparado o preço final do gás vendido à indústria nacional com os preços internacionais, a falta de competitividade do gás produzido no Brasil fica ainda mais evidente. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), referentes ao mês de maio, “[...] enquanto os americanos pagam menos de US\$ 4 por milhão de BTU, o consumidor industrial tem de desembolsar entre US\$ 16 e US\$ 17 por milhão de BTU no país” (FONTES, 2023b).

Na Bahia, o setor industrial demanda gás natural mais barato para reduzir os custos produtivos. Nesse sentido, a abertura do mercado de gás é benéfica ao setor industrial do estado, na medida em que propicia a queda nos preços do energético. Segundo o PDE 2032 (BRASIL, 2023c),

O avanço do novo marco regulatório do gás natural pode favorecer a formação de *hubs* no Brasil, promovendo uma padronização de contratos negociados com base em um índice nacional, que seria construído ao longo do tempo com o aumento gradual do número de agentes no mercado.

A maioria dos contratos ainda está atrelada aos preços do petróleo. Mas há alguns casos de acordos vinculados ao Henry Hub⁶, o preço de referência dos Estados Unidos (BRASIL, 2022).

Os preços elevados do gás natural levaram à redução de sua participação na matriz energética, consistindo no principal entrave para o crescimento da indústria nacional, diante da perda de competitividade dos produtos brasileiros ante os importados, especialmente da indústria química

6 O Henry Hub é talvez o mais conhecido de todos os pontos de negociação de gás natural na América do Norte.

O setor público sinaliza que o equilíbrio entre oferta e demanda passa pela questão do custo do gás. Uma das medidas em estudo no âmbito do programa Gás Para Empregar é uma “política de precificação de longo prazo do gás natural da União nos contratos de partilha. A ideia é que ela leve em consideração os preços da molécula e dos produtos e energia obtidos a partir do gás natural” (BRASIL, 2023a).

No contexto das recentes políticas públicas implementadas, espera-se que, cada vez mais, agentes possam acessar o mercado de gás, trazendo ao setor: maior eficiência na distribuição, reduzindo o custo; maximização do uso da malha de transporte, com menores tarifas; valor da molécula seguindo a lógica da competição gás-gás, e maior segurança nos preços, com menor influência do Brent (BRASIL, 2023c). Então, o objetivo final é que ocorra no país a transição da indexação gás-óleo para uma lógica de precificação gás-gás, como já existente no mercado mundial.

A INFRAESTRUTURA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL

No Brasil, a infraestrutura para a comercialização de gás natural é pouco desenvolvida perante as dimensões do país: há apenas 9.409 km de gasodutos de transporte, 4.564 km de escoamento e 1.765 km de transferência (BRASIL, 2023c). Os dutos levam o gás das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), onde é tratado conforme especificações químicas, até a rede das distribuidoras estaduais, responsáveis pelo insumo que chega às residências e indústrias. Destaca-se ainda que os custos de transporte de gás são mais altos do que os praticados no mercado do petróleo.

Um ponto importante é a estocagem subterrânea, que não é praticada no Brasil. O mercado nacional de gás natural não conta com infraestruturas ‘tradicionais’ de estocagem de gás, ou seja, estocagem em campos depleta- dos de óleo e gás e/ou cavernas de sal. Alternativamente, a estocagem ocorre em navios afretados que recebem a carga de GNL e passam a realizar o processo de regaseificação segundo as necessidades de atendimento à demanda. Porém, só é possível fazer estocagem enquanto há gás natural nos campos. Daí a necessidade da liberação dos campos de gás que estão próximos do final da vida útil para serem utilizados em estocagem subterrânea.

Outro ponto importante é o elevado volume de gás reinjetado, o que, em certa medida, esbarra na flexibilidade para acomodar oscilações da demanda, principalmente do consumo termoeletrônico. Tecnicamente, o gás

é reinjetado para aumentar a pressão nos poços, o que facilita a extração de mais petróleo, sendo também importante para retirar CO₂ da camada atmosférica. Mas o gargalo de infraestrutura, devido à ausência de rotas de escoamento, de unidades de processamento de gás natural, de campos de armazenamento e de gasodutos de transporte, é também motivo para os percentuais elevados de reinjeção de gás no Brasil.

Há grandes chances de ampliação da oferta interna de gás natural por todo o país e, conseqüentemente, redução (dentro das possibilidades técnicas) do volume de gás injetado diante da expansão da malha de transporte. O aumento da oferta é importante para que todo o território nacional alcance o gás natural com preços mais acessíveis, principalmente, nos grandes centros industriais.

Além do mais, a expansão e integração da malha de transporte e a estocagem de gás natural são importantes para garantir a segurança energética do setor elétrico, devido às demandas sazonais por parte dos consumidores termoeletrônicos no país.

O Brasil ficou, de 2012 até outubro de 2021, sem autorização para construção de gasodutos para transporte. A Lei n.º 14.134 retornou à ANP a função de autorizar a construção de gasodutos de transporte, que era função do Ministério das Minas e Energia pela legislação anterior (Lei n.º 11.909 de 2009). Também, nos termos da nova Lei, cabe à agência reguladora construir o regulamento para o exercício do serviço de estocagem de gás e autorizar a construção e operação de instalações para esse fim, como parte integrante das instalações de transporte.

Na Bahia, a infraestrutura de transporte de GNL é de propriedade da Petrobras. E, de acordo com o projeto Wiki Monitor de Energia Global,

[...] consiste de um terminal em alto mar com instalações para atracação de uma Embarcação FSRU (Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação) e uma Embarcação de Abastecimento de GNL. Um gasoduto de 28 polegadas com 45 quilômetros conecta o terminal a dois pontos de entrega em terra, a Estação Redutora de Pressão de São Francisco do Conde e a Estação de Controle de Vazão de São Sebastião do Passé. O gás do terminal alimenta a rede de distribuição nacional através do Gasoduto GASENE, uma rede de 1.387 quilômetros que abastece a costa atlântica do país. (GLOBAL ENERGY MONITOR WIKI, 2023, tradução nossa).

O aumento da oferta é importante para que todo o território nacional alcance o gás natural com preços mais acessíveis, principalmente, nos grandes centros industriais

Em 2022, a Bahiagás contratou o serviço de transporte de saída com a TAG, sendo a primeira distribuidora do país a contratar transporte no modelo de entradas e saídas

Em 2019, a Petrobras iniciou processo de licitação de empresas privadas para os direitos de arrendamento do Terminal de GNL da Bahia, concretizando o negócio, em dezembro de 2021, com a Excelerate Energy, a primeira empresa privada a entrar no mercado de distribuição de gás do Brasil após a promulgação da nova lei relativa ao transporte de gás natural. A empresa imediatamente instalou uma FSRU de 173.400 m³ Excelerate Sequoia no terminal, com capacidade de regaseificação de 5 milhões de toneladas por ano (mtpa) (GLOBAL ENERGY MONITOR WIKI, 2023).

Outras empresas, como Shell, Trafigura, GasBridge e Panergy, já haviam sido autorizadas a importar GNL pelo terminal da Bahia, em março de 2021.

A Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), empresa proprietária e gestora de importante parcela dos ativos de transporte de gás natural do país, distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, dispõe de uma capacidade firme contratada de movimentação de gás natural de 74,7 milhões m³/dia.

Em 2022, a Bahiagás contratou o serviço de transporte de saída com a TAG, sendo a primeira distribuidora do país a contratar transporte no modelo de entradas e saídas⁷. Essa ação permitiu um aumento da eficiência no portfólio de supridores da distribuidora. Os resultados da gestão de suprimento de gás proporcionaram ganhos de competitividade aos usuários do estado, fato reconhecido pelo mercado (BAHIAGÁS, 2023).

Os acordos entre a transportadora e a distribuidora visaram atender ao suprimento de gás no estado e reforçaram os avanços recentes no mercado de gás no país. Os quatro contratos firmados tinham previsão de volume total de saída de gás de 1,3 milhão de m³/dia, para atendimento a algumas zonas do estado da Bahia, com vigência de 09/05/2022 até 31/12/2022 (TAG e Bahiagás..., 2022). Em 2023, a empresa voltou a firmar contrato no regime de entrada e saída em base firme, na modalidade de serviço extraordinário com a Bahiagás e outras empresas do estado (Refinaria de Mataripe e Proquigel) (TAG assinou..., 2023).

Tramita no Senado e na Câmara o Projeto de Lei Pro-Escoar – Programa de Estímulo ao Escoamento e Comercialização de Gás Natural (BRASIL, 2023d), que reúne um conjunto de alterações em diferentes pontos do marco regulatório do setor, como proposta para estimular a chegada do gás natural ao

7 Segundo Tavares (2020), trata-se de um sistema de alocação de capacidade de transporte onde os usuários da rede que queiram injetar/retirar gás da rede reservam a capacidade necessária seja no ponto de sua entrada (injeção) ou de saída (retirada). Ao adquirirem capacidade, os usuários da rede terão o direito de comprar/vender a molécula no 'mercado de gás' em qualquer ponto da rede, independentemente de sua origem ou destino. Ou seja, o gás não seguiria um caminho contratual predefinido (modelo ponto-a-ponto).

mercado consumidor. Essa é mais uma medida legal no sentido de complementar a Lei n.º 14.134, de 2021 (BRASIL, 2021a) para a obtenção de um mercado de gás natural mais competitivo e de maior dimensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da produção e disponibilização de gás natural é fundamental para o crescimento da indústria nacional, especialmente a do segmento químico que está presente em diversas cadeias produtivas da indústria nacional. Nos últimos anos, essa indústria apresenta-se ociosa devido à maior importação de produtos químicos, que têm o gás natural como uma das principais matérias-primas, a exemplo do segmento de fertilizantes nitrogenados (FONTES, 2023a).

A produção industrial de fertilizantes é estratégica para o crescimento da economia nacional, especialmente para a produção agrícola e para a garantia da segurança alimentar no país. A precificação do gás nacional inviabiliza a utilização do energético na indústria, pois reduz a competitividade do produto brasileiro em relação aos demais países que utilizam esse energético como matéria-prima a preços muito mais competitivos.

Ressalta-se também que “[...] a utilização do gás como matéria-prima é [ainda] insignificante” (DUTRA, 2023a). Essa fonte energética pode ser melhor explorada dentro da indústria para outras utilizações, como alternativa menos poluente, até que as energias renováveis possam entrar definitivamente no processo produtivo.

Diante da volatilidade dos preços do petróleo, coloca-se o desafio da implementação de medidas de caráter estrutural, pelo setor público, para o fortalecimento da economia nacional e a atração de investimentos em gás natural, dada a importância do setor na geração de empregos e renda, *royalties* e arrecadação, e, sobretudo, por seu efeito multiplicador sobre a cadeia produtiva industrial e de serviços, que dão suporte às atividades econômicas.

Todavia, a ampliação da oferta interna de gás no país e da infraestrutura para distribuição do energético, como colocado em seções anteriores, é o principal ponto para tornar o mercado de gás mais dinâmico. Em artigo publicado por técnicos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) na Conferência Rio Oil & Gas 2022 (CASTRO *et al.*, 2022), são destacadas áreas de importância econômica para o setor de gás natural, evidenciando as oportunidades existentes e futuramente possíveis para o crescimento dessa produção no país.

CASTRO e outros (2022) destaca a bacia terrestre do Recôncavo, embora com reservas menores, como uma das que apresentam relevante potencial para novas descobertas e infraestrutura em crescimento que pode ser ainda ampliada, “tornando-as boas candidatas para projetos futuros”, principalmente para dinamizar o mercado do setor na região. Assim existem expectativas de descoberta de gás e de ampliação da infraestrutura relacionadas à demanda existente na Bahia – principalmente em usinas termelétricas, como a Termobahia (Celso Furtado), e em pontos de entrega como: Catu, Camaçari-Manati, Candeias Residual e Mucuri – aliadas à existência do campo da Fazenda Boa Esperança como candidato a sítio de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN), no Recôncavo (CASTRO *et al.*, 2022).

O estudo também destaca as bacias Jacuípe e Camamu-Almada, Jequitinhonha e Cumuruxatiba, na porção sul da Região Nordeste, que têm muito a contribuir para o setor de gás natural brasileiro (CASTRO *et al.*, 2022).

Muito já vem sendo explorado na Bahia, no sentido de dinamizar o mercado de gás, principalmente pela distribuidora local, com ampliação da infraestrutura de distribuição para expandir a malha de fornecimento de gás pelo interior do estado.

Porém, o futuro do mercado de gás ainda pressupõe novos fornecedores, menor preço, mais consumidores e maior rateio dos investimentos, o que pode levar a maiores retornos de escala e possivelmente maior interiorização do fornecimento de gás. Esse mercado depende, sobretudo, de mais investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento nas diversas áreas da cadeia de produção de petróleo e gás que alimenta uma vasta rede de serviços e de fornecedores, assegurando dinamismo ao comércio e favorecendo o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Assim, políticas públicas locais também são fundamentais para dinamizar o setor no estado, pois é “[...] importante e necessária a ação do Estado para a promoção de mecanismos de apoio à exploração e produção, à formação de pessoal especializado e à execução de projetos de CT&I para o setor de P&G” (PORSANI, 2022, p. 17).

Segundo Dutra, o setor público deve impulsionar o mercado de gás com objetivos como: “Política industrial, instrumentos de desenvolvimento regional e uma complexa engenharia financeira [que] serão imprescindíveis para valorizar um recurso natural não renovável, raro e estratégico para a transição energética já em andamento” (DUTRA, 2023b, p. 4). O autor também considera que “[...] o papel do gás natural depende do Estado, de um plano de ação, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de pessoal especializado e do avanço da química do gás” (DUTRA, 2023a, p. 1).

Nesse contexto, com o intuito de ampliar a oferta de gás natural a preços mais competitivos, o programa Gás para Empregar evidencia que a garantia de suprimento de gás natural no longo prazo é determinante nas decisões de investimento em novas plantas industriais de diversos setores intensivos no consumo de gás natural. Uma política bem elaborada e efetiva de aumento do fornecimento desse produto pode propiciar mais emprego, renda e segurança energética e alimentar para o país (BRASIL, 2023a).

Não obstante, a política pública deve atuar no sentido de criar mecanismos e regras que organizem a competição entre os agentes, evitando barreiras à entrada, papel este atribuído às agências de regulação federal e estadual.

Por fim, o planejamento adequado de novos projetos de gás natural pressupõe a expansão de investimentos em renováveis e pode proporcionar acesso universal a uma energia mais segura e acessível. Presume-se que haverá uma progressiva migração da expertise que compõe o processo produtivo da cadeia de petróleo e gás, para ser utilizada em fontes renováveis.

Toda a competência técnica adquirida na indústria do petróleo e gás poderá ser direcionada para otimizar o uso de energias renováveis. Assim, os biocombustíveis podem se beneficiar das refinarias para processar óleos de origem vegetal, como também utilizar a cadeia logística para distribuição do produto no mercado.

Portanto, fortalecer o setor de gás natural para garantir matéria-prima e combustível competitivos para a indústria nacional significa aproveitar oportunidades de colocar produtos competitivos no mercado e de reduzir os danos ambientais até que fontes sustentáveis de suprimento de energia, mais avançadas tecnologicamente, sejam desenvolvidas, a exemplo do hidrogênio verde.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA. *Energia elétrica e gás natural*. Disponível em: <http://www.agerba.ba.gov.br/gas/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). *Evolução da indústria brasileira de Gás natural: aspectos técnico-econômicos e jurídicos*. Rio de Janeiro: ANP, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/estudos-e-notas-tecnicas/ibgn/evolucao-industria-gas-natural-2009.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). *Produção nacional de gás natural*. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO BRASILEIRO DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS 2023. Rio de Janeiro: ANP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2023>. Acesso em: 07 jul 2023.

BAHIAGÁS. É com essa energia que vamos continuar levando mais desenvolvimento para a Bahia: relatório da administração 2022. *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 2023. Disponível em: https://publicidadelegal.atarde.com.br/Certificados/A%20Tarde/19-04-2023/470%20BAHIAGAS_balanco2023_lbs_V7.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

BASUALDO, Marisa. Expansão do gás natural na América do Sul: desafios e oportunidades na transição energética. In: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Energia em um mundo em transição: desafios, oportunidades e perspectivas*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2022. Disponível em: https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/CEBRI-BMA_vF.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

BOECHER, Felipe *et al.* Nova Lei do Gás ressignifica conceito de chamada pública. *EPBR*, [s. l.], 10 ago. 2022. Disponível em: <https://epbr.com.br/transporte-de-gas-lei-do-gas-ressignifica-conceito-de-chamada-publica/#:~:text=Uma%20das%20altera%C3%A7%C3%B5es%20mais%20relevantes,de%20transporte%20de%20g%C3%A1s%20natural>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BOLETIM DE RECURSOS E RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 2022. Rio de Janeiro: ANP, mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim-anual-reservas-2022.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

BOLETIM MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL. Brasília: MME, n. 190, dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-bicombustiveis/publicacoes-1/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/2022-2/12-boletim-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural-dezembro-de-2022.pdf/view>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.909, de 4 de março de 2009. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o Art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 mar. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11909.htm. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.134, de 8 de abril de 2021. Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o Art. 177 da Constituição Federal, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera as Leis n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e n.º 9.847, de 26 de outubro de 1999; e revoga a Lei n.º 11.909, de 4 de março de 2009, e o dispositivo da Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2021a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14134.htm. Acesso em: 08 mar. 2023.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Ministério de Minas e Energia estabelece grupo de trabalho do Programa Gás para Empregar para melhor aproveitamento da produção nacional*. Brasília: MME, 17 mar. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-de-minas-e-energia-estabelece-grupo-de-trabalho-do-programa-gas-para-empregar-para-melhor-aproveitamento-da-producao-nacional>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Histórico balanço boletim.xls*. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/publicacoes-1/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/anexos/historico-balanco-boletim.xlsx/view>. Acesso em: 30 jun. 2023b.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2030*. Brasília: MME; Rio de Janeiro: EPE, 2021b. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-490/PDE%202030_RevisaoPosCP_rv2.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2031*. Brasília: MME; Rio de Janeiro: EPE, 2022. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202031_RevisaoPosCP_rvFinal_v2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2032: gás natural*. Brasília: MME; Rio de Janeiro: EPE, mar. 2023c. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-689/topico-640/Caderno%20de%20Ga%CC%81s%20Natural%20-%20PDE%202032%20-%20rev1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 956*, de 2023. Dispõe sobre o programa de estímulo ao escoamento e comercialização de gás natural e seus derivados e altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 14.134, de 8 de abril de 2021. Brasília, DF: Senado Federal, 9 maio 2023d. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156056?_gl=1*1sebfkn*_ga*MjExMDQ3NDMzLjE2ODk4MDAxMjI.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4OTgwMDEyMS4xLjEuMTY4OTgwMDI5MS4wLjAuMA. Acesso em: 30 maio 2023.

CASTRO, Nathália Oliveira de *et al.* Análise multicriterial aplicada ao reconhecimento de áreas de interesse para o setor de gás natural no Brasil. In: RIO OIL & GAS EXPO AND CONFERENCE, 20., 2022, Rio de Janeiro. *Proceedings* [...]. Rio de Janeiro: IBP, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibp.org.br/scripts/bnmap.exe?router=upload/35170>. Acesso em: 28 mar. 2023.

COGERAÇÃO cresce e chega a 20,5 GW no Brasil. *Canal de Energia*, [s. l.], 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53244292/cogeracao-cresce-e-chega-a-205-gw-no-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (Brasil). Termo de Compromisso de Cessação de Prática. *Sistema SEI*, Brasília, 9 jul. 2019. Disponível em: https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBt-n3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yM2Ur8iByH-Nu4yvA1cv_9inRMOg4J1hcDMlohDGroONKELtnpkMU8Pfaq47IACp_3Fd9iD44arSE934kMfAu8z_. Acesso em: 30 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (Brasil). Resolução n.º 3, de 7 de abril de 2022. Estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho do novo mercado de gás natural, os aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência nesse mercado, os fundamentos do período de transição, e dá outras

providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 maio 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/2022/ResoluCNPE_3_2022.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (Brasil). Resolução n.º 16, de 24 de junho de 2019. Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/arquivos/2019/ResoluCNPE162019.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COSTA, Gabriel de Figueiredo da. *Demanda potencial georreferenciada de gás natural em setores selecionados no Brasil*. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/index.php/pt/publicacoes/dissertacoes/2021/2114-demanda-potencialgeorreferenciada-de-gas-natural-em-setores-selecionados-no-brasil>. Acesso em: 5 maio 2023.

DUTRA, Luís Eduardo Duque. Da retórica à ação em favor do gás natural. *Petróleo Hoje*, Rio de Janeiro, 10 mar. 2023a. Disponível em: <https://petroleohoje.editorabrasilenergia.com.br/da-retorica-a-acao-em-favor-do-gas-natural/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DUTRA, Luís Eduardo Duque. O gás do Norte e Nordeste, para não ficar na promessa. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 5 abr. 2023b. Disponível em: <https://valor.globo.com/opinioao/coluna/o-gas-do-norte-e-nordeste-para-nao-ficar-na-promessa.ghhtml>. Acesso em: 11 abr. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). *Atlas da eficiência energética: Brasil 2022: relatório de indicadores*. Rio de Janeiro: EPE, 2022a. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-741/Atlas_Eficiencia_Energetica_Brasil_2022.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). *Balanco Energético Nacional 2023: relatório síntese: ano base 2022*. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). *Demanda de gás natural nos mercados nacional e internacional: horizonte 2020-2030: nota técnica*. Rio de Janeiro: EPE, dez. 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2020>. Acesso em: 17 mar. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). *GNL de pequena escala: estudo de caso no Brasil: nota técnica*. Rio de Janeiro: EPE, 2022b. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-706/NT%20GNL%20Pequena%20Escala_r0.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). Panorama sobre a transição energética. In: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). *Caderno especial: ciclo de debates com Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP sobre transição energética*. Rio de Janeiro: EPE, 2019. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-718/Caderno%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Energetica%20-%20V0.2.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FONTES, Stella. Indústria encolhe à espera de gás natural mais barato. *Valor Econômico*, São Paulo, 30 maio 2023a. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/30/industria-encolhe-a-espera-de-gas-mais-barato.ghhtml>. Acesso em: 30 maio 2023.

FONTES, Stella. Setor químico tem R\$ 70 bi em projetos à espera de gás natural. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 maio 2023b. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/05/15/setor-quimico-tem-r-70-bi-em-projetos-a-espera-de-gas-natural.ghml>. Acesso em: 30 maio 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Gás natural: uma nova fase institucional, regulatória e econômica. *Cadernos FGV Energia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, fev. 2023. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/publicacao/caderno-fgv-energia-de-gas-natural>. Acesso em: 30 maio 2023.

GLOBAL ENERGY MONITOR WIKI. *Bahia FSRU*. Disponível em: https://www.gem.wiki/FSRU_da_Bahia. Acesso em: 22 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. Gás natural será um componente importante da transição energética no Brasil. *Rio Oil & Gas*, Rio de Janeiro, 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.rioilgas.com.br/noticias/gas-natural-sera-um-componente-importante-da-transicao-energetica-no-brasil/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MICHELENA, Bruno Dantas. *Modelo temporal da oferta e demanda do gás natural liquefeito no Brasil*. 2018. 58 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Industrial, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MORAIS, José Mauro. A nova lei do gás e a desconcentração no mercado de gás natural no Brasil. *Radar*, Brasília, n. 68, p. 7-11, dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11035/1/radar_68_nova_lei_do_g%C3%A1s.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

PORSANI, Milton José (coord.). *Energia para a Bahia em 2030*. Salvador: Academia de Ciências da Bahia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35705/1/ACB_GT_energia_2022-Energia_para_a_Bahia_em_2030.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

ROMEIRO, Diogo Lisbona. Segurança energética na matriz brasileira. *Portal FGV*, Rio de Janeiro, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/seguranca-energetica-matriz-brasileira>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Leonardo Jordão da. *Liberação de infraestruturas essenciais no setor de gás natural*. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2023/02/27/liberacao-de-infraestruturas-essenciais-no-setor-de-gas-natural/#:~:text=A%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNPE%20n%C2%BA%2003,de%20transporte%20de%20g%C3%A1s%20natural>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TAG assinou 35 contratos para transporte de gás com 11 grupos empresariais. *Petronotícias*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/tag-assinou-35-contratos-para-transporte-de-gas-com-11-grupos-empresariais/>. Acesso em: 14 maio 2023.

TAG e Bahiagás celebram contratos de transporte de gás natural. *TAG*, Rio de Janeiro, 16 maio 2022. Disponível em: <https://ntag.com.br/press-releases/tag-e-bahiagas-celebram-contratos-de-transporte-de-gas-natural/>. Acesso em: 18 maio 2023.

TAVARES, Felipe Botelho. Elementos para implantação de sistemas de entrada e saída: algumas lições dos mercados europeus. *Ensaio Energético*, [s. l.], 30 nov. 2020. Disponível em: <https://ensaioenergetico.com.br/elementos-para-implantacao-de-sistemas-de-entrada-e-saida-algumas-licoos-dos-mercados-europeus/>. Acesso em: 30 jun. 2023.



UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SERRINHA (BA) NO PERÍODO DA COVID-19

Maria Juliana Barbosa Aragão Borges
Graduada em Engenharia Civil pela
Universidade Católica do Salvador (UCSAL);
técnica em Edificações pelo Senai Cimatec.
mariajulianaaragao@gmail.com.

Murilo Sales Gama
Graduado em Engenharia Civil pela
UCSAL. murilogama@hotmail.com.

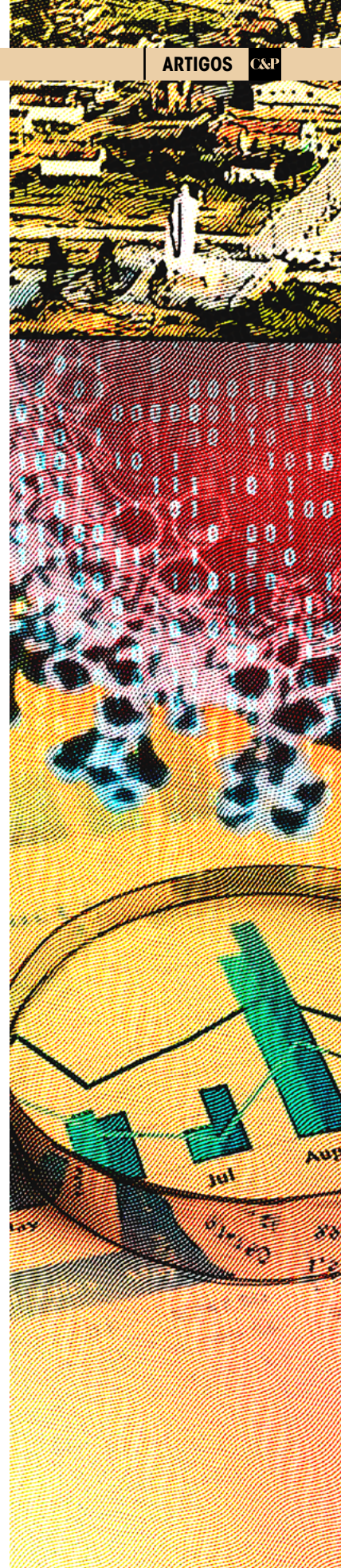
Fernando Barreto Nunes Filho
Doutor em Planejamento Territorial
pela UCSAL; mestre em Economia e
graduado em Engenharia Elétrica pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Professor do curso de Engenharia Civil da
UCSAL. fernando.filho@pro.ucs.br.

<http://doi.org/10.56839/cp.11204.3>

O SANEAMENTO básico, um dos direitos garantidos pela Constituição brasileira, é “o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população [...]” (BRASIL, 2007), sendo definido pelo Art. 3º da Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007 como:

I – Conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável;
 - b) esgotamento sanitário;
 - c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e
 - d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas
- (BRASIL, 2007).



Ainda conforme o Art. 3º, o esgotamento sanitário é constituído “pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente” (BRASIL, 2007).

Na fase inicial da pandemia da Covid-19, muitas pesquisas colocaram o foco na condição específica de transmissão do vírus, linha de apuração adotada por este artigo, que investigou a relação entre a proliferação do vírus e o déficit de atendimento à população no que refere ao esgotamento sanitário. Nesse sentido, o município de Serrinha (BA) foi escolhido como objeto deste estudo por apresentar déficit de atendimento na área de saneamento.

Localizado na região nordeste do estado da Bahia, o município de Serrinha ocupa posição no Ranking Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) da Universalização do Saneamento com índice de 13,31% de atendimento à população total com rede de esgotos e de 13,10% de esgoto tratado (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2023). Distante 184,6 km da capital baiana, Serrinha encontra-se às margens das rodovias BR-116 e BA-409/411, com uma população estimada em 81.693 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

O objetivo deste trabalho é investigar uma possível relação entre o déficit do serviço de tratamento de esgoto no município de Serrinha e a contaminação de seus habitantes pela Covid-19. O estudo limita-se aos moradores do bairro Novo Horizonte e do Conjunto Habitacional Recanto das Flores, localizado no bairro Cruzeiro. Apesar de serem espacialmente próximos, esses locais possuem condições de esgotamento sanitário distintas: enquanto o primeiro possui apenas a coleta do esgoto sanitário, o segundo conta com o Sistema Local de Esgotamento Sanitário (SLES).

Inicialmente, foram pesquisados boletins epidemiológicos publicados pela Prefeitura Municipal de Serrinha, juntamente com dados da Central Integrada de Comando e Controle da Saúde, da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Em seguida, foram realizadas visitas técnicas ao bairro de Novo Horizonte e ao Conjunto Habitacional Recanto das Flores. Em complemento, foram feitas entrevistas com os moradores dessas localidades, com representantes da Vigilância Epidemiológica do município e com o secretário municipal de Meio Ambiente, Diego Thomaz Nascimento. Além dessas fontes, foram consultados artigos, normas, teses e reportagens sobre o tema, juntamente como o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, fornecido pelo secretário de Meio Ambiente do município.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO: SAÚDE E OCORRÊNCIA DE ENDEMIAS

Em termos gerais, é preciso entender o que é saneamento básico, sua importância e quais as consequências da precariedade desse serviço, do ponto de vista social. Nesse sentido, os impactos causados à sociedade, principalmente nas questões relacionadas à saúde pública, devem ser pesquisados considerando-se as atuais condições do esgotamento sanitário no país.

NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

apesar da garantia oferecida pela Constituição de 1988, no ano de 2021, quase metade da população brasileira não possuía coleta de esgoto. Em nível regional, no Nordeste, cerca de 25,3% da população não tinha acesso à água, enquanto 69,8% da população não contava com coleta de esgoto (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2023a)

A Lei Federal n.º 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, tendo como princípios fundamentais a universalização do acesso e a efetiva prestação do serviço (BRASIL, 2007). Em seguida, a Lei Federal n.º 14.026/2020, atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico e alterou a Lei n.º 9.984/2000, que originava a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que, com as alterações, passa a ter competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento (BRASIL, 2020). Conforme o Art. 11º – B para fins do disposto nessa lei:

Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033 [...] (BRASIL, 2020).

Em 2021, o governo da Bahia elaborou e aprovou os primeiros planos regionais de saneamento básico do país, com o suporte do novo Marco Legal de Saneamento Básico, que passou a tratar os serviços do setor de forma regionalizada. Conforme divulgado oficialmente, esses planos “[...] trazem um panorama geral da situação atual dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões estudadas [...] tendo como objetivo promover avanços na cobertura e oferta dos serviços para a população” (BAHIA, 2021a).

O governo da Bahia elaborou e aprovou os primeiros planos regionais de saneamento básico do país, com o suporte do novo Marco Legal de Saneamento Básico, que passou a tratar os serviços do setor de forma regionalizada

O ESGOTAMENTO SANITÁRIO E A OCORRÊNCIA DE ENDEMIAS

os altos índices de pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano e de acesso à educação, associados a uma maior fragilidade dos serviços de saúde, seriam fatores responsáveis por aumentar a vulnerabilidade da população ao contágio de doenças de veiculação hídrica

a importância dos serviços de água potável e de coleta e tratamento de esgoto para a saúde e o bem-estar das pessoas é uma questão muito pesquisada. Os serviços de saneamento básico são essenciais à vida, com fortes impactos sobre a saúde da população e o meio ambiente. Portanto, a ineficiência ou ausência de serviços de saneamento básico, como o abastecimento de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto, gera um ambiente propício ao desenvolvimento de doenças graves e, consequentemente, à sobrecarga do sistema de saúde.

Ainda devido à falta de acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário, ocorreram 128.912 internações por doenças de veiculação hídrica, com 1.493 óbitos em 2021. Na Região Nordeste foram 59.002 internações/583 óbitos (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2023a). Considerando-se a situação de pandemia e de isolamento social, esses números podem conter inconsistências. Destaque-se que, em 2019, a relação internações/óbitos foi de 273.403/2.734 no Brasil, sendo 113.748/1.069 no Nordeste (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2023b).

Para agravar esse cenário crítico, em 2020 ocorreu no Brasil a disseminação de uma doença respiratória nova – a Covid-19, provocada por um tipo de coronavírus que ainda não havia sido identificado em seres humanos – que produziu uma pandemia em alta escala. Na ocasião, sabia-se que se tratava de uma família de vírus que causava infecções respiratórias e sua forma de transmissão costumava ocorrer por contato pessoal com secreções contaminadas, como: gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, contato pessoal, como toque ou aperto de mão, contato com objetos ou superfícies contaminadas, com consequente transmissão via boca, nariz ou olhos (BRASIL, 2023).

Na fase inicial da pandemia foram desenvolvidos, de forma emergencial, vários estudos relacionados com a forma de propagação da Covid-19. Em um deles, Luz e outros (2021) realizaram uma análise a partir da dependência espacial e confirmaram uma possível correlação direta entre os percentuais de saneamento básico e a incidência da Covid-19. Em relação aos percentuais dos serviços de água e esgotamento sanitário correlacionados com os casos da doença, esses autores observaram que fatores como a densidade demográfica e os níveis de renda e educação tiveram relação com a incidência de casos da Covid-19, por estarem associados ao baixo atendimento e à pouca qualidade dos serviços de água e esgoto. Consideraram, ainda, que os altos índices de pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano e de acesso à educação, associados a uma maior fragilidade dos serviços de saúde, seriam fatores responsáveis por aumentar a vulnerabilidade da população ao contágio de doenças de veiculação hídrica (LUZ *et al.*, 2021, p. 92).

Outros estudos relacionados à Covid-19 e a sua presença no esgoto foram realizados por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no artigo *Resultados preliminares da detecção de SARS-CoV-2 em rede de esgoto no município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil*. Nesse estudo, publicado em julho de 2020, foram apresentados resultados preliminares de amostras coletadas em 12 pontos, localizados em Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), esgoto hospitalar e rede de esgoto. Constatou-se a presença do RNA do SARS-CoV-2 em cinco das 12 amostras, isto é, em 41,6% das amostras (PRADO *et al.*, 2020).

As conclusões da pesquisa da Fiocruz foram as seguintes:

Até onde sabemos, não há evidências diretas que comprovem que o SARS-CoV-2 detectado no sistema de esgoto seja infeccioso e contagioso. Portanto, é cedo para afirmar que a água residual pode ser considerada uma importante via de transmissão. Porém, com o aumento da circulação do vírus na população, a concentração de partículas de coronavírus nas águas de esgoto pode atingir níveis expressivos (tradução nossa) (PRADO *et al.*, 2020, p. 3).

Com essa mesma preocupação, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou uma nota técnica sobre saneamento básico, ressaltando a promoção de boas práticas de higiene. A agência da Organização das Nações Unidas (ONU) considerou ainda que o tratamento adequado do esgoto é um passo importante para evitar a contaminação da água potável, especialmente em comunidades de baixa renda, nas quais esgotos a céu aberto são muito comuns. Apesar de comprovada a presença do coronavírus em matéria fecal, essa nota técnica considerou muito baixa a transmissibilidade do vírus por esgoto (UNICEF; BANCO MUNDIAL; SIWI, 2020).

O PLANO SETORIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SERRINHA (BA)

Ocupado inicialmente pelos povos indígenas Cariri, o arraial de Serrinha desenvolveu-se em torno de uma capela (Santana), num local de pouso para as tropas que se dirigiam para o Rio São Francisco. O crescimento da sua mancha urbana foi influenciado pelo eixo da ferrovia para Juazeiro (BA), sendo posteriormente influenciado pela BR-116 e pela localização dos conjuntos habitacionais de renda mais baixa. A evolução urbana da sede municipal, conforme os eixos geográficos, apresenta as seguintes características:

O tratamento
adequado do
esgoto é um passo
importante para
evitar a contaminação
da água potável,
especialmente em
comunidades de baixa
renda, nas quais
esgotos a céu aberto
são muito comuns

[...] Oeste, correspondendo ao atual bairro do Cruzeiro, [...] que apresenta uma renda média baixa;

Sudoeste, o bairro do Matadouro (hoje Novo Horizonte), [...] caracterizado como área de urbanização mais pobre, mais precária [...];

Sudoeste, o Açude do Gravatá, [...] até a década de 1990 apresentava-se afastado da mancha urbana, já começa a ser ladeado pela malha urbana da cidade;

Sudeste, a partir de 1998 [...] os bairros de Vaquejada (Leste) e Cidade Nova (Sul), para rendas mais altas, apresentam como vetor de atração a BR-116;

Norte e Noroeste, de topografia mais acidentada, com baixo crescimento. (CARVALHO, 2017, p. 65-69).

A Figura 1 ilustra a mancha urbana da sede municipal em 2010; nela, podem ser visualizados, na área central, a Igreja Senhora de Santana e o Centro Histórico, cuja ocupação ocorreu sob a influência da ferrovia; na parte inferior esquerda da figura estão localizados os bairros de Novo Horizonte,

Figura 1
Mancha urbana de Serrinha – 2010



Fonte: Sá (2011).

o Conjunto Vista Alegre (bairro Cruzeiro) e o Açude Gravatá, que são objeto de estudo deste artigo.

Para a análise do sistema de esgotamento sanitário de Serrinha será utilizado o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, elaborado no ano de 2019, que foi disponibilizado como material de pesquisa pelo secretário municipal do Meio Ambiente, Diego Thomaz Nascimento. Nesse plano, para o atendimento da área urbana da sede do município, está previsto um sistema com oito estações elevatórias e oito estações de tratamento, proporcionando atendimento a 20% da população urbana (SERRINHA, 2019).

Os oito Sistemas Locais de Esgotamento Sanitário (SLES), listados no Relatório de Avaliação Socioambiental – relativo à elaboração do Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Serrinha (EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO, 2016), atendem aos seguintes empreendimentos: Serrinha I e II; Recanto das Flores; Residencial Serrinha; Residencial Alto do Recreio; Vila de Fátima; Residencial Vista Alegre; Residencial Alvorada, e Residencial Vila Novaes. A Figura 2 ilustra a distribuição desses sistemas locais na malha urbana:

Figura 2
Serrinha – Sistemas Locais de Esgotamento Sanitário



Fonte: adaptado de Serrinha (2019).

Quadro 1
Sistemas Locais de Esgotamento Sanitário (SLES)

SLEs	Ligações de esgoto (un.)	Extensão rede (KM)
Recanto das Flores	324,00	1,80
Alto do Recreio	399,00	3,60
Residencial Serrinha	319,00	0,80
Serrinha I e II	751,00	7,00
Vila Fátima	307,00	2,70
Vista Alegre	483,00	3,10
Residencial Alvorada	486,00	1,90
Loteamento Vila Novaes	273,00	1,70
TOTAL	3342,00	22,60

Fonte: adaptado de Serrinha (2019).

Na Figura 2 pode-se observar que, no centro da cidade, não existem SLES, uma vez que eles estão localizados nos loteamentos, conforme detalhado no Quadro 1.

Em resumo, a partir dos documentos analisados, pode-se afirmar que existem locais que possuem soluções de coleta individual, como a utilização de fossa séptica e sumidouro, principalmente na zona rural do município. Na zona urbana, alguns bairros, como Centro, Cruzeiro, Recreio e Vaquejada, possuem rede de esgotamento sanitário. Contudo, essa rede faz apenas a coleta do material, o qual não recebe nenhum tipo de tratamento. Conforme entrevista realizada na Secretaria de Meio Ambiente, em agosto de 2021, o prefeito Adriano Lima informou que esteve na Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) para discutir a atualização do Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, com o benefício do Novo Marco Legal do Saneamento (informação verbal)¹.

As soluções adotadas no plano setorial foram analisadas por Carvalho (2017, p. 82) como um sistema que [...] “corresponde a redes coletoras que estão repartidas em seis sub-bacias, atendendo à maior parte da cidade; entretanto, o lançamento desses efluentes é feito em riachos e açudes urbanos”. Ainda conforme esse autor, a solução para o esgotamento sanitário da sede do município deveria considerar três dificuldades estruturais: “os efluentes são lançados nos açudes e rios; os solos rasos dificultam as soluções individuais, e, por fim, o lençol freático (muito alto) inviabiliza a implantação de fossas” (CARVALHO, 2017, p. 82-83).

¹ Entrevista concedida em agosto de 2021 na cidade de Serrinha, Bahia.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BAIRRO NOVO HORIZONTE E NO CONJUNTO HABITACIONAL RECANTO DAS FLORES

o bairro Novo Horizonte e o Conjunto Habitacional Recanto das Flores pertencem à mesma área de expansão urbana da cidade, e surgiram sob a influência do vetor de localização dos conjuntos habitacionais destinados aos contingentes da população de renda mais baixa

Espacialmente, o bairro Novo Horizonte e o Conjunto Habitacional Recanto das Flores pertencem à mesma área de expansão urbana da cidade, e surgiram sob a influência do vetor de localização dos conjuntos habitacionais destinados aos contingentes da população de renda mais baixa. As duas áreas tem como elemento comum o Açude do Gravatá. Contudo, em relação ao sistema de esgotamento sanitário, há uma distinção: no conjunto habitacional há um sistema local de esgoto, inexistente no bairro Novo Horizonte. Nessa seção será realizada uma análise das diferentes condições de esgotamento sanitário, assim como das ocorrências de doenças de veiculação hídrica nas duas áreas.

BAIRRO NOVO HORIZONTE E CONJUNTO RECANTO DAS FLORES

conforme descrito no item anterior, as duas áreas visitadas estão localizadas próximas, na expansão urbana das regiões oeste/sudoeste que segue o vetor de crescimento conduzido pelos conjuntos habitacionais destinados à população de renda mais baixa. Suas respectivas localizações estão indicadas na Figura 3, em poligonais: o bairro Novo Horizonte (em azul), o Conjunto Habitacional Recanto das Flores (em verde), o bairro Cruzeiro (em vermelho) e o Açude do Gravatá (cor rosa).

Apesar de serem geograficamente próximos, o bairro Novo Horizonte e o Conjunto Recanto das Flores possuem condições de esgotamento sanitário distintas: o primeiro possui apenas a coleta do esgoto sanitário; já o conjunto, com 300 unidades habitacionais e população de 1.200 pessoas, possui coleta e tratamento de esgoto sanitário através do S.L.E. – Recanto das Flores.

As visitas técnicas realizadas constataram que os dois locais de estudo fazem o descarte do efluente no mesmo espaço, ou seja, tanto o esgoto que recebe tratamento quanto aquele que não recebe são encaminhados ao mesmo local. A solução adotada no plano setorial direciona para o Açude do Gravatá o esgoto bruto e o efluente tratado (SERRINHA, 2019). Em 13 de setembro de 2021 foram entrevistados moradores e comerciantes do bairro do Novo Horizonte; quando questionados sobre o destino do esgoto que sai suas respectivas casas, a resposta foi unânime: Açude do Gravatá.

Figura 3
Localização



Fonte: Google Earth (2023)

CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO AÇUDE DO GRAVATÁ

O Açude do Gravatá, construído pela Leste Brasileira, está localizado no bairro Cruzeiro, próximo à Rua da Milona, tendo como um dos pontos de referência o frigorífico Frigoserra. A partir de 1969, conforme Carvalho (2019, p. 6), “[...] a água tratada chega à cidade de Serrinha e, conseqüentemente, [...] os açudes da cidade passam a receber os efluentes gerados, uma vez que o saneamento básico executado na cidade correspondeu apenas à água”. Com a expansão urbana, conforme esse autor, a quantidade de efluentes lançados cresceu muito: “A expansão do bairro do Cruzeiro e o surgimento do bairro do Novo Horizonte, a sudeste da cidade, ampliam assim a quantidade de efluentes lançados nos afluentes do Açude do Gravatá e no Açude do Matadouro” (CARVALHO, 2019, p. 9).

Como parte da verificação das condições ambientais do Açude do Gravatá, uma avaliação de 2017, divulgada por Batista e outros (2017), foi realizada por pesquisadores do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), que indicaram a qualidade da água do local, conforme consta no Quadro 2:

Com base nesses resultados, o referido estudo concluiu que, de acordo com a legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Resolução n.º 357/2005, o açude “[...] está tendo sua qualidade afetada devido à falta de saneamento básico, especificamente o esgotamento sanitário” (BATISTA *et al.*, 2017). Essas conclusões foram corroboradas por um amplo levantamento apresentado na dissertação de Carvalho (2017).

Quadro 2
Qualidade da água do Açude do Gravatá – 2017

Parâmetro	Ponto 5	Média	Legislação CONAMA 357/2005
Cor	4,00	3,50	-
Turbidez	12,80	10,22	-
Condutividade Elétrica (µs/cm)	1567,00	1550,00	-
Temperatura (°C)	24,00	23,70	-
pH	7,50	7,40	6,5 a 8,5
Oxigênio Dissolvido (mg / L) N	5,90	7,70	> 5
Nitrato (mg / L) N	30,90	14,90	0,40
Fósforo Total (mg / L) P	39,00	16,80	0,12
Alcalinidade (Bicarbonato)	327,10	323,80	-

Fonte: Batista *et al* (2017).

Figura 4
Açude do Gravatá, Serrinha (BA)



Fonte: Visita técnica (2021).

As visitas técnicas ao local, realizadas como parte da pesquisa de campo deste artigo, constataram que, apesar da deterioração das condições ambientais e dos riscos à saúde da população, o Açude do Gravatá continua sendo utilizado pelos moradores para atividades como pesca, alimentação de animais, irrigação de plantações próximas e local de lazer. Uma das evidências da continuidade das atividades nas suas margens está ilustrada na Figura 4.

Conforme pode-se observar, as pessoas continuam realizando serviços de plantação de alimentos em um local no qual estão visíveis os efeitos de ações antrópicas, como o lançamento de efluentes. Destaque-se que, nesse mesmo local, foram detectadas atividades de pesca. Apesar das informações dos moradores de que o descarte do esgoto é feito no Açude do Gravatá, nas

visitas técnicas não foi identificada visivelmente nenhuma tubulação fazendo ligação das casas com o reservatório. Apesar disso, o local apresentava forte odor e a presença de matéria orgânica nos seus arredores e na bacia.

Com base nas observações das visitas técnicas, pode-se verificar evidências das alterações da qualidade da água do açude, comprovando que as condições constatadas pelos pesquisadores do IF Baiano se agravaram com o passar dos anos, situação que deveria ser impeditiva à utilização da água para consumo humano e animal.

SERRINHA: DISSEMINAÇÃO DE DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA

com o objetivo de investigar as condições da população dos bairros Novo Horizonte e Cruzeiro, foram levantadas as áreas de ocorrências das principais endemias. Os resultados estão listados no Quadro 3.

O Quadro 3 indica que muitos dos bairros da sede municipal foram incluídos nas áreas de ocorrência de doenças endêmicas. No caso da dengue, por exemplo, a predominância é na zona urbana, inclusive no Centro da cidade, e nos bairros Cruzeiro e Novo Horizonte. Quanto à esquistossomose e à diarreia, verifica-se que, além dos povoados da zona rural, há incidência de casos nos bairros Novo Horizonte e Cruzeiro.

No que se refere aos casos de Covid-19 no município, efetuou-se um levantamento de dados, divulgado através de boletins informativos diários, para alertar e conscientizar os moradores da região, incentivando-os à prevenção da doença. A Figura 5 apresenta um dos boletins diários produzidos pela prefeitura:

A partir dos dados de casos confirmados para o município de Serrinha e seus respectivos bairros, elaborou-se um quadro comparativo para as áreas que compõem o objeto de estudo deste artigo.

Quadro 3
Controle de endemias do município e áreas de ocorrência

Doenças	Área de ocorrência
Dengue	Centro, Abóboras, Rodagem, Cidade Nova, Cruzeiro, Vaquejada, Novo Horizonte, C.S.U e Santa.
Esquistossomose	Novo Horizonte, Cruzeiro, Alto da Bandeira, Três Estradas, Baixa D'água, Sorocaba, Tanque do Meio, Licurituba, Caatinga do Vieira, Camiranga, Macambira, Lagoa Seca, Alto da Izabel Lagoa do Curralinho, Tebaia.
Diarreia	Matinha, Sorocaba, Mato Fina, Bairro dos Treze, Abóboras, Urbis, Cruzeiro, Novo Horizonte, Rodagem, Vila de Fátima, Alto Alegre, Tanque Grande, Isabel, Curralinho, Cidade Nova, Recreio, Bomba, Vaquejada.

Fonte: Elaboração própria.

Figura 5
Boletim informativo – 16/11/2021



Fonte: Prefeitura de Serrinha (2021).

Quadro 4
Locais com casos confirmados até 16/11/2021

Local	2020	2021	Sem identificação	Total
Serrinha	2308,0	4202,0	3,0	6513,00
Cruzeiro	126,0	188,0	2,0	316,00
Recanto das Flores	0,0	1,0	0,0	1,00
Novo Horizonte	60,0	115,0	0,0	175,00

Fonte: Bahia (2021b).

O comparativo entre a quantidade de casos do Conjunto Habitacional Recanto das Flores (localizado no bairro Cruzeiro) e do bairro Novo Horizonte indica uma significativa diferença entre os casos confirmados nas duas áreas. É razoável supor que os pacientes, no momento de preenchimento da informação do local de moradia, tenham optado por indicar o bairro, em vez do conjunto habitacional. No que se refere aos dados gerais, o entendimento da Vigilância Epidemiológica de Serrinha é que esse levantamento ocorre um contexto de subnotificação epidemiológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saneamento básico é um direito garantido pela Constituição e está diretamente ligado à qualidade de vida e à saúde dos habitantes. Quando o poder municipal não fornece um serviço de saneamento com qualidade, como esgotamento sanitário, os habitantes correm o risco de contrair doenças, podendo até mesmo perder a vida. Uma condição ambiental alarmante, como a verificada no Açude do Gravatá, deve ser objeto de preocupação. Constatou-se que a qualidade da água desse açude contribui e agrava a transmissão de doenças adquiridas por via hídrica. Essa situação requer uma ação imediata de contenção desse uso, o que certamente irá impactar a oferta de água para essas populações, podendo acarretar resultados opostos. Por esse motivo, recomenda-se promover ações de vigilância, juntamente com medidas educacionais que envolvam os contingentes populacionais que residem na parte oeste da cidade.

No que se refere à relação entre o déficit de saneamento e os casos confirmados de Covid-19 nos dois locais estudados, devido à situação de isolamento social, não foi possível auditar os casos registrados no local genericamente

indicado como bairro Cruzeiro. Essa dificuldade metodológica impediu o levantamento dos resultados apenas do Conjunto Habitacional Recanto das Flores.

A pesquisa confirmou o grave problema da falta de saneamento adequado no município, anterior à pandemia e que se agravou devido à necessidade redobrada dos cuidados da população com a higiene. Naturalmente que, pelos dados levantados, não é possível considerar que o desempenho do sistema do saneamento básico da cidade interferiu na contaminação e proliferação do Novo Coronavírus. Contudo, os autores citados neste artigo ressaltam que fatores como níveis de renda e educação, que geralmente estão associados ao baixo atendimento e à má qualidade dos serviços de água e esgoto, tornam a população mais vulnerável ao contágio de doenças de veiculação hídrica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. *Ranking do saneamento 2021*. Disponível em: https://abes-dn.org.br/?page_id=41939. Acesso em: 7 jul. 2023.

BAHIA. Casa Civil. *Bahia elabora e aprova os primeiros Planos Regionais de Saneamento Básico do país*. Salvador, 23 set. 2021a. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/2021/09/1498/Bahia-elabora-e-aprova-os-primeiros-Planos-Regionais-de-Saneamento-Basico-do-pais.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Central integrada de comando e controle da saúde*. Disponível em: <https://bi.saude.ba.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 12 nov. 2021b.

BATISTA, Amanda Sampaio *et al.* Qualidade da água do Açude Gravatá localizado no município de Serrinha-BA. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 5.; SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 1., 2017, Serrinha. *Anais [...]*. Serrinha: IF Baiano, 2017. Disponível em: <https://6mic.ifbaiano.edu.br/wp-content/uploads/2017/11/Amanda-Sampaio-Batista.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei n.º 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal; a Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei n.º 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm#view. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. *Novo Coronavírus (Covid-19): informações básicas*. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CARVALHO, Elmo José Carneiro. *A expansão urbana da cidade de Serrinha – Bahia e suas repercussões sobre os recursos hídricos*. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/622>. Acesso em: 6 jul. 2023.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO. *Projeto básico de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Serrinha no estado da Bahia: resumo de projeto*. Salvador: EMBASA, jan. 2016. t. 1.

GOOGLE EARTH. *Mapa de Serrinha, Bahia*. Disponível em: https://earth.google.com/web/search/serrinha/@-11.66823945,-39.0057184,353.60763533a,11383.30780678d,35y,0h,45t,0r/data=CigiJgokCaxNdCOvJTNAEUUz_1exJTPAGcApOjYdzEhAIYyyj9WON0nA. Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Serrinha: panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serrinha/panorama>. Acesso em: 3 nov. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Painel saneamento básico: indicadores por ano: 2021*. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2021&media=&SE%5Bi%5D%5BPOP_SEM_AG%25%5D=POP_SEM_AG%25&SE%5Bi%5D%5BPOP_SEM_ES%25%5D=POP_SEM_ES%25&SE%5Bi%5D%5BVOL_ES_AG%5D=VOL_ES_AG&SE%5Bi%5D%5BVOL_ES_NTRATA%5D=VOL_ES_NTRATA&SE%5Bi%5D%5BINT_VH%5D=INT_VH&SE%5Bi%5D%5BBOBITO_VH%5D=OBITO_VH&SE%5Bi%5D%5BRENDAG1%5D=RENDAG1&SE%5Bi%5D%5BRENDAG2%5D=RENDAG2. Acesso em: 6 jul. 2023a.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Painel saneamento básico: indicadores por ano: 2019*. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2019&media=&SE%5Bi%5D%5BPOP_SEM_AG%25%5D=POP_SEM_AG%25&SE%5Bi%5D%5BPOP_SEM_ES%25%5D=POP_SEM_ES%25&SE%5Bi%5D%5BVOL_ES_AG%5D=VOL_ES_AG&SE%5Bi%5D%5BVOL_ES_NTRATA%5D=VOL_ES_NTRATA&SE%5Bi%5D%5BINT_VH%5D=INT_VH&SE%5Bi%5D%5BBOBITO_VH%5D=OBITO_VH&SE%5Bi%5D%5BRENDAG1%5D=RENDAG1&SE%5Bi%5D%5BRENDAG2%5D=RENDAG2. Acesso em: 6 jul. 2023b.

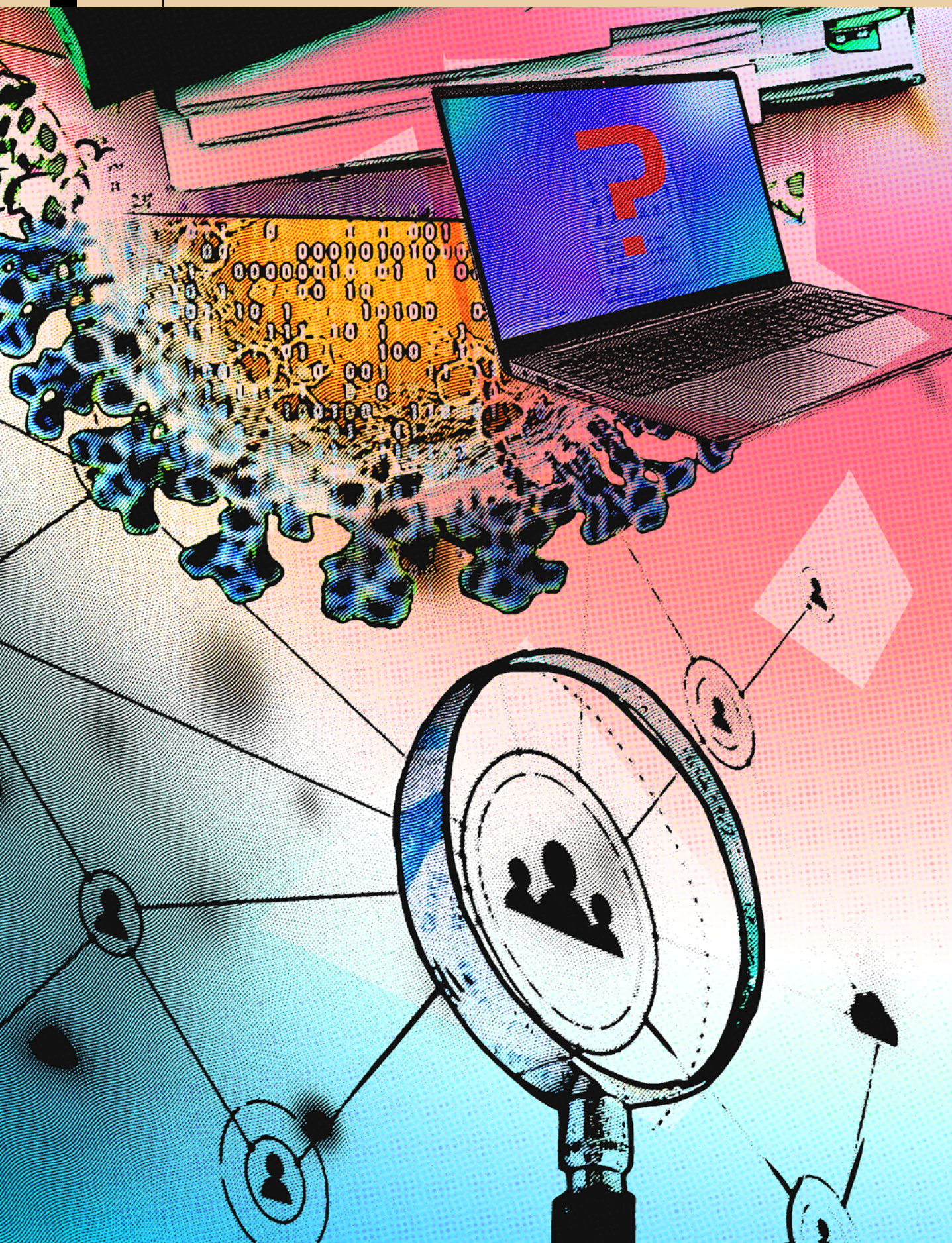
LUZ, Manuela Vieira Santos da *et al.* *A questão da Covid-19 no estado da Bahia: possíveis relações a partir da problemática do saneamento básico. Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 200, p. 79-97, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/view/347>. Acesso em: 1 dez. 2021.

PRADO, Tatiana *et al.* Resultados preliminares da detecção de SARS-CoV-2 em rede de esgoto no município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 1-3, jul. 2020. Disponível em: <https://memorias.ioc.fiocruz.br/article/10704/0196-preliminary-results-of-sars-cov-2%C2%A0detection-in-sewerage-system-in-niteroi-municipality-rio-de-janeiro-brazil>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SÁ, Marcelo Torreão. *Educação e o desenvolvimento capitalista: um estudo de caso do Campus Serrinha/UNEB*. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/66788273-Educacao-e-o-desenvolvimento-capitalista.html>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SERRINHA. *Plano Municipal de Saneamento Básico de Serrinha: Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: diagnóstico, programa, projetos e ações*. Serrinha: [s. n.], 2019. v. 1.

UNICEF; BANCO MUNDIAL; SIWI. *O papel fundamental do saneamento e da promoção da higiene na resposta à Covid-19 no Brasil*. Brasília: UNICEF, ago. 2020. (Nota técnica). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org/brazil/files/2020-08/nota-tecnica-saneamento-higiene-na-resposta-a-covid-19.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.



COMÉRCIO VAREJISTA NO PERÍODO DE 2020 A 2022 E PERSPECTIVAS

Elissandra Britto
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduada em
Economia pela UFBA. Técnica
da Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). elissandra@sei.ba.gov.br
[https://orcid.
org/0009-0009-8434-9309](https://orcid.org/0009-0009-8434-9309)

Margarete Perazzo
Graduada em Economia
pela Universidade Católica
do Salvador (UCSAL). Analista
técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI).
margareteperazzo@sei.ba.gov.br
<http://doi.org/10.56839/cp.11204.4>

A MAIOR crise sanitária dos últimos 100 anos, provocada pela Covid-19 e que se transformou também numa crise econômica, completou três anos. As medidas de isolamento social recomendadas pelos órgãos competentes da Saúde – Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) do Brasil e secretarias da Saúde estaduais e municipais –, adotadas durante o período crítico da pandemia, comprometeu a atividade econômica do Brasil, atingindo diversos setores, entre eles, o do comércio.



O comprometimento dos negócios no Brasil e no estado da Bahia ao longo de três anos de pandemia bem como as perspectivas para o varejo em 2023 motivam esta análise

Em razão da propagação do vírus, o comércio foi duramente atingido pelas medidas de isolamento social adotadas no ano de 2020. Nos âmbitos do varejo e do atacado, o setor registrou quedas sistemáticas nas vendas desde que o fechamento dos estabelecimentos foi recomendado pelas autoridades de Saúde ante a pandemia que assolou o mundo. Assim, a finalidade deste trabalho é apresentar o comportamento do comércio varejista em três anos de pandemia, comparando-o com o período anterior à crise sanitária.

Como proposta metodológica foram utilizados dados da Pesquisa Anual de Comércio (PAC) (2022) e da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) (2023), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira permite identificar a variação no número de unidades locais com receita de revenda no Brasil e na Bahia através da segmentação entre *Comércio de veículos, peças e motocicletas*, *Comércio por atacado* e *Comércio varejista*. Já a segunda traz, sob a ótica do indicador de volume de vendas, o comportamento do consumidor diante das instabilidades na atividade econômica.

No emaranhado dos impactos sobre a atividade econômica, tem-se a perda de dinamismo do comércio varejista. Assim, o comprometimento dos negócios no Brasil e no estado da Bahia ao longo de três anos de pandemia bem como as perspectivas para o varejo em 2023 motivam esta análise. Para tanto, buscou-se conhecer o perfil do setor, destacar os segmentos que tiveram suas atividades comprometidas durante esse período e as principais medidas adotadas para reverter o quadro de retração.

PERFIL DO COMÉRCIO VAREJISTA

O setor do comércio varejista, atividade responsável pela circulação da renda, funciona como uma espécie de 'colchão' da atividade econômica, dada a sua capacidade de absorver e refletir o cenário econômico do momento, seja de crescimento ou de desaceleração. A sua estrutura pode ser classificada como *comércio varejista* e *comércio atacadista*, a depender do destino das suas vendas. O primeiro diz respeito às transações destinadas ao consumidor final, sendo para uso pessoal ou doméstico, enquanto o segundo refere-se às mercadorias direcionadas ao consumidor intermediário, tendo o uso profissional.

A partir dos dados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) ¹, verifica-se que:

¹ Pesquisa que retrata as características estruturais do segmento empresarial da atividade de comércio no país.

Entre 2019 e 2020, que corresponde ao primeiro ano da pandemia da COVID-19, enquanto o comércio de veículos, peças e motocicletas e comércio varejista perderam, respectivamente, 1,1 p.p. e 1,2 p.p. de participação, o comércio por atacado avançou 2,3 p.p. na receita do setor comercial. (PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO, 2022)

Na Bahia, de 2019 a 2020, houve perda de receita no comércio de 12,6%. Essa queda foi determinada pelo comportamento do segmento do *Comércio varejista* (-14,5%) e de *Veículos, peças e motocicletas* (-13,1%), contrariamente ao de *Comércio por atacado*, que apresentou crescimento de 8,2% (Tabela 1). Essa observação corrobora a dinâmica verificada no setor nos primeiros meses de pandemia, em que os consumidores, temerosos de que houvesse falta de alimentos, realizaram compras no atacado, a fim de estocar mercadorias.

Assim, com o olhar sobre o comportamento do consumidor final no período de pandemia, buscou-se analisar o comércio varejista no que diz respeito ao seu volume de vendas. Esse é chamado de comércio varejista restrito, composto por oito segmentos: *Combustíveis e lubrificantes; Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Móveis e eletrodomésticos; Tecidos, vestuário e calçados; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; Livros, jornais, revistas e papelaria; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, e Outros artigos de uso pessoal e doméstico*. No que diz respeito aos subgrupos, têm-se *Móveis, Eletrodomésticos, e Hipermercados*

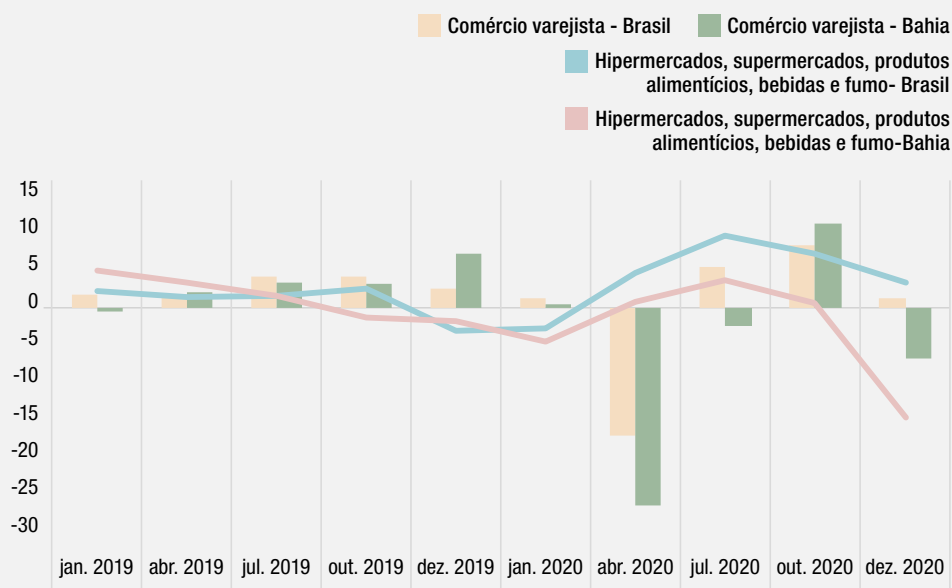
Tabela 1
Número de unidades locais com receita de revenda

Divisão de comércio	Bahia		
	2019	2020	Var
Total	89809	78489	-12,6
Comércio de veículos, peças e motocicletas	6885	5986	-13,1
Comércio por atacado	7185	7774	8,2
Comércio varejista	75739	64729	-14,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Anual do Comércio (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Gráfico 1
Comércio varejista X Hipermercados e Supermercados, 2019 - 2020



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (2023)

Elaboração: SEI/Distat/CAC

* Análise Mensal

e supermercados. Quando inseridos mais três² segmentos – *Veículos, motocicleta, partes e peças; atacado e varejo de Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, Bebidas e fumo* – tem-se o comércio varejista ampliado. Entretanto, para compor o indicador de volume de vendas, consideram-se apenas os segmentos do varejo restrito.

Na sua estrutura, o segmento de maior representatividade é o de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, seguido de *Móveis e eletrodomésticos; Combustíveis e lubrificantes, e Tecidos, vestuário e calçados*. Na tentativa de mensurar o impacto da pandemia no varejo, analisou-se o comportamento do comércio varejista no Brasil e na Bahia, ao longo dos meses de 2019 e de 2020, e do segmento de maior peso para o setor. Para efeito de comparabilidade e melhor visualização dos dados foi utilizado na apresentação do Gráfico 1 o cenário de alguns meses específicos.

A análise do Gráfico 1 revela que o comércio varejista no ano de 2019 apresentou crescimento moderado, mas, nos primeiros meses de 2020,

2 A classificação de três segmentos ao invés de dois para o ampliado passou a ser considerada na pesquisa da PMC de janeiro de 2023, em função de mudanças metodológicas, sendo assim os seus impactos sobre o setor não foram alvo de investigação desse trabalho.

período em que o cenário de pandemia foi reconhecido pelas autoridades de Saúde, as vendas registraram quedas intensas, principalmente no mês de abril, momento em que as medidas de isolamento social foram acentuadas.

Entretanto, a esse respeito, no que tange ao segmento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* foi verificado crescimento nos negócios a partir do mês de fevereiro de 2020. Porém foi um movimento alternado entre momentos de maior e menor aceleração, com exceção do mês de novembro de 2020, que registrou queda, ante os efeitos da redução do valor do auxílio emergencial (set./2020) e de uma “segunda onda” de contaminação pelo novo coronavírus.

Nesse aspecto, em linhas gerais, percebe-se uma similitude no comportamento do varejo nos âmbitos nacional e estadual, no que diz respeito ao setor e ao segmento de hiper e super. Entretanto, chama a atenção o ramo alimentício. A estratégia utilizada pelas famílias em aumentar os estoques de alimento em casa, ante a iminente chegada do novo coronavírus, ocorreu no período em que havia uma piora da situação financeira em função da pressão nos preços de alimentos.

COMPORTAMENTO DO COMÉRCIO VAREJISTA NA BAHIA EM TRÊS ANOS DE PANDEMIA (2019 – 2022)

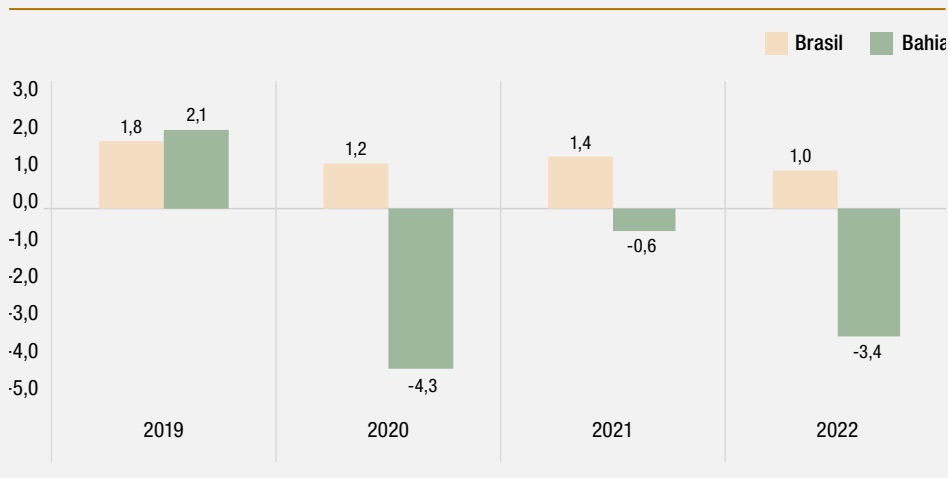
O comércio, assim como os demais setores que compõem a atividade econômica, teve seu desempenho comprometido com a pandemia. Após três anos de disseminação do coronavírus SARS-Cov-2, percebe-se que o setor do comércio varejista na Bahia ainda não retomou a sua trajetória de crescimento pré-pandemia.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2023) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), o indicador do volume de vendas do varejo nos anos que se seguiram ao reconhecimento da pandemia mostrou queda nas vendas na Bahia, contrariando o cenário nacional (Gráfico 2). A razão para esse movimento díspare é encontrada no fato de que, no estado baiano, as medidas de isolamento social foram mais efetivas do que em outros estados brasileiros.

Quando analisadas as atividades em 2020, a maior parte dos segmentos que compõem o indicador do comércio varejista apresentou retração nas vendas, com exceção de *Móveis e eletrodomésticos* (14,6%) e *Artigos*

Após três anos de disseminação do coronavírus SARS-Cov-2, percebe-se que o setor do comércio varejista na Bahia ainda não retomou a sua trajetória de crescimento pré-pandemia

Gráfico 2
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 2019-2022



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2023)
Elaboração: SEI/Distat/CAC

farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,0%) (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2020). O primeiro, apesar de ser a atividade mais atingida com as medidas de isolamento social, interrompeu o seu comportamento de queda a partir de junho de 2020.

Na ocasião, a liberação do auxílio emergencial e uma expectativa de relaxamento das medidas de isolamento social se refletiram na recuperação da confiança dos consumidores. A adoção do trabalho em *home office* por parte da população influenciou o segmento de *Móveis e eletrodomésticos*, na medida em que os consumidores perceberam a necessidade de adaptar o ambiente de trabalho à sua própria casa. Nesse período foi observada uma aceleração das vendas através do comércio eletrônico. Já o segmento de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* teve suas vendas influenciadas pela manutenção da demanda por produtos que elevam a imunidade, dado o aumento de casos de infecção provocada pela Covid-19.

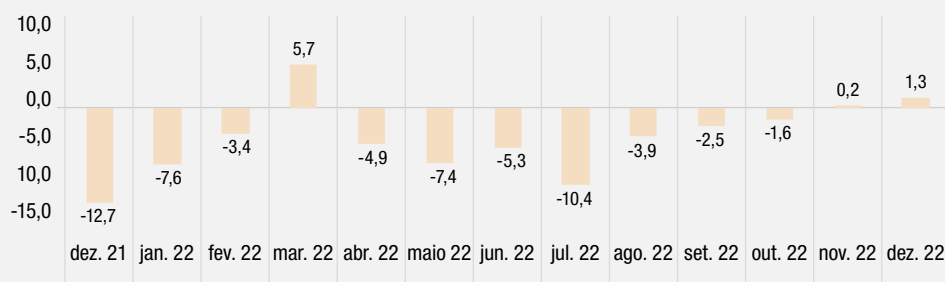
Em 2021, o recuo nas vendas do setor (-0,6%) foi resultado do comportamento dos segmentos *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-22,1%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-9,5%), *Móveis e eletrodomésticos* (-7,0%), e *Combustíveis e lubrificantes* (-1,6%). Dentre as contribuições positivas, destaca-se o segmento de *Tecidos, vestuário e calçados*, que teve. O seu comportamento surpreende, visto que, no ápice da pandemia, esse ramo foi bastante atingido pelas medidas de isolamento social. Assim, a taxa de 24,3% confirma que a atividade voltou à normalidade (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2021).

Na passagem do ano de 2021 para 2022, houve uma intensificação na retração dos negócios no estado, quando não uma perda de ritmo como a verificada no cenário nacional. Nesse período, o setor sentiu os impactos da inflação. Segundo dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), a inflação alcançou a taxa mensal de 1,25% em outubro de 2021. Em 12 meses, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 10,06% até dezembro de 2021, ficando acima do teto da meta do governo para o ano de 2021 (3,75%). Em decorrência da pandemia e da crise deflagrada pela guerra no Leste Europeu, as pressões inflacionárias se mostraram persistentes. Inicialmente houve impacto nos preços dos combustíveis diante da escalada do preço do petróleo, e também no ramo alimentício, dadas as pressões de médio prazo decorrentes dos reajustes de *commodities* agrícolas. Assim, aumentou a necessidade de ajustes na trajetória dos juros básicos da economia, levando o Banco Central a elevá-los, o que impactou nas atividades mais dependentes das condições de crédito.

Em decorrência da pandemia e da crise deflagrada pela guerra no Leste Europeu, as pressões inflacionárias se mostraram persistentes

Em 2022, o endividamento das famílias, agravado pelos juros elevados, ofuscou os efeitos dos incentivos concedidos pelo governo federal, como o Auxílio Brasil, de valor maior que o Bolsa Família, e a estabilização nos índices de desemprego, assim como a percepção de deflação verificada nos meses de julho a setembro. Os sucessivos resultados negativos nas vendas do setor ao longo desse ano, com exceção dos meses de março, novembro e dezembro (Gráfico 3), resultaram na queda anual de 3,4% nas vendas.

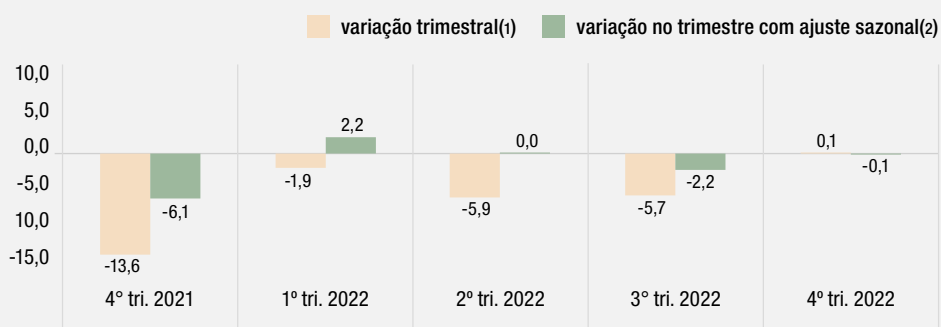
Gráfico 3
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 2021-2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (2022)
Elaboração: SEI/Distat/CAC

Gráfico 4

Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 4º trim. 2021-4º trim. 2022



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior;

(2) Variação do trimestre em relação ao trimestre anterior. Dados ajustados sazonalmente.

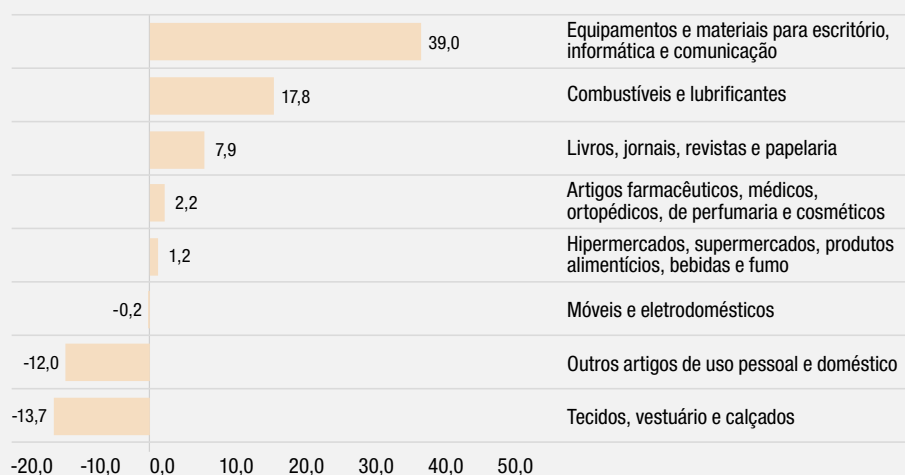
Numa análise trimestral, observa-se que, no ano de 2022, o ritmo de queda desacelera a partir do terceiro trimestre. Nesse período, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2022), o volume das vendas do comércio varejista baiano registrou recuo de 5,7%, em relação a igual trimestre do ano anterior. Na análise sazonal, a queda nas vendas foi de 2,2% (Gráfico 4).

No quarto trimestre de 2022, o volume de vendas do comércio varejista registrou taxa de 0,1% em relação a igual trimestre do ano anterior. Nessa mesma base de comparação, o varejo nacional apresentou crescimento de 1,4%. Na análise sazonalizada, a Bahia e o Brasil registraram taxas negativas de 0,1% e 0,7%, respectivamente (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2022).

Dentre as variações positivas, tem-se o desempenho de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* e o de *Combustíveis e lubrificantes*. O crescimento das vendas do primeiro segmento é atribuído à valorização do Real ante o Dólar, enquanto o do segundo se deve ao comportamento dos preços de combustíveis influenciado pela política de redução de preços da gasolina, iniciada em julho de 2022 (Gráfico 5).

Por sua vez, dentre as variações negativas, destaca-se o comportamento de *Tecidos, vestuário e calçados, Outros artigos de uso pessoal e doméstico* e *Móveis e eletrodomésticos*. No período analisado, a elevação dos preços do primeiro segmento aparece como principal explicação para o resultado negativo das vendas. Já o segundo tradicionalmente responsável por comercializar bens de menor valor agregado, e bastante influenciado pelo comprometimento da renda do consumidor, encontra no elevado endividamento um entrave para o seu negócio, pois nessas condições os gastos com os bens considerados supérfluos são “cortados”.

Gráfico 5
Volume de vendas das atividades do comércio varejista⁽¹⁾ –Bahia – 4º trimestre 2022

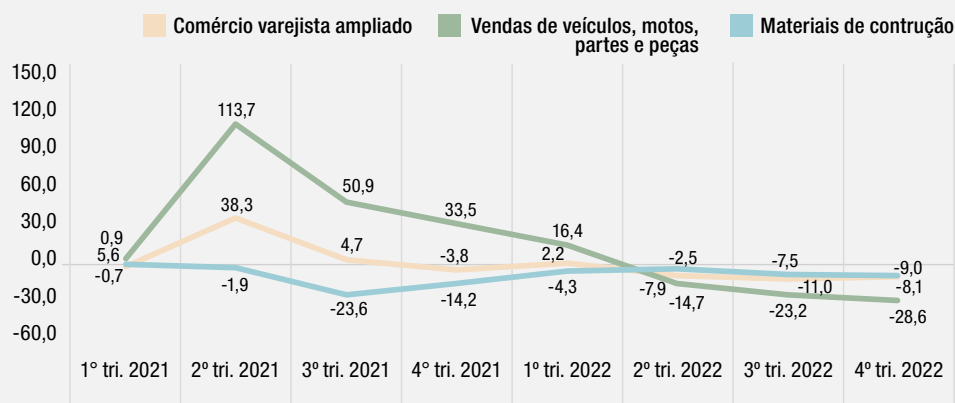


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2022).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: *Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 6
Volume de vendas do comércio varejista ampliado – Bahia – 1º trim. 2021-4º trim. 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (2022)

Elaboração: SEI/Distat/CAC

No que diz respeito ao comércio varejista ampliado, que incluía o varejo restrito e mais as atividades de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de construção*, a retração no quarto trimestre foi de 9,0% em relação a igual trimestre do ano anterior. Esse recuo nas vendas foi fortemente influenciado por *Veículos, motos, partes e peças*, que registrou recuo de 28,6%, acompanhado de *Material de construção* (-8,1%) (Gráfico 6). Em igual comparação, as taxas no país foram negativas em 0,6%, 2,7% e 10,4% para, respectivamente, varejo ampliado, *Veículos, motos, partes e peças* e *Material de construção*.

Em 2023, uma nova dinâmica para o setor pode ser alcançada, caso haja a adoção de medidas que dinamizem o mercado de trabalho, de forma a atenuar o número de inadimplentes

Desde abril de 2022, a atividade *Veículos, motos, partes e peças* apresenta taxas negativas nas suas vendas, com queda de 15,0% no acumulado do ano. Fortemente influenciado pela alta do crédito, esse segmento teve suas vendas comprometidas em razão das incertezas do consumidor quanto ao comportamento da atividade econômica no país. Esse cenário, fruto de uma política monetária restritiva, levou as instituições financeiras a restringirem a liberação de crédito, dada a iminente elevação da taxa de inadimplência.

Quanto ao segmento de *Material de construção*, o recuo nas vendas foi verificado desde junho de 2022. Como resultado das variações negativas, essa atividade registrou queda de 8,1% no quarto trimestre e de 5,7% no ano. Esse comportamento é resultado do comprometimento da renda e do elevado grau de endividamento das famílias, o que leva o consumidor a adiar a realização de benfeitorias em seus imóveis (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2022).

De acordo com os dados apresentados, a queda nas vendas do varejo baiano foi intensificada no ano de 2022. Em 2023, uma nova dinâmica para o setor pode ser alcançada, caso haja a adoção de medidas que dinamizem o mercado de trabalho, de forma a atenuar o número de inadimplentes.

CENÁRIO PARA O COMÉRCIO VAREJISTA EM 2023

Os primeiros dados mostram que o varejo dá sinais de recuperação em 2023 (Tabela 2). Nos três primeiros meses do ano, o setor ampliou as vendas em 3,6%, em relação a igual período do ano anterior. Apesar de o novo coronavírus ainda estar presente no país, com o avanço da imunização da população, os casos de Covid-19 diminuíram significativamente, deixando os consumidores mais confiantes para irem às compras. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) avançou nos primeiros três meses de 2023, registrando variação anual de 23,7% (INTENÇÃO..., 2023; OTIMISMO..., 2023).

O Novo Bolsa Família que passou a vigorar em março, com o pagamento de R\$ 600 a famílias em situação de pobreza e mais R\$ 150 por criança de até 6 anos, e as contratações formais de mão de obra com menor nível de escolaridade nos setores de serviços e construção civil foram incentivos que produziram melhora na percepção do quadro atual e das expectativas para os próximos meses. No entanto, o cenário econômico ainda é incerto, dadas as altas taxas de juros, inflação, crédito elevado e desaceleração do mercado de trabalho, bem como os elevados níveis de endividamento e inadimplência.

Tabela 2
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – Acumulado do ano de 2023 (1)

Atividade	Ano
Comércio Varejista	3,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	19,3
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,3
2.1 - Hipermercados e supermercados	4,3
3 - Tecidos, vestuário e calçados	9
4 - Móveis e eletrodomésticos	1,3
4.1 - Móveis	-2,7
4.2 - Eletrodomésticos	5,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-5,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	39,4
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	11,3
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-14,3
Comércio Varejista Ampliado (2)	2,8
9 - Veículos, motos, partes e peças	-10,1
10 - Material de construção	3,4
11 - Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	21,5

Fonte: IBGE - PMC

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior. Os dados apresentados se referem a pesquisa do mês de março 2023.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 11.

Nos últimos anos, o número de famílias endividadas registrou crescimento expressivo, acompanhado pelo avanço na quantidade de inadimplentes. Esse cenário chama atenção, visto que ocorre no momento em que há encarecimento do crédito.

As análises sobre o endividamento e a inadimplência revelam que o crescimento dessas condições foi intensificado no período da pandemia. De acordo com as informações do indicador Serasa Experian (2023), a inadimplência do consumidor na Bahia chegou a 40,4% da população adulta em março de 2023. Em abril, a taxa alcançada foi 41,3%, o que revela aumento da perda da capacidade de pagamento dos baianos. Na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o quadro para as famílias de Salvador é de aumento no percentual de endividados e com contas em atraso (FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2023).

No que diz respeito à expectativa do consumidor, têm-se que o índice tem oscilado nos últimos meses revelando a instabilidade do momento. No mês de maio, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV) o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/IBRE) subiu

1,4 ponto em maio, chegando a 88,2 pontos, o maior nível desde outubro de 2022 (88,6 pontos) (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2023). A melhora na expectativa é influenciada pelo alívio da inflação no curto prazo, a resiliência do mercado de trabalho e o aumento do salário mínimo. Por sua vez, o alto endividamento, o crédito elevado e as incertezas econômicas impossibilitam o vislumbre de um cenário mais confiável em relação ao comportamento da economia baiana e também da brasileira para os próximos meses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho intitulado “Comércio varejista no período de 2020 a 2022 e perspectivas”, para além de avaliar os impactos da Covid-19 sobre o comércio, traz em sua análise subjacente a dinâmica de um setor bastante influenciado pela atividade econômica através de variáveis como: juros, crédito, inflação e mercado de trabalho. Dessa forma, o comportamento do varejo na pandemia, ao intensificar a retração nas vendas, evidenciou a sua característica de refletir a conjuntura econômica.

Assim, os três anos de pandemia agravaram o comprometimento das atividades do setor. Em 2023, mesmo com as expectativas em torno dos impactos das políticas adotadas e com a percepção mais favorável sobre o mercado de trabalho, há dificuldade em se traçar cenário mais consistente sobre a trajetória do comércio varejista, uma vez que as incertezas continuam quanto ao desempenho da atividade econômica do país.

REFERÊNCIAS

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. *Em 6 meses, 78 mil famílias saem da inadimplência em Salvador, aponta Fecomércio-BA*. Salvador, 28 abr. 2023. Disponível: <https://www.portaldocomercio.org.br/entidade/fecomercio-ba/central-do-conhecimento/peic-abril-2023/476733>. Acesso em: 9 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Anual de Comércio*: Tabela 1407 – Dados gerais das empresas comerciais por grandes regiões e unidades da Federação de atuação das empresas e divisão de comércio e grupo de atividade. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1407>. Acesso em: 15 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: Tabela 7060 – Variação mensal, acumulada no ano, acumulada em 12 meses e peso mensal, para o índice geral, grupos, subgrupos, itens e subitens de produtos e serviços (a partir de janeiro/2020) 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 10 jul. 2023

INTENÇÃO de compras avança com consumidor de menor renda mais otimista. *Intenção de Consumo das Famílias*, Rio de Janeiro, maio 2023. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2023/05/48b33fbbc7820882ca93cb87b03329fa.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

NETO, Luciana. *Conflito na Ucrânia deve aumentar pressão sobre os preços no varejo*. [S. l.], 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/conflito-na-ucrania-deve-aumentar-pressao-sobre-os-precos-no-varejo/417066>. Acesso em: 10 mar. 2022.

OTIMISMO do consumidor retoma fôlego e cresce com inflação menor. *Intenção de Consumo das Famílias*, Rio de Janeiro, abr. 2023. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2023/04/5f3d8b6fe0509613291a1512a053394b.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2020_v32_informativo.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2021_dez.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2022_dez.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2023_mar.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

SERASA EXPERIAN. *Indicadores econômicos*. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>. Acesso em: 9 maio 2023.

SONDAGEM DO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBRE, maio 2023. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files/2023-05/Sondagem%20do%20Consumidor%20FGV_press%20release_Mai23.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.



O AVANÇO DA INTELIGÊNCIA COMPUTACIONAL E O FUTURO DO TRABALHO

Júnia Ortiz
Doutora em Comunicação pela UFBA, com estágio doutoral realizado no Massachusetts Institute of Technology (MIT) pelo Fulbright Program e Pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial (Senai Cimatec). Atualmente, é Líder Técnica de projetos PD&I na área de Big Data/Inteligência Artificial, no Senai Cimatec.

Lançado em novembro de 2022, o ChatGPT, ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pela OpenAI, tem provocado intensas discussões sobre o futuro do trabalho. O recurso tornou possível o uso de inteligência artificial em atividades diversas, a partir de comandos conversacionais e com saídas de texto que vão de poemas a códigos computacionais em diferentes linguagens. Trata-se de um *chatbot* baseado em Processamento de Linguagem Natural, campo da inteligência computacional que se concentra no aprendizado da linguagem humana, de modo que a máquina seja capaz de analisar, interpretar e criar conteúdo. De forma mais específica, a ferramenta utiliza modelos de linguagem generativos, oferecendo acesso a duas versões do modelo GPT (Generative Pre-trained Transformer, ou Transformador Pré-treinado Generativo): GPT-3.5 para acesso gratuito e GPT-4, versão mais avançada lançada em março de 2023, disponível exclusivamente para usuários do ChatGPT Plus.

Para a comunidade de desenvolvedores e pesquisadores, outro marco importante, no que diz respeito a modelos generativos de código aberto, foi o lançamento do Llama 2. Fruto de uma parceria entre Meta e Microsoft, esse modelo utiliza como base 40% mais dados do que a sua versão anterior, o Llama 1, além de oferecer versões pré-treinadas com diferentes configurações de parâmetros, que chegam a 70 bilhões. O Llama 2 é da família dos LLMs (sigla para *Large Language Models* ou grandes modelos de linguagem). Lançado em julho de 2023, o modelo foi disponibilizado gratuitamente para pesquisas e fins comerciais com o objetivo de democratizar o acesso a esse tipo de ferramenta (dado o custo computacional que se demanda para seu desenvolvimento), além de estimular a inovação e proporcionar oportunidades de benefício econômico e social para empresas, *startups*, empreendedores e pesquisadores.

A construção de soluções computacionais inteligentes passa pela criação de sistemas capazes de realizar tarefas comumente executadas por humanos com base em aprendizado, abrangendo áreas diversas como visão computacional, processamento de linguagem natural e reconhecimento de padrões.

Essa evolução não vem sem controvérsias. A automação de processos e tarefas traz consigo questões éticas relacionadas ao uso de ferramentas inteligentes, como a privacidade dos dados e a tomada de decisões com base em algoritmos. Os recentes avanços da inteligência computacional e o crescimento do uso de ferramentas e modelos como os citados no início deste texto levantam discussões e preocupações em torno de seu impacto social, ético e econômico, o que deve moldar continuamente seu desenvolvimento e implementação nos dias atuais e no futuro.

Se, por um lado, a preocupação sobre a automação é latente e pode representar um risco para algumas funções, por outro, há quem aponte que o avanço tecnológico contribuirá para a criação de novos postos de trabalho. De acordo com o relatório anual do Fórum Econômico Mundial, a digitalização terá um impacto significativo no mercado de trabalho nos próximos cinco anos. Estima-se que, dos 673 milhões de postos de trabalho analisados, cerca de 83 milhões serão eliminados, enquanto 69 milhões serão criados. Entre as profissões com maior crescimento até 2027, o relatório apresenta especialistas em Inteligência Artificial (IA) e Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*) no topo da lista. Analistas e cientistas de dados, especialistas em *Big Data* e analistas de Segurança da Informação também estão entre as dez profissões de maior destaque. Espera-se que essas carreiras tenham um crescimento médio de 30% entre 2023 e 2027.

Para atuar nessas áreas, no entanto, é preciso adquirir e desenvolver as habilidades necessárias, destacando-se a importância da requalificação e do aprimoramento profissional. O desenvolvimento de competências sólidas em computação, matemática e estatística, bem como da capacidade de resolver problemas complexos e habilidades em manipulação de dados, é crucial para explorar o potencial da inteligência computacional. O relatório apresentado pelo Fórum Econômico Mundial aponta ainda o pensamento criativo, o pensamento analítico, a curiosidade e o aprendizado contínuo como habilidades em ascensão entre aquelas buscadas pelas empresas, além da capacitação técnica envolvendo inteligência artificial e *big data*. Atitudes socioemocionais, como resiliência, adaptabilidade, motivação e autoconsciência, também vêm ganhando importância.

É certo que o avanço da inteligência computacional irá transformar o mundo do trabalho, e essa transformação já é visível em nossos dias. A utilização de sistemas inteligentes em seus diferentes domínios tem o potencial, por exemplo, de otimizar a manutenção de equipamentos, reduzir desperdícios de energia e materiais, prever falhas e personalizar a produção. Para aproveitar plenamente esse potencial, no entanto, o mercado precisa se preparar, investindo em infraestrutura tecnológica adequada e segurança cibernética. Profissionais também precisam se aprimorar, mesmo que não necessariamente para o desenvolvimento dos modelos que irão compor os sistemas, mas sim para utilizá-los de maneira apropriada. Ao que tudo indica, aqueles que se prepararem de forma adequada para adotar recursos de inteligência computacional poderão colher benefícios substanciais em termos de eficiência operacional e competitividade global.



A FÓRMULA MÁGICA PARA INVESTIR COMO UM PROFISSIONAL

A fórmula mágica para investir como um profissional, livro de Joshua Pearl e Joshua Rosenbaum, dois investidores profissionais, é uma espécie de cartilha para aqueles que desejam investir em ações sem qualquer treinamento prévio. A compra de ações com base na intuição e na torcida certamente oferece um perigo para as finanças. Assim, com exemplos da vida real e estratégias utilizadas em Wall Street, os autores criaram um passo a passo simples e eficaz para escolher e administrar ações. A meta é clara: oferecer as habilidades necessárias para que o leitor encontre ações de boa qualidade e as melhores práticas de gestão de riscos para proteger o próprio portfólio.



O VERDADEIRO CA\$. O QUE NINGUÉM TE CONTOU SOBRE PLANEJAMENTO FINANCEIRO E O MUNDO DO DINHEIRO

O livro de Leandro Trajano, *O verdadeiro ca\$h. O que ninguém te contou sobre planejamento financeiro e o mundo do dinheiro*, traz uma abordagem humanizada em relação ao mundo das finanças. Nele, o leitor vai encontrar dicas, *insights* e reflexões sobre questões do dia a dia da vida financeira, de maneira prática, numa linguagem simples e direta. Assim, como vários casos de uma rotina de trabalho. O livro traz temas como financiamento imobiliário, previdência privada, seguros, uso inteligente do cartão de crédito, endividamento, bolsa de valores e orçamento. Além disso, finanças para casais e para crianças, investimentos, empréstimos, comportamento e hábitos favoráveis a uma vida financeira mais saudável são tratados de forma descomplicada e esclarecedora. A publicação, que apresenta não somente números, mas também discute comportamento, mentalidade e escolhas, é uma espécie de manual para quem quer gerir melhor a própria vida financeira.



O PAPEL DO ESTADO SEGUNDO OS DIVERSOS LIBERALISMOS

O papel do Estado segundo os diversos liberalismos é um livro escrito por Lucas Berlanza e parte do princípio de que o liberalismo, como proposta teórica e movimento político, vem suscitando bastante atenção nos últimos tempos, tanto por parte de defensores entusiasmados quanto de opositores contumazes. O livro questiona os que se apegam a uma única escola ou autor da vasta tradição liberal, reduzindo-a dogmaticamente a uma visão próxima ao anarquismo, de um lado, ou, de outro, a vertentes que, inspiradas nos desdobramentos sociais e econômicos da virada do século XIX para o século XX, passaram a admitir um papel maior do Estado. Assim, o autor pretende demonstrar a pluralidade de entendimento que os liberais de diversos países e escolas tiveram acerca desse tema central a qualquer discussão política.

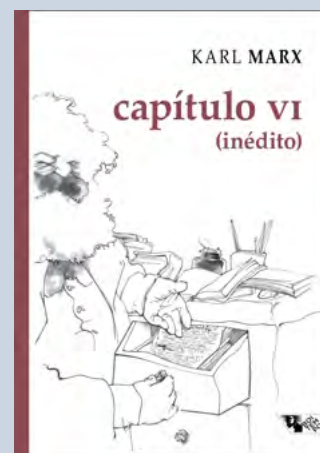
A MÁQUINA DO CAOS: COMO AS REDES SOCIAIS REPROGRAMARAM NOSSA MENTE E NOSSO MUNDO

A máquina do caos: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo, livro de Max Fisher, com tradução de Érico Assis e arte de capa de Daniel Trench, traz uma reflexão sobre a dimensão que as redes sociais estão ganhando nos dias atuais. Em pleno século XXI, essas redes crescem de forma avassaladora, sendo provavelmente o maior experimento coletivo da humanidade. Mas qual o impacto delas no mundo? São ferramentas que apenas refletem a natureza das pessoas ou estimulam comportamentos extremistas? A partir dessas perguntas, o repórter investigativo Max Fisher analisa o funcionamento das grandes empresas de tecnologia, construindo um panorama estarrecedor e dando um alerta para que se repense com urgência a relação dos indivíduos com essas plataformas digitais.



CAPÍTULO VI (INÉDITO). MANUSCRITOS DE 1863-1867, O CAPITAL, LIVRO I

Capítulo VI (inédito). Manuscritos de 1863 – 1867, O capital, Livro I, de autoria de Karl Marx, com tradução de Ronaldo Vielmi Fortes e trabalho artístico de Ricardo Antunes e Murillo van der Laan, representa o 31º volume da coleção Marx-Engels, publicada pela Boitempo Editorial. Trata-se da primeira tradução brasileira diretamente do original em alemão do célebre Capítulo VI do Livro I de *O capital*. Parte do primeiro manuscrito da obra-prima de Marx, o texto intitulado *Resultado do processo de produção imediato* encerraria o volume I e serviria de ponte para o volume II. Nele são apresentados, de maneira substancial, pontos centrais da reflexão marxiana. Produzido numa fase decisiva do desenvolvimento intelectual de Marx, o Capítulo VI condensa alguns dos principais momentos da argumentação do autor em *O capital*, que, na versão final da obra, concebida como um “todo artístico”, se espalham por várias seções.



A JORNADA DA HUMANIDADE

A jornada da humanidade, livro de Oded Galor, com tradução de Antenor Savoldi Jr., traz uma reflexão sobre as transformações da sociedade. Ao pesquisar esse processo, Oded Galor, um dos pensadores mais proeminentes da atualidade, criou a teoria unificada do crescimento, que explora a interação dinâmica entre a evolução humana e o desenvolvimento econômico. Hoje, a humanidade se encontra em uma nova encruzilhada: o progresso e o meio ambiente parecem ter entrado em rota de colisão. A jornada da humanidade é um livro de verdades urgentes e cuja relevância perdurará no tempo. O autor oferece lições profundas e otimistas sobre os avanços da humanidade, e uma fórmula: a igualdade de gênero, o investimento em educação e o equilíbrio da diversidade com coesão social são as chaves não só para a prosperidade da espécie, como também para a sua sobrevivência.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

Os primeiros meses do ano de 2023 foram marcados pela manutenção dos juros elevados, e o alto nível de endividamento das famílias, a despeito da desaceleração verificada nos preços. Como reflexo, o cenário para a atividade econômica ainda era de incerteza, prejudicando uma avaliação mais otimista do seu comportamento no primeiro semestre. Para corroborar esta análise, verificam-se os indicadores da atividade econômica até maio de 2023.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou estabilidade em abril de 2023 na comparação com o mesmo mês de 2022. As variáveis que compõem o setor registraram os seguintes resultados positivos: *Carga portuária* (2,5%), *Ônibus urbano* (2,3%) e *Ônibus intermunicipal* (1,8%). Enquanto *Aeroporto* (-0,3%), *Energia elétrica* (-2,4%) e *Combustíveis* (-4,1%) apresentaram comportamento oposto. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 6,9%.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou taxa positiva de 0,35% em maio deste ano, inferior à apurada no mesmo período de 2022 (1,29%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 4,21%. A variação acumulada nesse período foi a menor desde dezembro de 2020 (4,31%). Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, oito tiveram alta em maio de 2023. Por ordem de magnitude das taxas, tiveram acréscimo *Artigos de residência* (2,46%), *Despesas pessoais* (1,06%), *Habitação* (1,00%), *Transportes* (0,95%), *Educação* (0,85%), *Alimentação e bebidas* (0,35%), *Comunicação* (0,18%) e *Vestuário* (0,07%). Enquanto, *Saúde* registrou variação negativa de - 3,02%.

Na atividade agrícola, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, relativo ao mês de maio de 2023, com dados sistematizados e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas de 11,0 milhões de toneladas (t), o que representa um recuo de 3,3% na comparação com a safra de 2022. Segundo dados desse levantamento, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos em 2023. A primeira deve registrar crescimento de 9,6%, enquanto a segunda poderá retrair em 2,3%.

Quanto à produção industrial baiana, os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana registram queda de - 3,3% no mês de maio de 2023 em comparação com o mesmo mês do ano anterior, com dez das 12 atividades pesquisadas assinalando recuo da produção.

O segmento de *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (-27,2%) registrou a maior contribuição negativa. Outras atividades que registraram decréscimo foram *Indústrias extrativas* (-18,1%), *Bebidas* (-11,6%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-8,7%), *Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-6,1%), *Outros produtos químicos* (-6,1%), *Indústrias de transformação* (-2,2%), *Produtos de minerais não metálicos* (-1,9%), *Metalurgia* (-0,9%) e *Produtos de borracha e de material plástico* (-0,7%). Por sua vez, o segmento *Couros, artigos para viagem e calçados* (22,1%) exerceu a principal influência positiva no período. Outro resultado positivo no indicador foi observado em *Produtos alimentícios* (16,8%).

Já o setor de Comércio Varejista baiano expandiu as vendas em 1,5% no mês de maio de 2023, considerando-se igual mês do ano anterior. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, as atividades que exibiram taxas positivas nesse mês foram *Combustíveis e lubrificantes* (29,4%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,6%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (11,9%). Em sentido contrário, destaca-se variação negativa em *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-21,7%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-16,9%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-13,5%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-2,3%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-1,6%). No acumulado do ano, o Comércio Varejista registrou variação positiva de 3,2%.

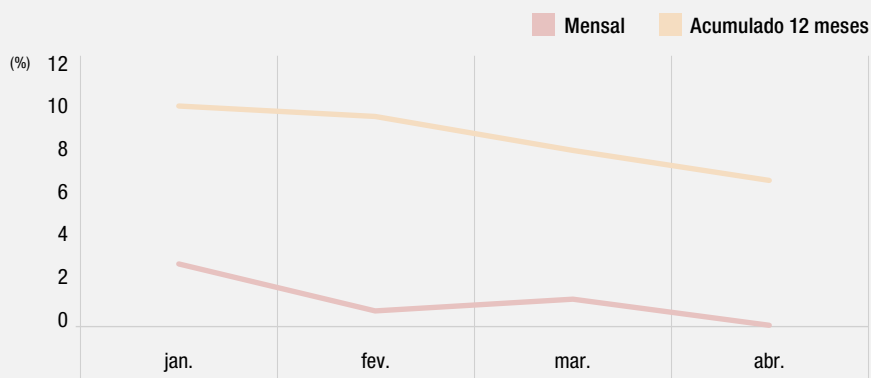
O setor de Serviços apresentou comportamento mais expressivo no mês de maio de 2023. O volume de atividades expandiu 9,7% nesse período em relação ao mesmo mês de 2022. Em maio de 2023, todas as cinco atividades que compõem o setor impulsionaram o setor para cima, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades *Serviços de informação e comunicação* (24,8%), *Outros serviços* (8,1%), *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (7,3%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (6,1%) e *Serviços prestados às famílias* (6,0%). No acumulado de 12 meses, o volume de atividades apresentou expansão de 5,6% em relação ao mesmo período do ano de 2022, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Em relação ao comércio exterior, os dados apontam que a balança comercial registrou superávit US\$ 157,3 milhões. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas alcançaram um volume de US\$ 843,3 milhões em maio de 2023, com queda de 32,5% em comparação com o montante registrado no mesmo mês de 2022. Já as importações registraram retração de 45,3%, com volume de US\$ 686,0 milhões. Com exceção de *Bens de capital* (7,70%) e *Bens não especificados anteriormente*, houve recuo em todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para *Bens intermediários* (-23,71%), *Bens de consumo* (-23,13%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-3,17%). No acumulado dos cinco meses de 2023, as exportações baianas acusam retração de 22,7% (US\$ 4,2 bilhões).

Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados até os cinco primeiros meses de 2023.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou estabilidade em abril de 2023 na comparação com o mesmo mês de 2022. As variáveis que compõem o setor registraram os seguintes resultados positivos: *Carga portuária* (2,5%), *Ônibus urbano* (2,3%) e *Ônibus intermunicipal* (1,8%). Enquanto *Aeroporto* (-0,3%), *Energia elétrica* (-2,4%) e *Combustíveis* (-4,1%) apresentaram comportamento oposto. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 6,9%.

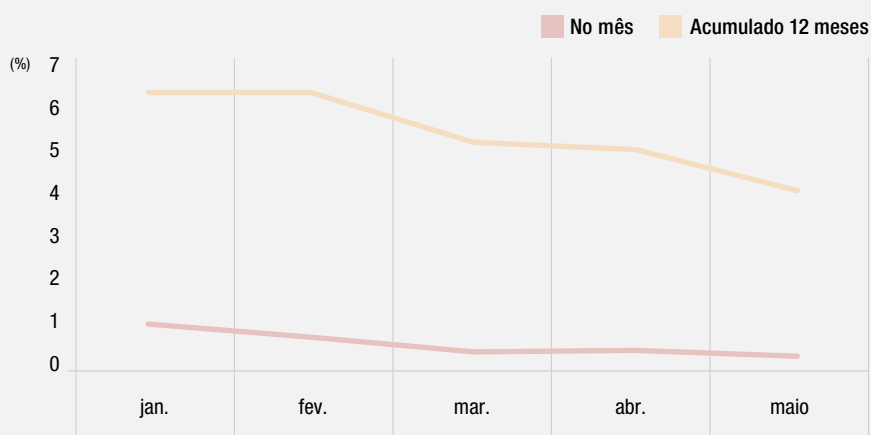
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2023-abr. 2023



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

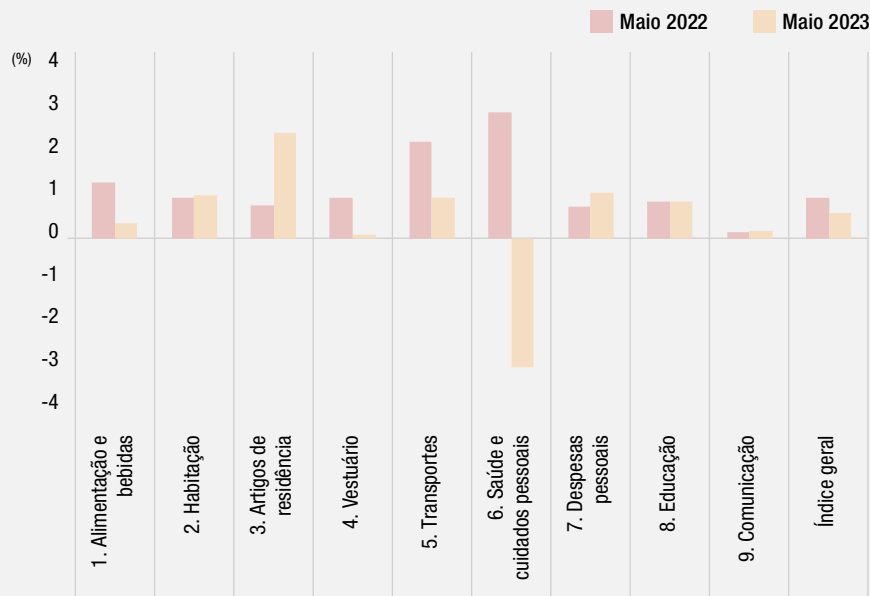
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou taxa positiva de 0,35% em maio de 2023, inferior à apurada no mesmo mês de 2022 (1,29%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 4,21%. A variação acumulada nesse período foi a menor desde dezembro de 2020 (4,31%).

Gráfico 2
Taxa de variação do IPCA - RMS - Jan. 2023-maio 2023



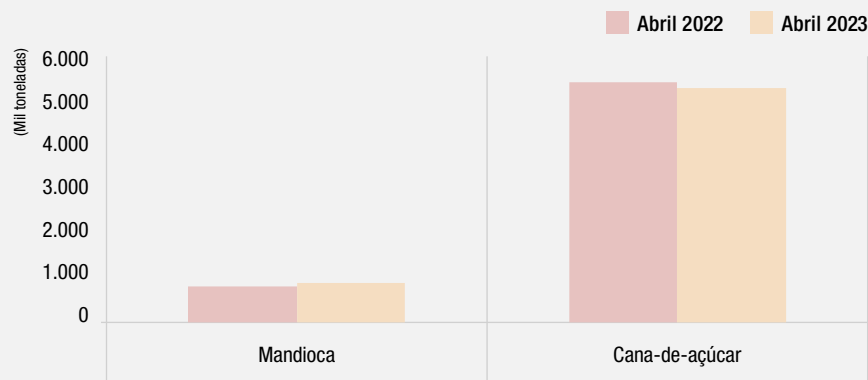
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 3
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Maio 2022-maio 2023



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Abril 2022-abril 2023



Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

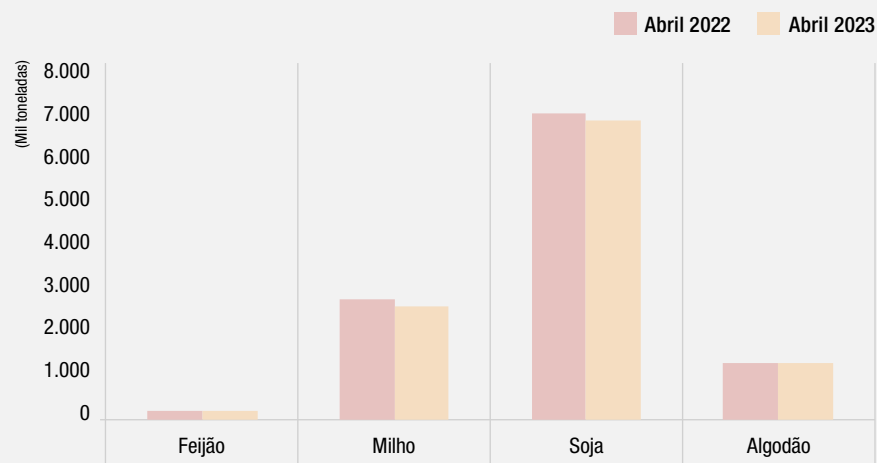
Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, oito tiveram alta em maio de 2023. Por ordem de magnitude das taxas, sofreram acréscimo *Artigos de residência* (2,46%), *Despesas pessoais* (1,06%), *Habitação* (1,00%), *Transportes* (0,95%), *Educação* (0,85%), *Alimentação e bebidas* (0,35%), *Comunicação* (0,18%) e *Vestuário* (0,07%). Enquanto, *Saúde* registrou variação negativa de - 3,02%.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos em 2023. A primeira deve registrar crescimento de 9,6%, enquanto a segunda poderá retrair em 2,3%.

O LSPA apresentou estimativa de retração na produção de feijão, milho, soja e algodão em relação a 2022, com taxas de – 2,0%, – 5,5%, – 2,5% e – 1,0%, respectivamente. Estima-se queda no rendimento médio para o feijão (-2,0%), milho (-5,5%), soja (-2,5%) e algodão (-1,0%).

Gráfico 5

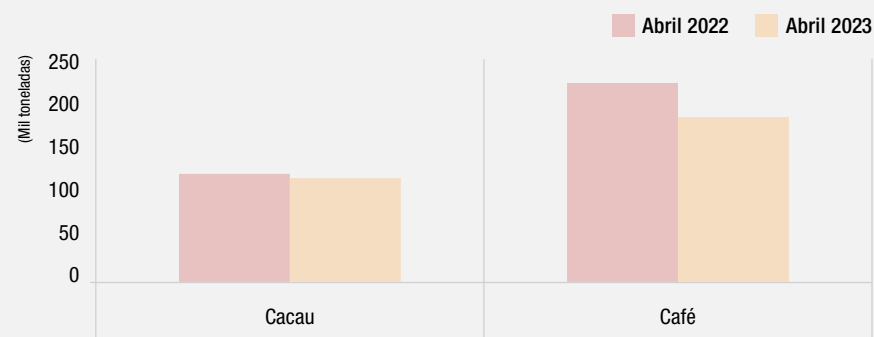
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Abril 2022-abril 2023



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Abril 2022-abril 2023

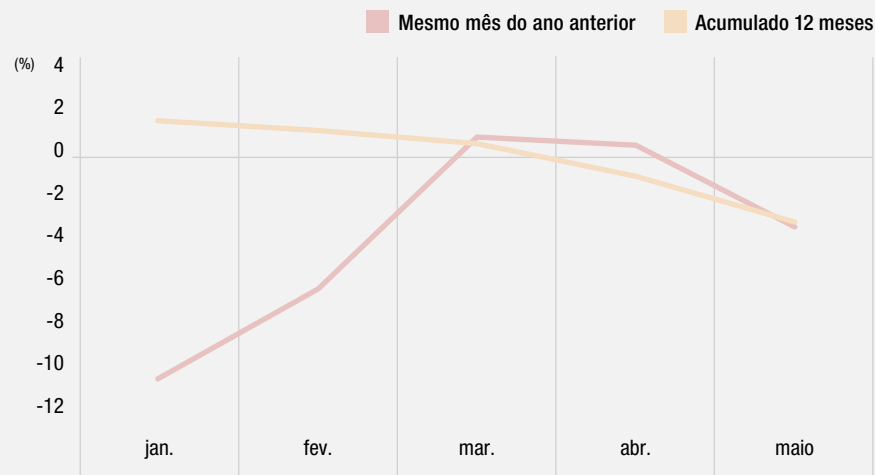


Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamentos semelhantes em 2023. Em relação ao cacau, houve retração na produção (-4,0%), com queda do rendimento médio de – 4,0%. Já para o café constatou-se recuo na produção de – 17,4%, levando à retração no rendimento médio de – 17,4%.

Gráfico 7

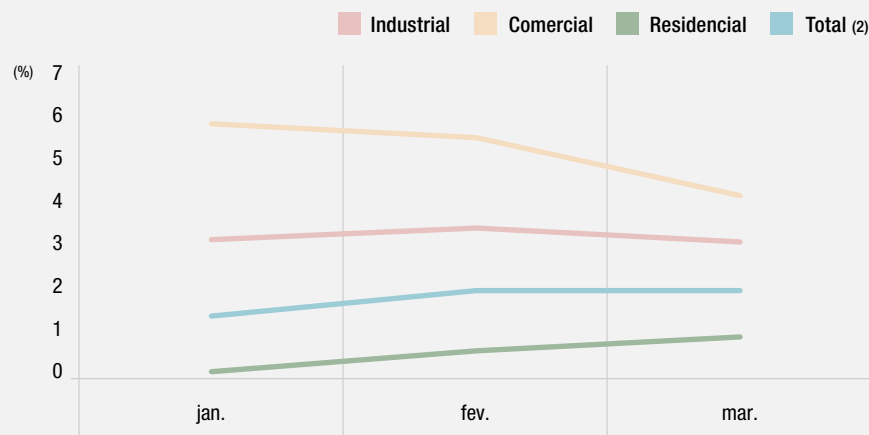
Taxa de variação da produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2023-maio 2023



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2023-mar. 2023



Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana registram queda de -3,3% no mês de maio de 2023 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com dez das 12 atividades pesquisadas assinalando recuo na produção. O segmento *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (-27,2%) registrou a maior contribuição negativa. Outros que registraram decréscimo foram *Indústrias extra-tivas* (-18,1%), *Bebidas* (-11,6%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-8,7%), *Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-6,1%), *Outros produtos químicos* (-6,1%), *Indústrias de transformação* (-2,2%), *Produtos de minerais não metálicos* (-1,9%), *Metalurgia* (-0,9%) e *Produtos de borracha e de material plástico* (-0,7%). Por sua vez, o segmento de *Couros, artigos para viagem e calçados* (22,1%) exerceu a principal influência positiva no período. Outro resultado positivo no indicador foi observado no grupo *Produtos alimentícios* (16,8%).

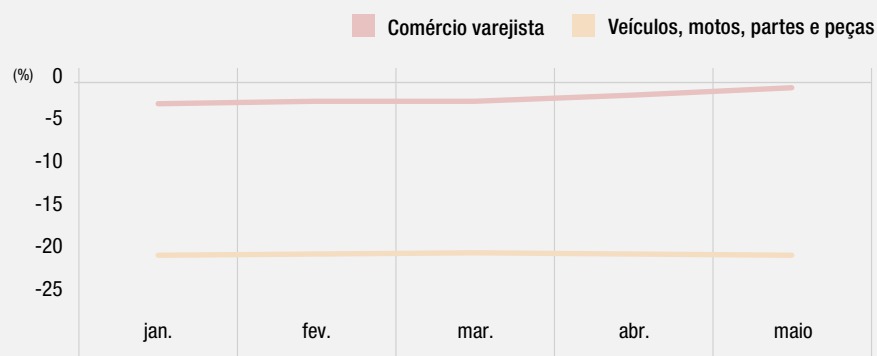
O consumo de energia elétrica no estado registrou variação positiva de 2,1% em março de 2023 na comparação com o mesmo mês de 2022. No acumulado de 12 meses, notou-se avanço de 2,1% no consumo total, impulsionado pelo setor público, que expandiu 12,4%. Ressalta-se que esses dados são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o setor do Comércio Varejista baiano expandiu as vendas em 1,5% no mês de maio de 2023, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas nesse período foram *Combustíveis e lubrificantes* (29,4%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,6%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (11,9%). Em sentido contrário, destaca-se a variação negativa de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-21,7%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-16,9%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-13,5%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-2,3%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-1,6%). No acumulado de 12 meses, o setor registrou variação negativa de -0,6%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até maio de 2023, os principais segmentos que contribuíram para a retração no volume do Comércio Varejista Restrito foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-15,4%), *Móveis e eletrodomésticos* (-9,4%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-7,6%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram positivamente foram *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (19,7%), *Combustíveis e lubrificantes* (12,5%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (4,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (3,0%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (1,1%).

Gráfico 9

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2023-maio 2023



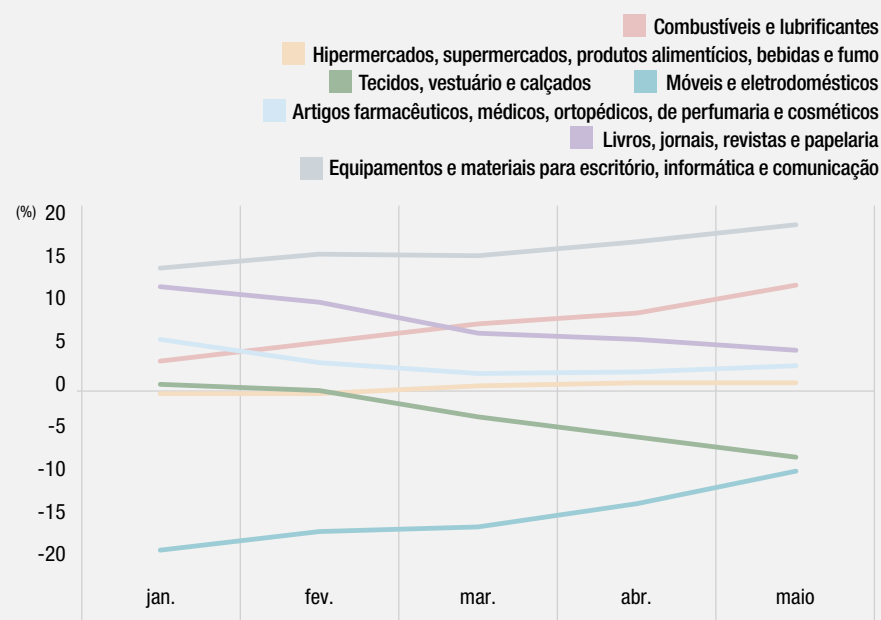
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1), principais segmentos – Bahia – Jan. 2023-maio 2023

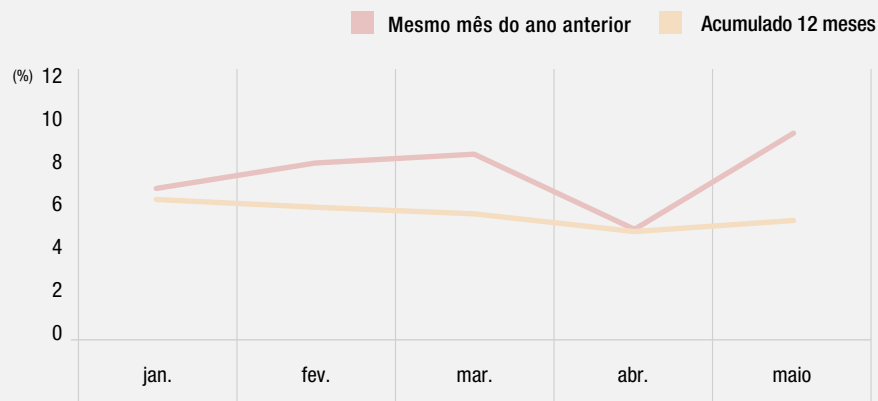


Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

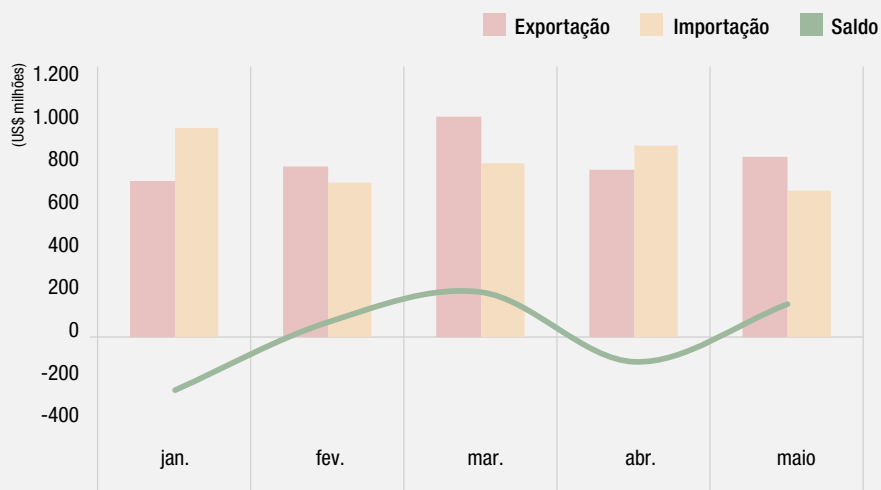
Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2023-maio 2023



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O setor de Serviços apresentou, em maio de 2023, expansão de 9,7% em relação ao mesmo mês de 2022. Nesse período, todas as cinco atividades que compõem o setor o alavancaram, com destaque, por ordem de magnitude, para *Serviços de informação e comunicação* (24,8%), *Outros serviços* (8,1%), *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (7,3%), *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (6,1%) e *Serviços prestados às famílias* (6,0%). No acumulado de 12 meses, o volume de atividades apresentou expansão de 5,6% em relação ao mesmo período do ano de 2022, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2023-maio 2023



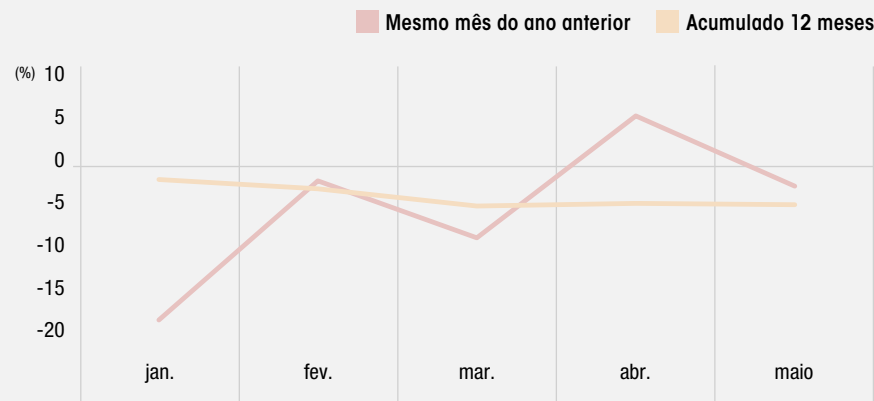
Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas alcançaram um volume de US\$ 843,3 milhões em maio de 2023, com queda de 32,5% em comparação com o montante do mesmo mês de 2022. Já as importações registraram retração de 45,3%, com volume de US\$ 686,0 milhões. A balança comercial registrou superávit US\$ 157,3 milhões. Com exceção de *Bens de capital* (7,70%) e *Bens não especificados anteriormente* houve recuo em todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para *Bens intermediários* (-23,71%), *Bens de consumo* (-23,13%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-3,17%).

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – registrou queda de 2,3% em maio de 2023, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou retração de 4,5% em 12 meses.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação tributária total a preços constantes – Bahia – Jan. 2023-maio 2023



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Deflator IGP-DI.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Região Metropolitana – Salvador (BA) – Maio 2022/2023

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês (1) (%)		Variações acumuladas (%)	
	Maio 2022	Maio 2023	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)
1. Alimentação e bebidas	0,94	1,00	2,02	5,70
2. Habitação	0,77	2,46	7,58	7,70
3. Artigos de residência	0,95	0,07	-0,35	-0,83
4. Vestuário	2,26	0,95	0,28	10,87
5. Transportes	2,93	-3,02	0,74	-7,44
6. Saúde e cuidados pessoais	0,73	1,06	5,17	11,91
7. Despesas pessoais	0,86	0,85	2,14	6,04
8. Educação	0,15	0,18	6,81	10,13
9. Comunicação	0,96	0,60	4,98	-0,32
Índice geral	1,29	0,35	3,23	4,21

Fonte: SEI.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – 2017-2018, foram introduzidos aperfeiçoamento na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – Maio 2023

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
São Paulo	791,82	-0,36	4,40	64,85
Porto Alegre	781,56	-0,25	4,30	64,01
Florianópolis	765,13	-0,55	2,04	62,66
Rio de Janeiro	749,76	-0,13	3,29	61,41
Campo Grande	724,09	-1,85	-2,70	59,30
Vitória	706,06	2,13	1,49	57,83
Goiânia	704,89	-0,01	6,36	57,73
Brasília	703,43	-1,90	2,55	57,61
Curitiba	698,66	0,31	0,22	57,64
Fortaleza	672,66	0,43	6,82	55,09
Belém	669,80	1,37	11,79	54,86
Belo Horizonte	666,82	-0,32	2,65	54,61
Natal	602,16	-0,62	7,19	49,32
Salvador	594,32	1,42	5,56	48,67
Recife	587,13	0,84	4,61	48,09
João Pessoa	580,95	-0,75	5,32	47,58
Aracaju	553,76	-0,02	4,25	45,35

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2022/2023

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.349.109	1.334.815	-1,1	290.368	290.368	0,0
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	2.476	2.486	0,4	2.550	2.550	0,0
Arroz total	750	750	0,0	450	450	0,0
Batata-inglesa (2º safra)	118.000	109.999	-6,8	2.650	2.650	0,0
Cana-de-açúcar	5.600.000	5.469.690	-2,3	80.000	80.000	0,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	243.910	238.820	-2,1	417.000	417.000	0,0
Feijão 1ª safra	145.570	143.540	-1,4	227.000	227.000	0,0
Feijão 2ª safra	98.340	95.280	-3,1	190.000	190.000	0,0
Fumo	11.000	9.883	-10,2	7.850	7.850	0,0
Mamona	38.800	33.072	-14,8	48.000	48.000	0,0
Mandioca	856.336	938.342	9,6	123.000	123.000	0,0
Milho total	2.840.800	2.686.100	-5,4	700.000	700.000	0,0
Milho 1ª safra	2.190.800	2.165.320	-1,2	440.000	440.000	0,0
Milho 2ª safra	650.000	520.780	-19,9	260.000	260.000	0,0
Soja	7.240.680	7.063.494	-2,4	1.823.000	1.823.000	0,0
Sorgo granífero	134.780	113.520	-15,8	90.150	90.150	0,0
Tomate	178.004	179.606	0,9	4.240	4.240	0,0
Pernamentes						
Banana (4)	904.318	913.790	1,0	69.000	69.000	0,0
Cacau	126.050	120.990	-4,0	440.050	440.050	0,0
Café total	233.500	193.178	-17,3	121.500	121.500	0,0
Café arábica	100.500	69.510	-30,8	76.000	76.000	0,0
Café cenephora	133.000	123.668	-7,0	45.500	45.500	0,0
Castanha-de-cajú	2.865	2.955	3,1	16.000	16.000	0,0
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	653.549	634.282	-2,9	57.500	57.500	0,0
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	60.804	65.555	7,8	2.069	2.069	0,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2022.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2023 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2022/2023

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	290.368	290.368	0,0	4.646	4.597	-1,1
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	2.550	2.550	0,0	971	975	0,4
Arroz total	450	450	0,0	1.667	1.667	0,0
Batata-inglesa	2.650	2.650	0,0	44.528	41.509	-6,8
Cana-de-açúcar	80.000	80.000	0,0	70.000	68.371	-2,3
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	417.000	417.000	0,0	585	573	-2,1
Feijão 1ª safra	227.000	227.000	0,0	641	632	-1,4
Feijão 2ª safra	190.000	190.000	0,0	518	501	-3,1
Fumo	7.850	7.850	0,0	1.401	1.259	-10,2
Mamona	48.000	48.000	0,0	808	689	-14,8
Mandioca	109.000	109.000	0,0	7.856	8.609	9,6
Milho total	700.000	700.000	0,0	4.058	3.837	-5,4
Milho 1ª safra	440.000	440.000	0,0	4.979	4.921	-1,2
Milho 2ª safra	260.000	260.000	0,0	2.500	2.003	-19,9
Soja	1.823.000	1.823.000	0,0	3.972	3.875	-2,4
Sorgo granífero	90.150	90.150	0,0	1.495	1.259	-15,8
Tomate	4.240	4.240	0,0	41.982	42.360	0,9
Pernamentes						
Banana (4)	64.500	64.500	0,0	14.020	14.167	1,0
Cacau	420.050	420.050	0,0	300	288	-4,0
Café total	105.500	105.500	0,0	2.213	1.831	-17,3
Café arábica	65.000	65.000	0,0	1.546	1.069	-30,8
Café cenephora	40.500	40.500	0,0	3.284	3.054	-7,0
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	191	197	3,1
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	50.000	50.000	0,0	13.071	12.686	-2,9
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.869	1.869	0,0	32.533	35.075	7,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2022.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro 2023 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Maio 2023

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-3,3	-3,7	-3,1
Indústrias extrativas	-18,1	-38,8	-26,0
Indústrias de transformação	-2,2	-0,8	-1,3
Produtos alimentícios	16,8	8,8	-2,3
Bebidas	-11,6	2,1	0,3
Couros, artigos para viagem e calçados	22,1	4,5	0,0
Celulose, papel e produtos de papel	-8,7	-8,4	-0,4
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-6,1	-0,4	1,5
Outros produtos químicos	-6,1	-8,1	-4,0
Produtos de borracha e de material plástico	-0,7	-2,6	-3,7
Produtos de minerais não-metálicos	-1,9	-3,0	2,4
Metalurgia	-0,9	7,4	-20,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-27,2	-18,0	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	4,6	-94,0	-53,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-maio 2023

(Continua)

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,2	7,6	-0,1
Abril	-26,5	-1,4	-2,1
Maio	-21,1	-5,7	-5,0
Junho	-14,9	-7,2	-5,4
Julho	-4,9	-6,9	-5,3
Agosto	-5,1	-6,6	-5,0
Setembro	-1,1	-6,0	-4,9
Outubro	-6,0	-6,0	-5,4
Novembro	0,2	-5,4	-5,3
Dezembro	1,0	-4,9	-4,9
Janeiro 2021	-15,0	-15,0	-6,8
Fevereiro	-21,5	-18,2	-9,1
Março	-19,3	-18,6	-11,1
Abril	-11,4	-17,2	-9,9
Maio	-20,3	-17,7	-9,6
Junho	-5,8	-15,9	-8,9
Julho	-10,6	-15,1	-9,4
Agosto	-14,1	-15,0	-10,2
Setembro	-14,2	-14,9	-11,4
Outubro	-12,5	-14,6	-12,0
Novembro	-14,6	-14,6	-13,3
Dezembro	-10,3	-14,3	-14,3
Janeiro 2022	-1,9	-1,9	-13,2
Fevereiro	0,5	-0,7	-11,5
Março	9,8	2,7	-9,2

Tabela 6

(Conclusão)

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-maio 2023

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Abril	23,7	7,1	-7,1
Maio	32,2	11,6	-3,6
Junho	13,5	11,9	-2,2
Julho	0,6	10,1	-1,1
Agosto	3,8	9,2	0,5
Setembro	-0,4	8,0	2,0
Outubro	-10,4	5,9	2,3
Novembro	-7,6	4,6	3,2
Dezembro	-9,1	3,4	3,4
Janeiro 2023	-7,8	-7,8	2,9
Fevereiro	-2,7	-5,3	2,7
Março	4,4	-2,0	2,2
Abril	4,8	-0,3	1,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Mar. 2023

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	33,7	10,8	-1,5
Residencial	2,5	4,2	1,0
Industrial (1)	-3,0	-1,9	3,2
Comercial	-0,9	1,3	4,3
Utilidades públicas (2)	-0,3	-2,2	-2,0
Setor público	12,4	10,3	12,4
Concessionária	-14,2	-16,1	4,5
Total	2,1	1,6	2,1

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

COMÉRCIO VAREJISTA

Tabela 8

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Maio 2023

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	1,5	3,2	-0,6
Combustíveis e lubrificantes	29,4	20,1	12,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,3	2,5	1,1
Hipermercados e supermercados	-2,7	3,3	2,3
Tecidos, vestuário e calçados	-16,9	-2,6	-7,6
Móveis e eletrodomésticos	-1,6	0,2	-9,4
Móveis	-10,6	-4,5	-20,5
Eletrodomésticos	5,8	4,5	-3,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,6	0,7	3,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-13,5	5,5	4,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	11,9	29,2	19,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-21,7	-17,7	-15,4
Comércio Varejista Ampliado	11,5	6,2	-3,8
Veículos, motos, partes e peças	-10,0	-10,1	-20,2
Material de construção	-0,6	0,6	-4,7
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	61,2	36,1	-

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

COMÉRCIO EXTERIOR

Tabela 9

Exportações, principais segmentos – Bahia – Jan.-maio 2022/2023

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % preço médio
	2022	2023			
Petróleo e derivados	1.631.594	1.007.671	-38,24	24,06	-26,04
Soja e derivados	1.126.942	966.328	-14,25	23,07	-2,73
Papel e celulose	452.794	499.003	10,21	11,91	6,67
Químicos e petroquímicos	626.884	466.040	-25,66	11,13	-18,92
Metais preciosos	190.564	252.451	32,48	6,03	-40,63
Metalúrgicos	204.903	185.531	-9,45	4,43	-11,69
Minerais	387.706	175.860	-54,64	4,20	-29,63
Algodão e seus subprodutos	234.847	85.851	-63,44	2,05	-16,07
Borracha e suas obras	69.674	85.470	22,67	2,04	19,64
Cacau e derivados	85.795	82.402	-3,95	1,97	-4,70
Café e especiarias	116.133	74.992	-35,43	1,79	-10,29
Frutas e suas preparações	51.358	62.332	21,37	1,49	10,70
Sisal e derivados	37.687	38.027	0,90	0,91	-17,71
Calçados e suas partes	42.031	38.723	-7,87	0,92	15,59
Couros e peles	33.118	14.427	-56,44	0,34	-38,36
Carne e miudezas de aves	12.423	12.962	4,33	0,31	3,06
Fumo e derivados	12.433	12.042	-3,15	0,29	16,82
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	45.004	7.391	-83,58	0,18	25,29
Demais segmentos	59.654	121.297	103,33	2,90	18,14
Total	5.421.544	4.188.800	-22,74	100,00	-15,52

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 007/06/2023, <http://comexstat.mdic.gov.br>.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-maio 2022/2023

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2022	2023		2022	2023		
China	2.154.156	1.813.097	-15,83	1.297.378	892.698	-31,19	21,31
Singapura	927.750	948.651	2,25	617.437	491.778	-20,35	11,74
Estados Unidos	258.015	383.094	48,48	384.438	383.432	-0,26	9,15
Canadá	14.198	24.568	73,04	217.424	308.109	41,71	7,36
Argentina	198.608	152.075	-23,43	332.193	238.062	-28,34	5,68
Alemanha	360.443	436.047	20,98	180.024	226.148	25,62	5,40
África do Sul	314.635	322.653	2,55	239.916	166.729	-30,51	3,98
Países Baixos (Holanda)	229.006	194.117	-15,24	171.816	165.872	-3,46	3,96
Japão	14.438	126.383	775,35	27.038	102.642	279,62	2,45
Gibraltar	6	200.113	-	14	93.388	-	2,23
Bélgica	87.696	84.635	-3,49	83.176	89.054	7,07	2,13
Colômbia	18.341	109.680	498,01	35.497	76.815	116,40	1,83
França	261.463	132.654	-49,26	130.213	70.391	-45,94	1,68
Itália	92.746	138.857	49,72	66.455	70.105	5,49	1,67
Romênia	115.532	101.541	-12,11	55.847	55.684	-0,29	1,33
Virgens, Ilhas (Americanas)	365.325	99.758	-72,69	271.815	53.750	-80,23	1,28
Finlândia	44.020	23.923	-45,65	156.294	53.013	-66,08	1,27
México	25.751	46.615	81,02	47.879	52.686	10,04	1,26
Egito	2.283	109.238	-	3.334	52.562	-	1,25
Vietnã	23.942	58.305	143,52	50.534	50.513	-0,04	1,21
Espanha	310.708	63.275	-79,64	240.398	50.247	-79,10	1,20
Tailândia	8.355	72.763	770,85	6.371	46.209	625,33	1,10
Turquia	80.071	41.196	-48,55	79.236	31.276	-60,53	0,75
Argélia	45.372	91.621	101,93	26.034	27.674	6,30	0,66
Taiwan (Formosa)	2.091	72.130	-	6.640	24.907	-	0,59
Índia	16.887	15.252	-9,68	22.928	24.712	7,78	0,59
Bangladesh	14.836	13.469	-9,21	23.467	24.516	4,47	0,59
Chile	13.100	9.717	-25,83	30.539	23.886	-21,79	0,57
Coreia do Sul	25.207	46.607	84,90	31.073	22.622	-27,20	0,54
Indonésia	14.466	5.996	-58,55	47.536	17.750	-62,66	0,42
Demais países	656.079	185.619	-71,71	538.600	201.571	-62,57	4,81
Total	6.695.528	6.123.649	-8,54	5.421.544	4.188.800	-22,74	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/06/2021.

Elaboração: SEI.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 11

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	794.065.989,00	627.905.804,00	621.907.890,00	732.774.179,00	900.819.277,00	623.476.298,00	4.300.949.437,00
Receitas correntes	416.517.265,00	376.842.179,00	407.204.021,00	395.364.154,00	387.802.038,00	393.517.578,00	2.377.247.235,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	158.242.513,00	143.024.685,00	136.864.092,00	132.560.406,00	139.195.201,00	146.389.501,00	856.276.398,00
Impostos	157.189.910,00	141.780.007,00	135.045.567,00	131.273.033,00	137.811.691,00	145.339.533,00	848.439.741,00
Taxas	1.052.603,00	1.244.678,00	1.818.525,00	1.287.373,00	1.383.510,00	1.049.967,00	7.836.656,00
Receita de contribuições	194.211.867,00	180.539.472,00	171.704.336,00	186.438.241,00	189.978.627,00	205.614.479,00	1.128.487.022,00
Contribuições sociais	188.983.332,00	175.308.490,00	168.713.193,00	183.502.640,00	187.075.819,00	202.819.521,00	1.106.402.995,00
Contribuições econômicas	5.228.536,00	5.230.982,00	2.991.142,00	2.935.602,00	2.902.808,00	2.794.958,00	22.084.028,00
Contribuições para ent. privadas de serv. Social e de form. profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	44.799.435,00	38.408.813,00	84.508.313,00	54.578.114,00	46.588.932,00	29.140.370,00	298.023.977,00
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	454.833,00	505.369,00	705.306,00	920.982,00	600.729,00	465.415,00	3.652.634,00
Valores mobiliários	6.863.459,00	6.698.288,00	42.954.046,00	24.419.499,00	16.984.972,00	11.573.469,00	109.493.733,00
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	235.349,00	1.240.034,00	26.933.601,00	864.924,00	253.868,00	3.709.264,00	33.237.040,00
Exploração de recursos naturais	35.483.898,00	28.047.544,00	12.039.963,00	26.539.950,00	26.654.212,00	11.372.379,00	140.137.946,00
Exploração do patrimônio intangível	7,00	12,00	0,00	7,00	64,00	0,00	90,00
Cessão de direitos	1.153.841,00	1.289.150,00	1.298.342,00	1.364.944,00	1.386.544,00	1.508.978,00	8.001.799,00
Demais receitas patrimoniais	608.048,00	628.416,00	577.055,00	467.807,00	708.544,00	510.866,00	3.500.736,00
Receita agropecuária	2.901,00	3.839,00	8.462,00	4.367,00	6.685,00	4.611,00	30.865,00
Receita industrial	188.631,00	666.637,00	830.602,00	980.769,00	1.695.755,00	1.160.509,00	5.522.903,00
Receita de serviços	12.423.084,00	7.411.327,00	7.621.711,00	14.112.503,00	5.471.635,00	5.289.436,00	52.329.696,00
Serviços administrativos e comerciais gerais	438.669,00	550.935,00	582.422,00	614.046,00	528.145,00	542.382,00	3.256.599,00
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	435.405,00	338.028,00	387.038,00	459.596,00	464.946,00	390.399,00	2.475.412,00
Serviços e atividades referentes à saúde	41.767,00	60.029,00	56.352,00	58.820,00	48.875,00	-12.482,00	253.361,00
Serviços e atividades financeiras	11.494.463,00	6.457.488,00	6.586.332,00	12.973.023,00	4.440.705,00	4.362.712,00	46.314.723,00
Outros serviços	12.779,00	4.847,00	9.565,00	7.017,00	-11.034,00	6.427,00	29.601,00
Transferências correntes	36.474,00	56.117,00	51.600,00	59.741,00	124.058,00	81.577,00	409.567,00
Transferências da união e de suas entidades	25,00	3.157,00	-3.146,00	946,00	36,00	-1.927,00	-909,00
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	6.186,00	5.165,00	12.721,00	-5.404,00	1.623,00	1.823,00	22.114,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	145,00	3.079,00	2.020,00	1.195,00	1.067,00	14.954,00	22.460,00
Transferências de instituições privadas	29.997,00	44.571,00	39.304,00	57.833,00	120.266,00	63.835,00	355.806,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	691,00	557,00	962,00	2.820,00	5.030,00
Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00	—	0,00	0,00	0,00
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00	—	0,00	0,00	0,00

(Continuação)

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Demais transferências correntes	122,00	144,00	10,00	4.613,00	103,00	73,00	5.065,00
Outras receitas correntes	6.612.358,00	6.730.876,00	5.615.303,00	6.630.021,00	4.741.247,00	5.837.085,00	36.166.890,00
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.481.943,00	1.410.781,00	1.420.546,00	1.774.573,00	1.528.064,00	1.492.882,00	9.108.789,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	2.967.346,00	2.557.035,00	1.607.671,00	1.806.373,00	941.031,00	1.880.570,00	11.760.026,00
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	181.204,00	453.629,00	287.615,00	224.423,00	377.676,00	113.242,00	1.637.789,00
Demais receitas correntes	1.981.865,00	2.309.429,00	2.299.471,00	2.824.653,00	1.894.477,00	2.350.390,00	13.660.285,00
Receitas correntes a classificar	0,00	412,00	-399,00	-8,00	-105,00	10,00	-90,00
Receitas de capital	377.548.724,00	251.063.626,00	214.703.871,00	337.410.026,00	513.017.238,00	229.958.720,00	1.923.702.205,00
Operações de crédito	273.254.841,00	214.187.791,00	161.394.884,00	280.431.414,00	477.843.596,00	151.695.665,00	1.558.808.191,00
Operações de crédito internas	273.254.841,00	214.101.831,00	155.865.146,00	279.601.808,00	477.741.325,00	148.590.239,00	1.549.155.190,00
Operações de crédito externas	0,00	85.959,00	5.529.737,00	829.605,00	102.271,00	3.105.425,00	9.652.997,00
Alienação de bens	87.749,00	119.914,00	85.319,00	167.560,00	295.778,00	207.390,00	963.710,00
Alienação de bens móveis	42.305,00	37.308,00	31.535,00	42.326,00	230.592,00	63.549,00	447.615,00
Alienação de bens imóveis	45.444,00	82.607,00	53.785,00	110.069,00	65.186,00	143.840,00	500.931,00
Alienação de bens intangíveis	0,00	—	—	15.165,00	0,00	0,00	15.165,00
Amortizações de empréstimos	5.482.041,00	6.071.126,00	24.201.313,00	32.522.792,00	17.837.248,00	50.294.751,00	136.409.271,00
Transferências de capital	50,00	879,00	3.228,00	7.360,00	-691,00	16.912,00	27.738,00
Transferências da união e de suas entidades	-10,00	939,00	0,00	0,00	-939,00	0,00	-10,00
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	77,00	6.814,00	248,00	13.706,00	20.845,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	60,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	3.151,00	546,00	0,00	0,00	3.697,00
Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	—	0,00	0,00	3.206,00	3.206,00
Outras receitas de capital	98.724.043,00	30.683.915,00	29.019.125,00	24.280.900,00	17.041.308,00	27.744.001,00	227.493.292,00
Integralização do capital social	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00	0,00
Resultado do banco central	72.801.160,00	0,00	—	0,00	23.279,00	0,00	72.824.439,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro	25.922.882,00	30.683.915,00	29.019.125,00	24.280.900,00	17.018.029,00	27.744.001,00	154.668.852,00
Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de capital a classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	798.636.933,00	633.377.771,00	625.522.435,00	736.301.710,00	904.495.915,00	628.641.464,00	4.326.976.228,00
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	798.636.933,00	633.377.771,00	625.522.435,00	736.301.710,00	904.495.915,00	628.641.464,00	4.326.976.228,00
Déficit (VI)							
Total (VII) = (V + VI)	798.636.933,00	633.377.771,00	625.522.435,00	736.301.710,00	904.495.915,00	628.641.464,00	4.326.976.228,00

(Conclusão)

Tabela 11

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receita (intraorçamentária) (II)	4.570.944,00	5.471.966,00	3.614.544,00	3.527.531,00	3.676.639,00	5.165.167,00	26.026.791,00
Receitas correntes	4.552.250,00	5.452.988,00	3.459.234,00	3.457.576,00	3.654.273,00	5.132.119,00	25.708.440,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	151,00	1.074,00	981,00	852,00	7,00	533,00	3.598,00
Impostos	19,00	565,00	705,00	280,00	-246,00	368,00	1.691,00
Taxas	132,00	509,00	276,00	572,00	253,00	166,00	1.908,00
Receita de contribuições	3.436.407,00	3.433.433,00	3.430.718,00	3.416.973,00	3.623.547,00	5.024.235,00	22.365.313,00
Contribuições sociais	3.435.880,00	3.432.997,00	3.430.293,00	3.416.389,00	3.623.087,00	5.023.771,00	22.362.417,00
Contribuições econômicas	527,00	436,00	424,00	583,00	460,00	465,00	2.895,00
Contribuições para ent. privadas de serv. Social e de form. profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	912,00	996,00	1.065,00	989,00	992,00	702,00	5.656,00
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	912,00	975,00	1.059,00	987,00	992,00	701,00	5.626,00
Valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0,00	21,00	6,00	2,00	0,00	2,00	31,00
Receita industrial	1.244,00	1.482,00	3.901,00	877,00	7.125,00	7.150,00	21.779,00
Receita de serviços	11.387,00	17.670,00	20.000,00	35.130,00	21.761,00	82.351,00	188.299,00
Serviços administrativos e comerciais gerais	1.577,00	7.394,00	9.448,00	25.447,00	12.187,00	71.315,00	127.368,00
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	—	—	—	—	0,00	0,00
Serviços e atividades referentes à saúde	9.811,00	10.275,00	10.552,00	9.674,00	9.558,00	11.021,00	60.891,00
Serviços e atividades financeiras	0,00	—	—	—	—	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	8,00	14,00	15,00	37,00
Outras receitas correntes	1.102.148,00	1.998.332,00	2.572,00	2.757,00	843,00	17.147,00	3.123.799,00
Multas administrativas, contratuais e judiciais	5,00	-2,00	580,00	535,00	11,00	14,00	1.143,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	57,00	818,00	208,00	747,00	-547,00	47,00	1.330,00
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao RGPS	0,00	0,00	1.783,00	0,00	—	0,00	1.783,00
Demais receitas correntes	1.102.085,00	1.997.518,00	155.311,00	1.475,00	1.379,00	17.086,00	3.274.854,00
Receitas de capital	18.694,00	18.979,00	155.311,00	69.955,00	22.366,00	33.048,00	318.353,00
Operações de crédito	18.694,00	18.979,00	155.311,00	69.955,00	22.366,00	33.048,00	318.353,00
Operações de crédito internas	18.694,00	18.979,00	155.311,00	69.955,00	22.366,00	33.048,00	318.353,00
Operações de crédito externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do capital social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 12

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	394.767.486,00	438.557.859,00	435.899.743,00	584.833.386,00	384.540.380,00	437.157.797,00	2.675.756.651,00
Despesas correntes	386.047.160,00	350.025.781,00	422.142.835,00	459.848.417,00	351.710.617,00	413.533.170,00	2.383.307.980,00
Pessoal e encargos sociais	50.818.790,00	49.788.825,00	57.387.156,00	57.651.867,00	50.946.472,00	66.430.350,00	333.023.460,00
Juros e encargos da dívida	90.749.151,00	3.561.440,00	28.994.087,00	68.757.697,00	20.812.312,00	34.433.704,00	247.308.391,00
Outras despesas correntes	244.479.219,00	296.675.515,00	335.761.592,00	333.438.852,00	279.951.834,00	312.669.117,00	1.802.976.129,00
Transferência a estados, DF e municípios	71.832.183,00	82.509.077,00	116.818.184,00	98.075.817,00	86.634.856,00	111.657.910,00	567.528.027,00
Benefícios previdenciários	118.840.993,00	149.822.143,00	150.982.120,00	133.872.282,00	123.022.954,00	124.970.946,00	801.511.438,00
Demais despesas correntes	53.806.043,00	64.344.295,00	67.961.287,00	101.490.752,00	70.294.024,00	76.040.261,00	433.936.662,00
Despesas de capital	8.720.325,00	88.532.079,00	13.756.908,00	124.984.969,00	32.829.763,00	23.624.626,00	292.448.670,00
Investimentos	233.805,00	2.478.500,00	4.471.851,00	3.036.769,00	2.664.796,00	7.106.881,00	19.992.602,00
Inversões financeiras	8.469.406,00	9.738.160,00	9.268.949,00	11.604.025,00	9.850.287,00	16.434.989,00	65.365.816,00
Amortização da dívida	17.113,00	76.315.419,00	16.108,00	110.344.175,00	20.314.680,00	82.755,00	207.090.250,00
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	5.108.999,00	6.207.572,00	4.475.912,00	4.280.220,00	4.601.122,00	6.145.012,00	30.818.837,00
Despesas correntes	5.108.999,00	6.207.559,00	4.335.784,00	4.226.214,00	4.592.027,00	6.114.314,00	30.584.897,00
Pessoal e encargos sociais	3.885.081,00	3.995.510,00	4.098.888,00	3.920.108,00	4.282.979,00	5.717.608,00	25.900.174,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.223.918,00	2.212.049,00	236.895,00	306.105,00	309.048,00	396.707,00	4.684.722,00
Demais despesas correntes	1.223.918,00	2.212.049,00	236.895,00	306.105,00	309.048,00	396.707,00	4.684.722,00
Despesas de capital	0,00	13,00	140.129,00	54.006,00	9.095,00	30.698,00	233.941,00
Investimentos	0,00	13,00	5.398,00	6.251,00	6.151,00	7.208,00	25.021,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	134.731,00	47.755,00	2.944,00	23.490,00	208.920,00
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	399.876.484,00	444.765.432,00	440.375.654,00	589.113.606,00	389.141.501,00	443.302.809,00	2.706.575.486,00
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	169.287.284,00	381.563.464,00	6.952.747,00	285.928.643,00	571.373.107,00	9.964.348,00	1.425.069.593,00
Amortização da dívida interna	166.188.212,00	380.947.021,00	5.816.244,00	285.434.351,00	570.913.611,00	8.720.498,00	1.418.019.937,00
Dívida mobiliária	165.755.480,00	380.723.512,00	4.490.304,00	282.152.634,00	570.282.982,00	6.218.802,00	1.409.623.714,00
Outras dívidas	432.733,00	223.509,00	1.325.940,00	3.281.716,00	630.628,00	2.501.696,00	8.396.222,00
Amortização da dívida externa	3.099.071,00	616.443,00	1.136.503,00	494.292,00	459.496,00	1.243.850,00	7.049.655,00
Dívida mobiliária	2.216.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.216.399,00
Outras dívidas	882.672,00	616.443,00	1.136.503,00	494.292,00	459.496,00	1.243.850,00	4.833.256,00
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	569.163.768,00	826.328.895,00	447.328.402,00	875.042.249,00	960.514.608,00	453.267.157,00	4.131.645.079,00
Superávit (XIII)							
Total (XIV) = (XII + XIII)	569.163.768,00	826.328.895,00	447.328.402,00	875.042.249,00	960.514.608,00	453.267.157,00	4.131.645.079,00

Fonte: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

ESTADO

(Continua)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	10.611.503.226,66	10.380.184.258,73	11.296.984.926,36	10.768.668.261,96	14.410.478.682,03	11.279.981.518,36	68.747.800.874,10
Receitas correntes	10.504.515.003,26	10.035.378.907,63	10.983.231.726,02	10.373.270.381,83	14.178.822.593,57	11.119.342.374,44	67.194.560.986,75
Receita tributária	5.976.460.752,04	5.809.996.111,87	5.843.230.709,17	5.956.329.115,81	5.811.595.881,38	5.784.236.202,44	35.181.848.772,71
Impostos	5.716.960.994,10	5.485.876.369,56	5.534.012.277,78	5.623.176.787,43	5.468.298.642,01	5.401.431.782,61	33.229.756.853,49
Taxas	259.499.757,94	324.119.742,31	309.218.431,39	333.152.328,38	343.297.239,37	382.804.419,83	1.952.091.919,22
Contribuição de melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de contribuições	538.570.765,04	570.028.849,48	592.448.590,58	586.241.557,33	589.991.446,74	804.003.533,94	3.681.284.743,11
Contribuições sociais	538.570.765,04	570.028.849,48	592.448.590,58	586.241.557,33	589.991.446,74	804.003.533,94	3.681.284.743,11
Contribuição de intervenção no domínio econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0,00	0,00	—	—	—	0	0
Receita patrimonial	218.438.185,37	233.452.353,45	355.945.936,63	423.145.903,88	520.320.671,98	585.044.729,04	2.336.347.780,35
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	13.221.621,49	14.333.609,75	20.780.131,82	20.865.612,64	20.740.173,25	20.996.008,01	110.937.156,96
Valores mobiliários	181.684.860,56	176.931.100,00	290.895.055,23	342.403.946,06	355.636.963,45	490.390.348,23	1.837.942.273,53
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00
Exploração de recursos naturais	694.707,41	747.722,29	741.091,53	935.337,48	577.335,88	1.209.693,06	4.905.887,65
Exploração do patrimônio intangível	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00
Cessão de direitos	22.836.995,91	41.439.921,41	43.529.493,21	58.931.178,02	143.362.386,16	53.682.812,21	363.782.786,92
Demais receitas patrimoniais	0,00	0,00	164,84	9.829,68	3.813,24	18.765.867,53	18.779.675,29
Receita agropecuária	24.936,00	25.733,83	18.705,65	0,00	0,00	61.899,92	131.275,40
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	20.706.641,08	23.921.214,39	42.490.423,73	29.353.378,87	43.347.059,84	90.825.507,60	250.644.225,51
Serviços administrativos e comerciais gerais	18.948.947,19	22.209.502,70	27.156.146,13	26.836.287,42	29.665.343,20	80.039.514,71	204.855.741,35
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	115.444,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-115.444,92	0,00
Serviços e atividades referentes à saúde	214.618,91	179.530,31	121.892,32	134.770,33	103.441,93	88.725,93	842.979,73
Serviços e atividades financeiras	3.573,58	19.946,63	13.974.080,47	485,69	10.213.003,67	8.615.056,29	32.826.146,33
Outros serviços	1.424.056,48	1.512.234,75	1.238.304,81	2.381.835,43	3.365.271,04	2.197.655,59	12.119.358,10
Transferências correntes	3.587.971.153,66	3.207.244.267,15	3.605.989.958,56	3.104.892.286,89	6.897.122.146,81	3.611.341.596,49	24.014.561.409,56
Transferências da união e de suas entidades	2.951.478.717,58	2.567.393.310,82	2.933.605.581,55	2.441.576.032,80	6.308.477.325,15	2.899.748.748,04	20.102.279.715,94
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	180.000,00	0,00	125.000,00	0,00	120.000,00	0,00	425.000,00

(Continua)

Tabela 13
Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Transferências de instituições privadas	6.069.072,30	2.019.216,78	2.009.581,90	843.268,28	7.712.475,66	1.853.958,38	20.507.573,30
Transferências de outras instituições públicas	630.208.251,95	637.824.839,55	670.226.971,81	662.470.646,81	580.809.686,95	709.723.031,86	3.891.263.428,93
Transferências do exterior	34.311,83	0,00	19.473,30	-36,00	0,00	0,00	53.749,13
Transferências de pessoas físicas	800,00	0,00	—	—	—	0	800
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	6.900,00	3.350,00	2.375,00	2.659,05	15.858,21	31.142,26
Outras receitas correntes	162.342.570,07	190.710.377,46	543.107.401,70	273.308.139,05	316.445.386,82	243.828.905,01	1.729.742.780,11
Multas administrativas, contratuais e judiciais	32.298.789,76	43.313.010,84	44.674.246,14	50.620.391,26	47.925.070,34	55.263.033,22	274.094.541,56
Indenizações, restituições e ressarcimentos	11.139.484,22	15.893.095,40	250.456.104,59	44.232.033,08	17.162.657,99	18.621.670,78	357.505.046,06
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0,00	0,00	0,00	0,00	2.964,42	0,00	2.964,42
Multas e juros de mora das receitas de capital	0,00	1.790,72	4.334,67	4.486,34	0,00	1.491,21	12.102,94
Demais receitas correntes	118.904.296,09	131.502.480,50	247.972.716,30	178.451.228,37	251.354.694,07	169.942.709,80	1.098.128.125,13
Receitas de capital	106.988.223,40	344.805.351,10	313.753.200,34	395.397.880,13	231.656.088,46	160.639.143,92	1.553.239.887,35
Operações de crédito	95.828.978,59	125.794.940,87	134.976.317,18	330.470.000,00	153.768.360,25	92.609.463,73	933.448.060,62
Operações de crédito - mercado interno	21.905.298,84	58.300.095,88	79.411.717,18	308.000.000,00	152.340.060,25	86.694.059,88	706.651.232,03
Operações de crédito - mercado externo	73.923.679,75	67.494.844,99	55.564.600,00	22.470.000,00	1.428.300,00	5.915.403,85	226.796.828,59
Alienação de bens	644.979,15	3.946.271,15	10.112.849,16	4.552.526,73	2.373.629,04	385.332,67	22.015.587,90
Alienação de bens móveis	246.678,23	1.352.240,00	3.821.334,96	4.429.700,00	2.342.366,26	323.638,98	12.515.958,43
Alienação de bens imóveis	398.300,92	2.594.031,15	6.291.514,20	122.826,73	31.262,78	61.693,69	9.499.629,47
Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	—	0,00
Amortização de empréstimos	3.481.238,72	3.762.499,71	36.185.676,72	3.824.262,85	31.745.448,04	26.703.943,27	105.703.069,31
Transferências de capital	7.033.026,94	211.301.639,37	14.416.595,43	34.285.907,89	5.019.577,96	24.889.392,15	296.946.139,74
Transferências da união e de suas entidades	6.863.026,94	211.301.639,37	14.391.595,43	34.310.907,89	5.019.577,96	24.889.392,15	296.776.139,74
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	170.000,00	0,00	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00	170.000,00
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	118.061.761,85	22.265.182,66	38.749.073,17	16.051.012,10	195.127.029,78
Integralização do capital social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Conclusão)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de capital	0,00	0,00	118.061.761,85	22.265.182,66	38.749.073,17	16.051.012,10	195.127.029,78
Receitas (intraorçamentárias) (II)	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	530.756.138,59	682.153.183,76	2.919.208.864,16
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27	11.742.183.700,96	11.224.500.629,68	14.941.234.820,62	11.962.134.702,12	71.667.009.738,26
Operações de crédito internas	0,00	0,00	0,00	0	-	-	0,00
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0	-	-	0,00
Para refinanciamento da dívida contratual	0,00	0,00	0,00	0	-	-	0,00
Operações de crédito externas	0,00	0,00	0,00	0	-	-	0,00
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0	-	-	0,00
Para refinanciamento da dívida contratual	0,00	0,00	0,00	0	-	-	0,00
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27	11.742.183.700,96	11.224.500.629,68	14.941.234.820,62	11.962.134.702,12	71.667.009.738,26
Déficit (vi)							
Total (VII) = (V + VI)	10.992.583.077,61	10.804.372.807,27	11.742.183.700,96	11.224.500.629,68	14.941.234.820,62	11.962.134.702,12	71.667.009.738,26
Saldos de exercícios anteriores							

Receita intraorçamentária	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	530.756.138,59	682.153.183,76	2.919.208.864,16
Receitas correntes	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	490.756.138,59	682.153.183,76	2.879.208.864,16
Receita de contribuições	297.447.084,80	329.678.920,37	351.489.148,38	353.804.402,05	391.043.503,22	519.661.230,76	2.243.124.289,58
Contribuições sociais	297.447.084,80	329.678.920,37	351.489.148,38	353.804.402,05	391.043.503,22	519.661.230,76	2.243.124.289,58
Receita de serviços	2.224.915,59	6.597.343,20	2.535.915,76	9.870.937,47	5.736.928,03	14.059.766,22	41.025.806,27
Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	33.186,82	254.812,98	3.120.567,80	1.323.609,88	5.029.073,29	9.761.250,77
Serviços e atividades referentes à saúde	2.224.915,59	6.564.156,38	2.281.102,78	6.750.369,67	4.413.318,15	9.030.692,93	31.264.555,50
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00
Outras receitas correntes	81.407.850,56	87.912.284,97	91.173.710,46	92.157.028,20	93.975.707,34	148.432.186,78	595.058.768,31
Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	-	-	-	-	0,00	0,00
Demais receitas correntes	81.407.850,56	87.912.284,97	91.173.710,46	92.157.028,20	93.975.707,34	148.432.186,78	595.058.768,31
Receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	40000000,00	0,00	40000000,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	40000000,00	0,00	40000000,00
Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	381.079.850,95	424.188.548,54	445.198.774,60	455.832.367,72	530.756.138,59	682.153.183,76	2.919.208.864,16

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 14

Balança Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Receita executada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	7.552.711.838,40	9.745.965.022,35	10.310.408.460,01	11.686.352.067,44	12.292.202.122,25	15.357.481.245,35	66.945.120.755,80
Despesas correntes	6.768.674.810,57	8.297.085.846,73	8.511.741.730,94	9.056.432.198,34	9.577.448.068,44	12.381.350.271,23	54.592.732.926,25
Pessoal e encargos sociais	3.887.126.318,85	4.071.575.240,15	4.223.624.861,61	4.298.627.448,52	4.414.627.969,74	7.059.325.092,08	27.954.906.930,95
Juros e encargos da dívida	57.006.274,15	109.170.240,38	133.164.337,86	104.202.968,69	222.613.648,91	158.949.843,33	785.107.313,32
Outras despesas correntes	2.824.542.217,57	4.116.340.366,20	4.154.952.531,47	4.653.601.781,13	4.940.206.449,79	5.163.075.335,82	25.852.718.681,98
Transferências a municípios	1.660.719.438,96	1.516.518.746,14	1.503.851.138,02	1.568.197.430,40	1.541.315.442,28	1.418.461.746,29	9.209.063.942,09
Demais despesas correntes	1.163.822.778,61	2.599.821.620,06	2.651.101.393,45	3.085.404.350,73	3.398.891.007,51	3.744.613.589,53	16.643.654.739,89
Despesas de capital	784.037.027,83	1.448.879.175,62	1.798.666.729,07	2.629.919.869,10	2.714.754.053,81	2.976.130.974,12	12.352.387.829,55
Investimentos	386.672.017,93	999.961.025,61	1.521.495.772,50	1.856.224.838,28	2.196.680.284,43	2.552.968.530,22	9.514.002.468,97
Inversões financeiras	313.410.827,78	93.227.420,35	82.769.545,06	668.016.767,09	127.046.416,98	247.238.359,46	1.531.709.336,72
Amortização da dívida	83.954.182,12	355.690.729,66	194.401.411,51	105.678.263,73	391.027.352,40	175.924.084,44	1.306.676.023,86
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas (intraorçamentárias) (II)	383.657.258,36	457.792.517,79	447.978.455,26	456.871.221,73	491.378.141,70	679.600.467,05	2.917.278.061,89
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14	10.758.386.915,27	12.143.223.289,17	12.783.580.263,95	16.037.081.712,40	69.862.398.817,69
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14	10.758.386.915,27	12.143.223.289,17	12.783.580.263,95	16.037.081.712,40	69.862.398.817,69
Superávit (VI)							
Total (VII) = (V + VI)	7.936.369.096,76	10.203.757.540,14	10.758.386.915,27	12.143.223.289,17	12.783.580.263,95	16.037.081.712,40	69.862.398.817,69

Receita intraorçamentária	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas correntes	383.657.258,36	417.792.517,79	447.978.455,26	456.871.221,73	491.378.141,70	679.600.467,05	2.877.278.061,89
Pessoal e encargos sociais	255.969.494,58	269.984.596,59	276.804.409,25	281.580.233,30	285.030.454,58	470.267.038,52	1.839.636.226,82
Outras despesas correntes	127.687.763,78	147.807.921,20	171.174.046,01	175.290.988,43	206.347.687,12	209.333.428,53	1.037.641.835,07
Despesas de capital	0,00	40.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000.000,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	40.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000.000,00
Total	383.657.258,36	457.792.517,79	447.978.455,26	456.871.221,73	491.378.141,70	679.600.467,05	2.917.278.061,89

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia 2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Tabela 15
Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-jun. 2021

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Janeiro	2.950.297.588,33	2.839.088.145	269.191.063	185.406.891	3.219.488.651	3.024.495.036
Fevereiro	2.762.474.491,83	2.387.621.432	463.992.744	219.421.561	3.226.467.236	2.607.042.993
Março	3.000.039.764,44	2.159.647.764	261.063.267	181.716.159	3.261.103.031	2.341.363.923
Abril	2.757.915.934,83	2.351.595.221	217.246.824	175.230.481	2.975.162.759	2.526.825.702
Maiο	2.721.841.904	2.446.247.674	243.810.060	240.329.127	2.965.651.964	2.686.576.801
Junho	2.956.323.568	2.429.476.897	250.454.353	291.410.106	3.206.777.921	2.720.887.003
Julho	2.820.310.041	2.536.353.197	283.480.256	326.857.927	3.103.790.298	2.863.211.125
Agosto	2.921.620.179	2.766.478.801	308.241.077	313.950.469	3.229.861.256	3.080.429.270
Setembro	2.757.370.368	2.656.498.275	304.416.535	292.289.378	3.061.786.903	2.948.787.654
Outubro	2.819.546.628	2.936.313.181	271.818.313	218.637.093	3.091.364.940	3.154.950.274
Novembro	2.635.249.337	2.838.379.580	253.606.075	176.538.466	2.888.855.412	3.014.918.045
Dezembro	2.641.262.200	2.926.099.855	300.676.583	158.405.439	2.941.938.783	3.084.505.294
Total	33.744.252.005	31.273.800.021	3.427.997.150	2.780.193.097	37.172.249.155	34.053.993.118

Fonte: Sefaz-Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 16

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	1.537.741.656	1.330.776.991	1.429.320.628	1.555.568.585	1.552.029.409	1.879.565.459	9.285.002.727
Receitas correntes	1.513.832.991	1.318.163.078	1.392.503.466	1.413.322.133	1.377.940.978	1.797.230.990	8.812.993.636
Receita tributária	676.155.338	525.075.400	514.398.204	503.093.566	533.296.977	665.868.917	3.417.888.402
Impostos	570.733.770	470.555.521	471.417.624	461.395.099	487.247.533	524.355.951	2.985.705.498
Taxas	105.421.568	54.519.879	42.980.580	41.698.467	46.049.444	141.512.966	432.182.904
Contribuição de melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Receita de contribuições	66.833.024	61.882.900	70.823.530	75.150.053	73.357.867	97.436.323	445.483.697
Contribuições sociais	33.062.190	26.543.948	34.339.867	36.989.686	36.345.727	60.204.214	227.485.632
Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	33.770.833	35.338.952	36.483.664	38.160.367	37.012.140	37.232.109	217.998.064
Receita patrimonial	52.609.514	57.649.066	73.351.244	72.959.438	75.100.386	258.477.562	590.147.211
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	11.689.477	4.657.187	4.007.737	8.038.747	8.002.945	5.644.979	42.041.072
Valores mobiliários	40.917.680	52.991.010	69.342.825	64.920.143	67.049.724	69.778.458	364.999.838
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	224	266	294	225	47.231	-46.342	1.897
Exploração de recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Exploração do patrimônio intangível	2.133	604	389	324	486	462	4.398
Cessão de direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.100.000	183.100.000
Demais receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5	5
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	11.984	-	-	-	11.984
Receita da indústria de construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Receita de serviços	292.215	400.777	174.712	239.170	180.607	2.988.914	4.276.394
Serviços administrativos e comerciais gerais	503	165.290	1.005	11.460	331	672	179.262
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Serviços e atividades referentes à saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Serviços e atividades financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Outros serviços	291.711	235.486	173.707	227.709	180.275	2.988.243	4.097.132
Transferências correntes	695.454.603	651.456.261	697.372.019	725.362.738	645.833.129	749.365.434	4.164.844.184
Transferências da união e de suas entidades	415.768.896	383.087.675	423.769.833	438.329.311	392.175.577	460.590.421	2.513.721.713
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	173.758.646	160.062.237	158.793.582	174.166.000	152.272.637	162.226.998	981.280.100
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	-	0,00	-	-	0,00
Transferências de instituições privadas	1.590	1.102.400	1.460.234	400	145.400	5.989.301	8.699.325
Transferências de outras instituições públicas	105.923.910	107.202.778	113.347.200	112.092.934	101.238.075	120.537.674	660.342.572
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais transferências correntes	1.561	1.170	1.170	774.092	1.440	21.040	800.474
Outras receitas correntes	22.488.298	21.698.674	36.371.772	36.517.168	50.172.012	23.093.841	190.341.765
Multas administrativas, contratuais e judiciais	12.024.545	9.870.217	14.261.768	20.832.608	22.109.070	20.883.252	99.981.459
Indenizações, restituições e ressarcimentos	6.446.288	4.584.343	6.909.720	6.006.719	21.524.651	-8.437.254	37.034.467

(Conclusão)

Tabela 16

Balança Orçamentária – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Receita realizada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0,00	0,00	8.091.417	3.451.951	0,00	-	11.543.367
Multas e juros de mora das receitas de capital	-	-	-	13.535	222.141	17.801	253.478
Demais receitas correntes	4.017.465	7.244.114	7.108.868	6.212.355	6.316.151	10.630.041	41.528.994
Receitas de capital	23.908.665	12.613.913	36.817.163	142.246.452	174.088.431	82.334.469	472.009.092
Operações de crédito	18.998.732	8.751.177	27.694.960	98.444.917	158.550.954	44.174.691	356.615.432
Operações de crédito - mercado interno	12.205.017	8.751.177	18.146.960	37.280.917	10.715.142	37.974.532	125.073.746
Operações de crédito - mercado externo	6.793.715	-	9.548.000	61.164.000	147.835.812	6.200.159	231.541.686
Alienação de bens	2.030.033	1.202.690	1.139.458	728.857	239.335	944.661	6.285.035
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449.594	449.594
Alienação de bens imóveis	2.030.033	1.202.690	1.139.458	728.857	239.335	495.067	5.835.441
Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Amortizações de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de capital	2.879.899	2.660.046	7.982.745	8.594.162	2.514.342	24.437.413	49.068.606
Transferências da união e de suas entidades	2.879.899	2.132.986	7.982.745	7.334.856	2.514.342	24.437.413	47.282.241
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	1.259.306	-	-	1.259.306
Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de instituições privadas	0,00	527.059	0	0,00	0,00	-	527.059
Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	-	34.478.516	12.783.800	12.777.703	60.040.019
Integralização do capital social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Demais receitas de capital	0,00	0,00	-	34.478.516	12.783.800	12.777.703	60.040.019
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	52.846.181	49.628.811	63.189.840	59.112.779	58.240.343	95.527.146	378.545.100
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	1.590.587.837	1.380.405.802	1.492.510.468	1.614.681.363	1.610.269.752	1.975.092.605	9.663.547.828
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)							0
Subtotal com refinanciamento (V)							
= (III + IV)	1.590.587.837	1.380.405.802	1.492.510.468	1.614.681.363	1.610.269.752	1.975.092.605	9.663.547.828
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+ VI)	1.590.587.837	1.380.405.802	1.492.510.468	1.614.681.363	1.610.269.752	1.975.092.605	9.663.547.828

Receita intraorçamentária	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Receitas correntes	52.846.181,42	49.628.810,64	63.189.839,60	59.112.778,64	58.240.343,25	95.527.146,47	378.545.100,02
Contribuições	50.358.805,57	46.953.242,33	52.443.090,46	56.126.193,59	55.266.782,46	91.451.687,11	352.599.801,52
Contribuições sociais	50.358.805,57	46.953.242,33	52.443.090,46	56.126.193,59	55.266.782,46	91.451.687,11	352.599.801,52
Receita patrimonial	109.395,09	115.109,46	121.017,33	125.196,79	127.610,97	131.939,27	730.268,91
Demais receitas patrimoniais	109.395,09	115.109,46	121.017,33	125.196,79	127.610,97	131.939,27	730.268,91
Receita de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	2.377.980,76	2.560.458,85	10.625.731,81	2.861.388,26	2.845.949,82	3.943.520,09	25.215.029,59
Demais receitas correntes	2.377.980,76	2.560.458,85	10.625.731,81	2.861.388,26	2.845.949,82	3.943.520,09	25.215.029,59
Total de receitas intra-orçamentárias	52.846.181,42	49.628.810,64	63.189.839,60	59.112.778,64	58.240.343,25	95.527.146,47	378.545.100,02

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (2016/2015), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 17

Balanço Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2022

Despesa liquidada	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	794.437.254,83	1.141.255.312,12	1.234.278.589,09	1.440.657.388,39	1.688.269.309,18	2.027.077.417,61	8.325.975.271,22
Despesas correntes	760.693.509,87	1.056.026.089,52	1.127.094.290,31	1.206.379.638,31	1.369.866.486,91	1.658.832.775,86	7.178.892.790,78
Pessoal e encargos sociais	418.077.279,43	424.192.358,91	437.623.394,99	448.977.194,22	444.811.682,66	689.012.041,65	2.862.693.951,86
Juros e encargos da dívida	8.368.907,71	11.815.668,14	16.382.693,74	9.597.518,56	16.717.831,31	24.744.756,56	87.627.376,02
Outras despesas correntes	334.247.322,73	620.018.062,47	673.088.201,58	747.804.925,53	908.336.972,94	945.075.977,65	4.228.571.462,90
Despesas de capital	33.743.744,96	85.229.222,60	107.184.298,78	234.277.750,08	318.402.822,27	368.244.641,75	1.147.082.480,44
Investimentos	21.430.998,60	73.938.795,88	93.006.547,04	183.348.866,17	284.064.558,12	316.631.259,95	972.421.025,76
Inversões financeiras	2.101.100,00	2.696.315,86	5.589.469,29	38.943.678,79	20.997.392,00	34.964.982,82	105.292.938,76
Amortização da dívida	10.211.646,36	8.594.110,86	8.588.282,45	11.985.205,12	13.340.872,15	16.648.398,98	69.368.515,92
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Despesas (intraorçamentárias) (II)	52.846.166,01	50.190.292,52	62.628.860,24	59.112.276,12	58.240.826,25	95.527.069,83	378.545.490,97
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	847.283.420,84	1.191.445.604,64	1.296.907.449,33	1.499.769.664,51	1.746.510.135,43	2.122.604.487,44	8.704.520.762,19
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	847.283.420,84	1.191.445.604,64	1.296.907.449,33	1.499.769.664,51	1.746.510.135,43	2.122.604.487,44	8.704.520.762,19

Despesa intraorçamentária	2022						Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	Nov.-dez.	
Despesas correntes	52.512.142,07	49.849.247,71	62.280.614,87	58.762.066,95	57.893.582,02	95.177.566,60	376.475.220,22
Pessoal e encargos sociais	52.402.746,98	49.734.138,25	62.159.597,54	58.636.870,16	57.765.971,05	95.045.627,33	375.744.951,31
Juros e encargos da dívida	109.395,09	115.109,46	121.017,33	125.196,79	127.610,97	131.939,27	730.268,91
Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Despesas de capital	334.023,94	341.044,81	348.245,37	350.209,17	347.244,23	349.503,23	2.070.270,75
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Amortização da dívida	334.023,94	341.044,81	348.245,37	350.209,17	347.244,23	349.503,23	2.070.270,75
Total	52.846.166,01	50.190.292,52	62.628.860,24	59.112.276,12	58.240.826,25	95.527.069,83	378.545.490,97

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, jun páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



PARTE TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA
DA PROVINCIA DE

BAHIA

VOLUME DE TITULAS DE TITULAS ADAM

GRAVADA NA LITHOGRAPHIA IMPERIAL DE VILLAS

Publicada no dia de Janeiro de



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



Estado da Bahia

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607